

8º CONFERENCIA LATINOAMERICANA y CARIBEÑA de CIENCIAS SOCIALES

LAS LUCHAS POR LA IGUALDAD,
LA JUSTICIA SOCIAL Y LA DEMOCRACIA
EN UN MUNDO TURBULENTO

PRIMER FORO MUNDIAL DEL PENSAMIENTO CRÍTICO

Buenos Aires | 19 al 23 de noviembre de 2018



Resúmenes de ponencias por campo temático

31

Racismo y
afrolatinidad



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - C.L.A.C.S.O.

Las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento : ponencias del Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-722-580-8

1. Ciencias Sociales y Humanidades. 2. América Latina. I. Título
CDD 301

Resumen de ponencia

DESGUALDADE RACIAL E SEGREGAÇÃO URBANA: ANÁLISE DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS E EFETIVIDADE DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

*Caroline Santana

*Joice Lima

LIMA, Joice Cristina da Costa

SANTANA, Caroline dos Santos

Não são poucas as análises de evidenciam a interlocução entre desigualdade racial e segregação urbana, já contamos com uma rica bibliografia que denuncia o racismo como um elemento imprescindível para a compreensão das dinâmicas segregacionistas no urbano. Seja pela conveniência oferecida pelo racismo institucional que invisibiliza e desconsidera o processo histórico racial de desenvolvimento das cidades brasileiras, seja pela criação de políticas e planos que corroboram com a construção de espaços favelizados, com condições de vida precárias ou de risco; As atuais políticas de habitação brasileiras, assumem uma postura racista ao desconsiderar a realidade social do negro no Brasil e em desenvolver projetos e outras ações que ignoram as peculiaridades sociais, econômicas e culturais da população negra, bem como todo acúmulo político, acadêmico e legislativo conquistado por esta população nos últimos anos.

Encoberto pelo “mito da democracia racial”, que segundo Clóvis Moura(1983), é utilizado para amortecer as contradições raciais que se apresentavam como ameaças constantes de conflitos sociais e raciais permanentes.As desigualdades raciais no Brasil foram sendo incorporadas ao regime de classes, desconsiderando os impactos do sistema escravista na construção da sociedade brasileira, naturalizando as desigualdades étnico-raciais como parte orgânica do modelo de desenvolvimento econômico e social e utilizando a raça como um fator de ajustamento social (Fernandes, apud Motta, 2013).

Sob o discurso de que para a cidade se transformar em uma metrópole civilizada seria importante a realização de “operações de limpeza”, que incluíam, o afastamento das “classes perigosas”, e demais que “enfeiam” e traziam “insalubridades” a cidade provocando tumultos, entendidos como manifestação de uma “barbárie colonial” (Rodrigues, 2007) ,no século XIX, as reflexões acerca do pensamento urbano brasileiro tinham como pontos de sustentação fatores higienistas associados às concepções eugenistas¹. Segundo as alocações políticas do período "a política está na cidade e é a cidade". Participar significa defender as reformas e o progresso do Brasil. Esse é o único espaço de participação possível, por onde a cidadania é outorgada." (Broca, apud Rodrigues 2007). Essa cidadania defendida pelo Estado, não incluía as populações pobres, predominantemente negras, que se aglomeravam em cortiços² com condições precárias, no centro da cidade e em seus arredores. A atual conjuntura, nos coloca de frente a realidade semelhante aos séculos anteriores, onde o discurso das remoções,

como justificativa a modernização dos centros urbanos e a necessidade de investimento dos capitais externos privado, renovam as forças de uma política de intervenção urbana com ações truculentas, remoções de populações negras dos centros urbanos, e a alocação desta população nas periferias.

O texto que ora se apresenta, objetiva ser uma análise do hiato existente entre a aplicação da atual política de habitação de interesse social, e as determinações do Estatuto da Igualdade Racial na construção de um projeto habitacional destinado a garantir a população negra a efetivação na igualdade de oportunidades, acesso à direitos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Analisado como uma das maiores conquistas do movimento negro brasileiro, o Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei 12.888, de 20 de julho de 2010, em seu capítulo IV, intitulado DO ACESSO À TERRA E À MORADIA ADEQUADA, no art. 35, determina que o poder público garanta “a implementação de políticas públicas para assegurar o direito à moradia adequada da população negra que vive em favelas, cortiços, áreas urbanas subutilizadas, degradadas ou em processo de degradação, a fim de reintegrá-las à dinâmica urbana e promover melhorias no ambiente e na qualidade de vida”. Toda a sessão II do capítulo acima citado, orienta que os programas, projetos e ações governamentais, no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), considerem a população negra e suas peculiaridades, bem como a participação de organizações e movimentos representativos nos conselhos, fóruns deliberativos e consultivos para fins de aplicação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). No entanto, sete anos após a promulgação do Estatuto, pouco se avançou na aplicação das diretrizes e orientações indicadas no documento.

A análise do principal programa de habitação de interesse social, como se propõe ser o Programa Minha Casa Minha Vida, evidencia que o programa ainda não avançou na perspectiva de articular o direito à habitação³ com o direito à moradia das famílias atendidas. Isso porque grande parte dos projetos executados para as faixas de menor renda estão localizados em lugares longínquos de infraestrutura precária. Em entrevista realizada no ano de 2016, a então ministra das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, já sinalizava que “entre os beneficiários do Minha Casa Minha Vida, 71% são negros”. Mesmo com tal constatação, na elaboração do programa ainda não há uma orientação ao debate racial, como também, nas secretarias municipais de habitação (responsáveis pela aplicação do programa), não há representações negras nos conselhos consultivos e grupo de análises estratégicas. Outro fator que denuncia o desprezo do programa Minha Casa, Minha Vida as orientações do Estatuto da Igualdade Racial é o fato de que grande parte dos municípios que executam o projeto não criaram critérios adicionais para a adoção dos grupos atendidos pelo programa. A leitura desta realidade, permite enxergar o hiato existente entre as políticas públicas e a complexa tensão sócio racial brasileira. A problemática não é levada em consideração e como consequência perpetua-se os processos de estigmatização, discriminação e segregação residencial da população negra no espaço urbano.

Notas:

¹ De acordo com CAMPOS, Andreino de O. 2006 - “Em quase todas as mudanças empreendidas no espaço urbano nacional, havia como princípio duas concepções -

higienismo/eugenismo e ,posteriormente sanitarismo/eugenismo -. que poderiam ser pensadas em conjunto ou isoladamente. O par higienismo-sanitarismo foi responsável pela reestruturação urbana do espaço construído e dos valores a ela agregados, enquanto o eugenismo tinha como objetivo pensar o povo de acordo com a pureza ou não da raça”.

² DUARTE e SANTOS, 2010 “O cortiço foi uma “solução” encontrada para a falta de moradia popular”. Os autores citam o Estudo Finep GAP citado por Taschner (1997) que define este tipo de construção como “constituída de uma fileira de quartos de aluguel, fisicamente semelhante à senzala. Apenas em um as portas se fecham por dentro, em outros por fora. São, em geral, cômodos construídos para alugar, com tanques e instalações sanitárias de uso comum (...). Os cortiços serviam de moradia para 4% da população do Rio por volta de 1869 e chegaram a 25% nos primeiros anos da República”.

³(...) No caso da habitação, o enfoque é o local, o bem imóvel, ou seja, o objeto verbi gratia...E, no caso da moradia, concebemo-la sob o enfoque subjetivo, pois pertence à pessoa o exercício da moradia, sendo-lhe inerente (SOUZA,2004, pg 46).

Referência Bibliográfica:

Brasil. Estatuto da igualdade racial: Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. 4. ed., 1. reimpr. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série legislação ; n. 171)

CAMPOS, Andreilino de O. 2006. O planejamento Urbano e a “Invisibilidade” dos Afrodescendentes: discriminação étnico-racial, intervenção estatal e segregação sócio-espacial na cidade do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Geografia) -Programa de Pós-Graduação em Geografia - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DUARTE, Sandro Marinho e SANTOS, Angela Moulin S. P. Política habitacional no Brasil: uma nova abordagem para um velho problema. Revista Direito Uerj, 2010.

MOURA, Clóvis. Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo, Global Ed., 1983.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. História de urbanização no Rio de Janeiro. A cidade: capital do século XX no Brasil CARNEIRO,Sandra e SANT’ANNA, Marta Josefina(Org.). Cidades Olhares e Trajetórias., Rio de Janeiro/RJ- Editora Garamond, 2003.

SOUZA, Sérgio Iglesias de. Direito à Moradia e de Habitação. São Paulo:RT, 2004.

MOTTA, Daniele C. As particularidades do regime de classes no Brasil segundo Florestan Fernandes. In: V SIMPÓSIO INTERNACIONAL LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 2013.

.....

*** Caroline Santana**

Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil

*** Joice Lima**

Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

"IJÁ OTI OMNIRÁ"

*Tatiana Andrea Bonilla Segura

Esta ponencia es el resultado de estudios académicos sobre identidad colectiva y cultural, desde una perspectiva psicológica, psicoanalítica y de interpretación de las movilizaciones, organización y lucha de los pueblos afrocolombianos. Es relevante en la medida en que evidencia los procesos de resistencia y re existencia de estas comunidades, en un marco teórico crítico, frente a formas de conocimiento totalizante que reafirman el binomio de dominador y dominado.

Después de Estados Unidos y Brasil, Colombia es el tercer país de América con la mayor cantidad de afrodescendientes, y es el país de habla hispana del continente que alberga la mayor población afro. En estos momentos eso es preponderante para reconstruir el tejido social de la población en general.

La pretensión es producir conocimiento situado desde esas identidades Otras, para desmontar las representaciones euro centradas, sexistas, racistas y patriarcales que rigen el pensamiento hegemónico y que lastimosamente orientan las políticas de desarrollo del mundo globalizado y hacen parte de la dinámica nacional e internacional. En Colombia, el racismo está encubierto y plasmado en códigos sofisticados. La presente ponencia es pues, un reclamo legítimo de saber dentro de la Academia tradicional.

Como ponente, me permito hablar en primera persona, sin que ello torne mis postulados en una teoría de los puntos de vista. Aunque soy una mujer afrodescendiente, no tengo un conocimiento privilegiado de la opresión, ni me proclamo portavoz de lxs hijxs de la diáspora africana. Tengo unas experiencias y hago interpretación de ciertos enfoques teóricos.

La presentación gira en torno a tres ideas fuerza: Identidad, Formas de la resistencia y la reivindicación contra el racismo y Derechos humanos en el marco del pos acuerdo (FARC y Gobierno de Juan Manuel Santos, caso Colombia); a partir de las cuales he elaborado algunas premisas.

Me enuncio desde algunos postulados teóricos propuestos por autores como Frantz Fanon, Psicoanalista, Psiquiatra, Filósofo y Escritor francés, autor de la obra "Piel Negra, máscaras blancas", entre otras, y más específicamente en su tesis sobre decolonialidad y psicopatología del hombre negro. Igualmente, en Eduardo Restrepo, Antropólogo de la Universidad de Antioquia (Colombia), Magíster y Doctor en Antropología de la Universidad de Carolina del Norte y sus consideraciones sobre articulaciones étnicas y raciales. Por último, haré uso de los análisis de Gabriel Andrés Arévalo, Sociólogo de la Universidad Nacional de Colombia y Abogado de la Universidad Libre (Colombia). Magíster en Cooperación Internacional y PhD. en Estudios Internacionales de la Universidad del país Vasco, me centraré en sus avances

sobre experiencias, luchas y resistencias en la diversidad y la multiplicidad.

Reflejaré algunas posiciones académicas en torno a lo que se entiende como identidad y evidenciaré las estrategias de los pueblos negros en Colombia para autodefinirse, pese a las formas de expropiación de sus particularidades por parte del Estado colombiano, en nombre de la “cultura”. Es importante reconocer que los gobiernos han perpetuado una tendencia homogenizante en los planes de desarrollo, que no se adaptan a la realidad de un país multicultural y han fracasado debido a la imposición de imaginarios que no se corresponden con nuestras realidades.

Acto seguido, expondré algunas experiencias relativas al mestizaje y la negritud, los prejuicios que subsisten y las posibilidades que la cosmovisión de los pueblos afro permiten, aun cuando permanece una estructura social, económica y política que sostiene el mito de la democracia racial y en virtud del cual nos hemos visto obligados a dinamizar nuestros propios métodos de concreción identitaria, pues hemos aportado a la construcción de nación no solo desde la música, los deportes y la culinaria sino mucho más, porque somos más que eso. Tenemos una cosmovisión diferente al resto del país que nos permite convivir en paz con la naturaleza y con todos los seres vivos. Los pueblos habitados por personas negras son pueblos que se congregan en torno a la comunidad, algo que la mentalidad mestiza desconoce y no comprende.

En ese orden de ideas, expondré las acepciones por medio de las cuales estas comunidades se nombran y reclaman ante el Estado, su historia, su proceso y el papel de la Academia colombiana y del ámbito internacional, en la conformación de los “Grupos étnicos”.

En adelante, daré cuenta de la consolidación de la alteridad colombiana, sus jerarquías y relaciones de poder, adoptando una visión crítica de la “etnización”, entendida como un proceso de construcción política que tiene que ver con una economía de visibilidades y señalando a los grupos étnicos como el Otro por excelencia de Occidente y la modernidad.

Por esa vía, demostraré que las poblaciones no son entes pasivos que se limitan a ser leídos desde la perspectiva étnica o que se circunscriben al papel que la Academia les ha asignado, no las podemos anclar exclusivamente a un territorio, ni se debe pretender acartonar su subjetividad.

Reseñaré la ley 70 de 1993, sus aciertos, faltantes y la lucha de lxs afro urbanxs para que se ampliara el significado y los alcances de lxs sujetxs politicxs, en el contexto de una Colombia dividida por el conflicto armado.

A continuación, advertiré sobre la situación de Derechos humanos de las comunidades negras en el marco del reciente pos acuerdo, caso Colombia, y la sistematicidad en el asesinato de líderes sociales. Si bien, el papel de los derechos humanos es dignificar la vida y defenderla como una realidad absoluta e incuestionable, en América Latina, ésta se ha convertido en algo menos que una posibilidad, sobre todo cuando se trata de lxs hijxs de la diáspora africana, a quienes se nos ha impuesto como destino histórico el tener que demostrar la validez de nuestra existencia.

Para concluir, presentaré algunas formas de la resistencia y la reivindicación,

destacando aquellas iniciativas que tienen que ver con el cuerpo y que la Academia tradicional no reconoce, pero que para el caso de las comunidades afrocolombianas han funcionado como una extensión de la palabra históricamente acallada, porque tenemos cosmovisiones diferentes, derivadas de nuestros ancestros. La visión que tenemos del territorio es amplia y va más allá de la ocupación y explotación de la tierra que en muchos casos es un espacio sagrado donde entramos en comunicación con nuestros antepasados, en la búsqueda y reinvención de sus energías, recuerdos y conocimientos. Hablaré de las luchas cantadas que relatan aquello que los medios de información oficiales pretenden invisibilizar, los movimientos feministas cuyas apuestas se tejen en derredor de la aceptación y resignificación de la particularidad de los cabellos de las mujeres y de las búsquedas espirituales y religiosas de aquellos conocimientos centrados en la tierra y heredados de África.

.....

* Tatiana Andrea Bonilla Segura

UNIVERSIDAD NACIONAL DE COLOMBIA UNAL. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

A GÊNESE DA PASTORAL AFRO-BRASILEIRA (PAB) E SUA REFLEXÃO SOCIAL

*Camila Moraes De Oliveira

A artigo tem por objetivo exibir os resultados da pesquisa de mestrado em que procurei ressaltar a gênese da Pastoral Afro-brasileira (PAB) e sua importância na articulação contra o racismo. Tendo como propósito central do estudo, analisar o surgimento e a criação da PAB, para que assim possa compreender seu papel em prol da igualdade racial e toda a sua reflexão social.

Apresentando como objetivo geral, a compreensão da gênese da Pastoral Afro-brasileira e sua ação na questão racial, assim como, identificar como se constituem as ações norteadoras da PAB no campo racial. Salientando também qual a representação que a identidade afro-brasileira tem para seus membros e principais protagonistas.

Visto que, a sociedade vive o mito da democracia racial, conforme analisado por Octavio Ianni (2004), que é proveniente da ideologia do branqueamento, que determina através da cor da pele do indivíduo quem é digno de oportunidades. Capaz de instaurar socialmente a intolerância étnica, o preconceito racial, a discriminação racial e principalmente o racismo.

Tendo em vista que essa é uma dinâmica entranhada na sociedade desde o período em que negros eram escravizados, explorados e estigmatizados, torna-se fundamental que haja ações que dinamizem a igualdade racial. E essa ação é desenvolvida por Grupos organizados, Movimentos Sociais, Movimento Negro e Pastoral Social da Igreja Católica, como a Pastoral (Pastoral: é toda a ação da Igreja e sua missão neste mundo. A Igreja não existe para si mesma, mas em função da sua missão de anunciar Jesus Cristo e fazer acontecer o Reino de Deus) Afro-brasileira, que é o objeto central da pesquisa.

A Pastoral Afro-brasileira busca a valorização do negro, com base nas demandas relacionadas a essa população, como por exemplo, evidenciar sua identidade, cultura e ancestralidade, com o intuito de intervir na desigualdade racial. Essas causas são também, provenientes dos resquícios deixados pela prática de exploração que o negro foi exposto durante décadas que foi a escravidão, mas, também de atuais práticas racistas, que assolam a população negra na contemporaneidade .

Antes da consumação da Pastoral Afro-brasileira, tiveram marcos históricos na Igreja Católica, que permitiram que fosse pensado mais nas demandas sociais, como a Conferência de Medellín (1968). Mas, o surgimento da Pastoral Afro-brasileira foi inspirado na Conferência de Puebla (1979), que voltou o olhar da Igreja Católica para a questão racial, falando abertamente sobre as demandas do negro.

A militância dos cristãos negros foi essencial para a criação da Pastoral Afro-brasileira, pois, foi através dos grupos organizados, a partir da Linha 2 da CNBB (Intitula-se: Linha2 da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) o grupo criado em setembro de 1978 em Brasília por estudiosos, que estavam preocupados com a

evangelização dos negros, afim de elaborar estudos sobre o culto afro para que os Bispos levassem para a Conferência de Puebla) que o tema sobre a questão racial foi levado para a Conferência de Puebla e teve espaço dentro da Igreja Católica. Decorrente da Conferência, os grupos se fortaleceram e concluíram que deveria ser criada uma Pastoral que olhasse especificamente para as demandas advindas da população negra.

Esse novo olhar da Igreja Católica, foi influenciado pelas reivindicações dos cristãos negros ativistas que se organizaram em grupos para discutir a questão racial que se fortaleceram após a Conferência de Puebla. Com isso, iniciaram a reivindicação para que a Campanha da Fraternidade (CF) da Igreja Católica de 1988, falasse sobre o negro. Através do posicionamento dos negros militantes cristãos, surgiram Grupos de estudos sobre a temática racial dentro da Igreja, que não se importavam apenas com o racismo da instituição, mas se preocupavam em conscientizar a comunidade local, sobre a importância de evidenciar a cultura afro em todos os âmbitos sociais. E essa militância, fez com que surgissem o Grupo de Agentes de Pastoral Negros (APN), que articulou e reivindicou que a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) dedicasse a Campanha da Fraternidade de 1988 aos negros, em virtude da comemoração aos 100 Anos da Abolição da Escravatura.

O objetivo foi alcançado pelos negros militantes inseridos na Igreja Católica e assim foi consumado a Campanha da Fraternidade (CF) de 1988 com o tema “Fraternidade e o Negro”, com o lema “Ouvi o clamor deste povo”. E após a CF de 88, como é conhecida entre os Católicos, foi criada a Pastoral Afro-brasileira, que expressou os anseios e demandas que assolam os negros até os tempos atuais, em virtude dos resquícios da escravidão e do estrutura social excludente.

“A Pastoral Afro-brasileira procurou que os seus Agentes de Pastoral, num contexto teológico, onde se valoriza as experiências das comunidades e o compromisso com os mais pobres, e assim, desenvolvesse um processo de formação onde confronta a fé com as injustiças feitas aos pobres. Essa teologia é a partir de um novo lugar social e daí surgem alguns sinais que revelam uma espiritualidade”. (ARAÚJO, 2015, p. 01)

A referida Campanha da Fraternidade de 88, é considerado um dos marcos histórico da Igreja Católica que antecedeu e inspirou a criação da Pastoral Afro-brasileira. E mesmo tendo enfrentado grande resistência e divergência, essa Campanha obteve sucesso e ressaltou as demandas que assolavam a população negra dentro do espaço da Igreja Católica.

O texto base da Campanha da Fraternidade de 88 abordou diversos temas, que sinalizavam a extrema situação de desigualdade que o negro vive socialmente. O Manual como também é referido, retratou tópicos como o percentual populacional no Brasil, com base em pesquisas do IBGE, que a população negra é superior à população branca. Apontou também sobre o trabalho escravo e a discrepante diferença salarial entre negros e brancos.

A questão da religiosidade do negro também foi um tema evidenciado no Texto Base da CF de 88, atentando sobre as religiões de Matriz Africana. Ele sinalizou o quão importante era para os negros escravizados o papel dos chefes dessas religiões, que procuravam aglutinar os negros em condição de escravos, para transmitir os rituais e crenças religiosas através da fundamentação e celebrações clandestinas, já que eram proibidos até de expor sua religiosidade.

“É interessante ressaltar que a CF coloca em evidência, no manual, a luta do povo

negro por melhorias sociais, fala sobre o preconceito, a discriminação e a negação de sua identidade e cultura. Quando se refere à religiosidade, afirma ser o povo negro profundamente religioso: “em quase toda a casa, há altarzinho, em lugar reservado com imagens, entre as quais a de Nossa Senhora do Rosário e a do Preto Velho” [2] segue a explicação [2] “(...) Nossa Senhora é a grande mãe. O Preto Velho tematiza os antepassados e a mãe [2] África” (CNBB, 1988, 53)”. (OLIVEIRA, 2011, p.65)

Através da Campanha da Fraternidade de 88, a Igreja Católica visava chamar a atenção para as demandas em que os negros estavam expostos socialmente, assim como, agir nas suas vulnerabilidades, como a desigualdade racial, racismo, preconceito e discriminação. Com o intuito de contribuir para o melhor entendimento do cristão leigo sobre a questão racial e a identidade do negro, através das ações concretas realizadas pela Pastoral Afro-brasileira, por meio da sua reflexão social.

A reflexão social da Pastoral Afro-brasileira consiste em realizar atividades que buscam conscientizar o negro sobre sua negritude, sua ancestralidade e sua riqueza cultural. A CNBB aponta em seus estudos sobre a Pastoral Afro-brasileira, a importância de contribuir para a superação dos obstáculos que impede a população negra de viver em situação digna. Assumindo o compromisso de revelar que a Igreja Católica nas diferentes regiões do Brasil, compreende seu papel diante da situação de desigualdade que vive o negro.

Porém, não há como dissociar totalmente a fé do trabalho social desenvolvido pela Pastoral Afro-brasileira, até mesmo por ser um grupo de origem religiosa e essa não é a intenção dos membros articuladores e tão pouco dos líderes religiosos envolvidos com a PAB. Pelo contrário, o propósito da Pastoral é confrontar a fé com as injustiças, fruto das desigualdades advindas do sistema capitalistas, conforme analisa o assessor nacional da PAB, Jurandyr (2016).

É importante esclarecer que o trabalho social da Pastoral Afro-brasileira tem o propósito de se tornar visíveis nos cenários em que os negros estão presentes, com o intuito de serem notados pela população e para que ocorra também, o fortalecimento da atuação e da conscientização sobre a questão racial. Sem esquecer de salientar, para que esse feito ocorra, a PAB precisa dispor de incentivo, compromisso e participação dos líderes religiosos, da comunidade e principalmente dos agentes pastorais.

O compromisso com os mais pobres, assim como a valorização das experiências apresentadas pelas comunidades, compõem a reflexão social da Pastoral Afro-brasileira, conquistando um espaço de fala no âmbito social, que permite evidenciar sinais que revelam a espiritualidade da PAB. Esses sinais que entrelaçam a espiritualidade com a luta social são evidenciados através de direcionamentos que a Igreja Católica aponta como uma postura cristã, que é o acolhimento e prática solidária aos desprezados e pequenos socialmente falando.

Pelas considerações mencionadas em relação a Pastoral Afro-brasileira e sua articulação em prol da igualdade racial, em todos os âmbitos sociais, como no seio da Igreja Católica, com a população local e com os movimentos sociais, constei que é de suma importância que existam mais estudos que debrucem seu olhar para a PAB. Em virtude da sua reflexão que remete as questões mais latentes da sociedade, como o racismo, que causa diretamente danos na vida dos negros e que alimenta ainda mais a exclusão que é estrutural dessa população.

.....

*** Camila Moraes De Oliveira**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

A LITERATURA TEM GÊNERO E CÔR: A LITERATURA NEGRA BRASILEIRA DESMASCARANDO A BRANQUITUDE DA LITERATURA NACIONAL

*Dea Merlini

O debate sobre a possibilidade (e necessidade) de uma literatura negra no Brasil está ganhando cada dia mais força graças ao diálogo entre escritores e movimentos negros. Neste contexto assistimos a um protagonismo das mulheres negras. Posicionando-se nas interseções entre raça e gênero, estas têm um ponto de vista privilegiado sobre as dinâmicas sociais e políticas que estruturam a sociedade brasileira e oferecem novos olhares sobre os processos de construção da identidade nacional.

A literatura produzida por mulheres negras não somente inaugura novos conteúdos na literatura chamada “nacional” mas leva a uma discussão profunda do inteiro cânone literário, sendo que revela alguns não ditos essenciais sobre temáticas como a mestiçagem, o sincretismo, a multiculturalidade da sociedade brasileira.

A novidade não é só nos conteúdos mas também nas formas de expressão, que tencionam criar uma outra relação entre experiência vivida e escrita, que, embora não se limite a uma imitação passiva da primeira pela segunda, implica a impossibilidade do esquecimento do corpo e do lugar de fala de quem escreve e o compromisso com a batalha para “contar a História dos seus”, ou seja para falar da realidade do ponto de vista dos sujeitos que foram marginalizados e folklorizados dentro das macronarrativas nacionais.

Conceição Evaristo tem cunhado um termo para falar disso tudo: *escrevivência*.

Constrói-se uma estética que manifesta poderosamente o corpo e as suas vivências, diferenciando-se das estéticas até hoje hegemônicas no Brasil, às do modernismo e do pós-modernismo, baseadas na abstração, no desaparecimento do eu de quem escreve, na busca do artifício retórico e da linguagem não mimética. De facto assistimos a uma superação da retórica anti-identitária do modernismo e pós-modernismo e a um desmascaramento desta retórica como sendo produzida maioritariamente por quem, pertencendo ao sujeito considerado como “norma” (homem, branco, cis, étero-sexual, de classe média, de cultura urbana) não precisa se autodeclarar.

Assim fazendo, esta literatura gera uma revolução de formas e conteúdos, questionando o cânone e tentando responder a perguntas fundamentais sobre o que é ser brasileiro a partir de outro lugar de fala.

Minha comunicação enquadra-se na sociologia das ausências e das emergências, como definidas por Boaventura Sousa Santos. De facto, esta pretende interrogar as retóricas sobre a identidade nacional brasileira a partir de outro lugar de fala, usando os textos e as discussões das escritoras e dos escritores negros como ferramentas epistemológicas para desconstruir os discursos hegemônicos e ativar outros processos de imaginação social.

Em particular, concentro-me sobre a *pregnância* do eixo racial na discussão sobre o

que é Brasil e discuto os imaginários mais icónicos acerca disso (a antropofagia em literatura, as teorias da mestiçagem nas ciências sociais) a partir dos questionamentos que emergem pela tomada de protagonismo cada vez mais forte de intelectuais e escritores negros e mestiços que se assumem como negros dentro da própria escrita e se comprometem com a luta contra o chamado “o racismo à brasileira”. Este é um racismo supostamente “cordial”, que mergulha na valorização da mestiçagem ao mesmo tempo que promove ideais de branquitude e um eurocentrismo epistemológico.

Vou tratar estes argumentos tomando como ponto de partida a escrita de Conceição Evaristo, mulher negra e originária de uma favela e escritora que hoje começa a receber, finalmente, o reconhecimento do establishment literário. Iniciando a sua trajetória como colaboradora do projeto “Cadernos negros”, do coletivo Quilomboje, de São Paulo, a escritora mineira tem publicado um primeiro romance, “Ponciá Vicêncio”, definido como o “romance de formação da literatura afro-brasileira” (Eduardo Duarte de Assis); ao que se acrescentam outros romances, contos e poemas que trazem a mulher negra como sujeito de literatura, dando voz a quem foi invisibilizado, ou, se visibilizado, hétero-representado, folklorizado, objetivado.

.....

*** Dea Merlini**

Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra - CES/UC. Coimbra, Portugal

Resumen de ponencia

AÇÕES AFIRMATIVAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA POPULAÇÕES AFRODIASPÓRICAS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

*Sábatha Fernandes

Segundo os estudos decoloniais, para se compreender o sistema capitalista é importante analisar o sistema de hierarquização e dominação que se reproduz nas dimensões do poder, do saber e do ser tendo em vista a economia, a política e a cultura como categorias que se entrelaçam. Como afirma o sociólogo peruano Aníbal Quijano, a categoria raça resulta da classificação social com base nas diferenças fenotípicas entre “vencedores” e “vencidos” servindo como base para a definição de hierarquias na formação do sistema capitalista moderno, configurando-se como pedra angular da colonialidade do poder, padrão de dominação que se apresenta como um dos elementos constitutivos e específicos do poder capitalista.

A produção de estratificação racial aliada às novas formas de exploração do trabalho, ao operar como classificatória dos sujeitos estabeleceu imaginários sociais em torno às raças que continuam a pautar as relações sociais e a embasar o racismo operante nas sociedades contemporâneas.

As práticas racistas podem se apresentar de diversas formas através de mecanismos simbólicos e/ou concretos, à nível pessoal, interpessoal ou institucional. Aos mecanismos de discriminação inscritos no sistema social que operam para além das ações dos indivíduos nos referimos como racismo institucional. Esse conceito diz respeito às formas como instituições e organizações operam práticas, ações e comportamentos que contribuem para a naturalização e reprodução da hierarquia racial produzindo desigualdades na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades e impossibilitando um serviço adequado a todas as pessoas em função de seu pertencimento racial ou étnico.

Como afirma o sociólogo porto-riquenho Agustin Lao-Montes, as desigualdades que compõem a colonialidade do poder associam o passado no presente e implicam formas sistêmicas de violência que acabam por relacionar a justiça reparativa à justiça decolonial na busca por medidas imediatas bem como de mudanças fundamentais. Assim, pensar em justiça reparativa significa acionar um princípio ético que remete a condição histórica de terror que resulta em desigualdades histórico-estruturais com relação à população afrodiaspórica. Nesse sentido é que a reivindicação por políticas afroreparatórias que sirvam para ressarcir essa situação histórica e que dêem conta de corrigir o atual quadro de desigualdades está cada vez mais expressiva na agenda dos movimentos negros e tem sido assumida pelos Estados e materializadas em políticas públicas. Como políticas afroreparatórias nos referimos àquelas ações orientadas a corrigir as distorções históricas que operam discriminações negativas sobre grupos e indivíduos que apresentam traços de ascendência africana. Tais políticas se sustentam na memória da escravidão, suas consequências e os futuros possíveis de libertação.

Nesse sentido o historiador e antropólogo colombiano Oscar Almario García advoga em favor de medidas afirmativas, considerando-as como necessárias às populações afrodescendentes já que, como categoria histórica coletiva, esses não hão alcançado a cidadania substancial, uma busca implicada na dupla consciência diaspórica (americana e negra). As políticas de ação afirmativa, compreendidas como políticas de discriminação positiva que buscam promover oportunidades à indivíduos com base em sua pertença a um grupo menos favorecido para maior representação em áreas onde esse esteve ausente por razões históricas, podem ser lançadas a diferentes setores da sociedade, mas aqui, pensaremos em ações afirmativas como um tipo estratégico de política afroreparatória que, entre a década de 1990 e o início dos anos 2000, toma fôlego na América Latina, especialmente tendo em vista a realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata promovida pela ONU em Durban (2001), evento que fortaleceu uma rede entre os afro-latino-americanos e conferiu aos países signatários a responsabilidade pela adoção de medidas positivas para as vítimas de racismo e discriminação racial. Em função da classificação societal criada no bojo da colonialidade e do racismo institucional, a população afrodiaspórica continua ausente ou sub-representada em determinados espaços da sociedade e se encontra em piores níveis de acesso a bens e direitos quando comparada à população branca.

Considerando que a distribuição de ingressos e bem-estar são transmitidas de uma geração à outra através de fatores determinantes como a educação, o patrimônio, as características demográficas, as oportunidades de acesso à bens e serviços e ao emprego decente, e, sendo o direito à educação uma ferramenta que facilita o acesso a outros direitos fundamentais, é justamente na área educacional que se desenvolve um dos maiores campos de batalha por políticas afroreparatórias. No ensino superior, espaço privilegiado de produção e reprodução de saberes e responsável pela formação dos quadros profissionais, a instauração de políticas afroreparatórias encontra seu maior alvo.

Nossa pesquisa se desenvolve partindo desse referencial teórico, sustentando que a instauração de políticas afroreparatórias para o ensino superior, ao permitirem a inserção da população afrodiaspórica, bem como a inclusão de seus saberes e referências culturais outrora negados na agenda da academia e, por conseguinte, da sociedade, são capazes de contribuir para a modificação da ordem institucionalizada do racismo e de produzir fissuras no padrão de dominação operado pela colonialidade do ser/poder/saber. Posto isso, nessa comunicação, nos aventuraremos a apresentar resultados parciais de nossa pesquisa acadêmica que indaga acerca da eficácia da instauração de ações afirmativas de acesso ao ensino superior para populações afrodiaspóricas no Brasil e na Colômbia, buscando mensurar a presença dessas populações na educação superior, bem como as produções acadêmicas sobre o tema e/ou que incluam matrizes de saber desde “os outros” colonizados.

.....

* Sábatha Fernandes

Programa de Pós-Graduação em Integração da America Latina . Universidade de São Paulo - PROLAM/USP. São Paulo, Brasil

Resumen de ponencia

AFRODESCENDENCIAS. MÀS ALLÀ DEL DECENIO

*Susana Beatriz Villarrueta

AFRODESCENDENCIAS, MAS ALLA DEL DECENIO

LIC. SUSANA VILLARRUETA*

TeMA Tertulia de Mujeres Afrolatinoamericanas

Palabras Claves: “afrodescendencia”, “mito”, “identidad”

A modo de introducción

El presente trabajo tiene como propósito reflexionar sobre los mitos y ficciones que existen sobre los afrodescendientes en el contexto argentino, a través del análisis de los relatos de dos mujeres afroargentinas. El primer relato fue publicado en la “Revista Topia, un sitio de psicoanálisis, sociedad y cultura” y el segundo en una investigación exploratoria en curso sobre afroargentinos/as. También buscamos reflexionar sobre la humanidad y la dignidad más allá de las jerarquizaciones basadas en el color de la piel, que el colonialismo instituyó.

Eurocentrismo y racismo en las narrativas de nación

El proceso civilizatorio propuesto a partir de la colonización de América Latina dejó como herencia, desde la fundación misma del Estado Nación, un pensamiento eurocentrista que enalteció la blanquedad en las narrativas históricas, con el fin de homogeneizar a la población. Este intento de homogenizar la población, desmintió la presencia de pueblos originarios y a partir de 1880 comenzó a gestar la “desaparición” de la población “negra” y sus descendientes (Geler, 2010). La población negra arribó como consecuencia del comercio esclavista desplegado por las potencias hegemónicas europeas en el periodo colonial. En el marco de este proceso se produjeron nuevas alteridades históricas, como bien señala Segato “aquellas que se fueron formando a lo largo de las historias nacionales, y cuyas formas de interrelación son idiosincrásicas de esa historia. Son “otros” resultantes de formas de subjetivación a partir de interacciones a través fronteras históricas interiores, inicialmente en el mundo colonial y luego en el contexto demarcado por los estados nacionales” (Segato, 1998, p. 21). De las retóricas, las prácticas de la violencia colonial y el sistema esclavista, surgen ideologías sobre las diferencias raciales que contribuyeron a la formación de estereotipos basados en el color de piel, asignando un estatus y un rol desigual en la estructura social. Producto de esta ideología también se ocultó y desmintió la presencia afro en la configuración de la identidad nacional, construyendo el mito y la ficción que pregona que “en argentina no hay negros”. Mito sostenido por el presidente argentino en el año 1996, quien en una visita oficial a Estados Unidos dijo: “En Argentina no existen los negros, ese problema lo tiene Brasil”. De la misma manera, recientemente el actual presidente argentino, en las declaraciones hechas en el Foro Económico de Davos, manifestó: “en Sudamérica somos todos descendientes de europeos”

Dichas retóricas pueden ser analizadas desde Aníbal Quijano (Quijano, 2000 p. 246), quien plantea que la clasificación social de la población mundial basada en la idea de raza es uno de los ejes fundamentales del patrón de poder. La Raza vista como una construcción mental dada en un espacio y tiempo, donde se codificaron y clasificaron las diferencias entre los conquistadores y los conquistados. Donde la división del trabajo adquirió un carácter racial, que ubicó a las personas esclavizadas y su descendencia, hasta el día de hoy, en una posición de desigualdad social y de difícil acceso a derechos.

Las retóricas y las prácticas basadas en el eje de dominación de la raza, también sustentaron y sustentan las relaciones sociales e intersubjetivas. Siguiendo a Anibal Quijano (2000 p.246), esta idea de raza creó identidades nuevas: “indios”, “negros”. En consecuencia, los pueblos africanos y sus descendientes, así como los pueblos originarios, fueron despojados de sus identidades históricas, singulares y propias, en favor de una nueva identidad, racial, colonial y negativa, asociada a jerarquías dentro de las relaciones de dominación.

Estas nuevas identidades raciales, coloniales y negativas se manifiestan en el lenguaje y en los discursos. En efecto “el lenguaje es un arma cargada tanto desde el punto de vista de su peligrosa eficacia instrumental como desde la perspectiva de la imposible neutralidad de su uso” (Solomianski: 2003, p.40). Siguiendo a Teun Van Dijk (2001 p.192) cada vez que hablamos, lo hacemos desde un lugar de emisión social que reafirma un sistema de juicios y evaluaciones tejidas en función de intereses de clases dominantes, adquiriendo el lenguaje una función de contexto. Se reproducen prejuicios que fundamentan luego prácticas sociales, alojando al discurso en el corazón del racismo. El discurso sobre “Otros” refleja modelos mentales y representaciones sociales trayendo consecuencias en las interacciones sociales y cognitivas.

“El arma cargada” de los discursos mencionados y producidos por el capitalismo racial actual y por el neoliberalismo, que no es neutral y responde a intereses dominantes, también reconvierte a lo “negro” en la figura de los migrantes, los pueblos originarios, los “cabecitas negras” y a todo lo popular que no responda a los intereses hegemónicos dentro del proceso de dominación global.

La discriminación y las prácticas racistas que en la actualidad persisten y que los afrodescendientes sufren, tienen su origen, están enraizadas en históricas desigualdades sociales, en las fracturas de sus identidades, en la falta de acceso a los medios de producción, en la distribución racial del trabajo, entre otras. Es así que la discriminación y el racismo que se manifiestan en las relaciones de poder, llevaron a la invisibilización de la población afrodescendiente en la configuración étnico racial de nuestro territorio.

.....

* Susana Beatriz Villarrueta

Tertulia de Mujeres Afrolatinoamericanas TeMA. Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

AFRODESCENDIENTES EN CHILE: ENTRE LA DISCRIMINACIÓN Y LA INVISIBILIDAD

*Laura García Del Río

*Maria Fernanda Stang

El crecimiento muy significativo de la inmigración internacional en Chile en las dos últimas décadas, además de la diversificación de sus países de origen -aunque sigue tratándose de una migración eminentemente intrarregional-, han interpelado a la “sociedad chilena” -asumiendo el nacionalismo metodológico que está en la base de esta noción- a partir de ciertos procesos sociales invisibilizados por su naturalización. Esta interpelación ha instalado la palabra racismo en las conversaciones cotidianas, en las redes sociales, en los medios de comunicación, las discusiones académicas, y hasta en la agenda política, y no precisamente de la mejor manera esperable.

En efecto, el intenso crecimiento de la migración peruana primero, desde mediados de la década de 1990, acompañado además de su arribo a Santiago -en el norte del país se trata de una presencia histórica, vinculada además a la anexión de territorio peruano tras la Guerra del Pacífico (1879-1883)-, y el más intenso crecimiento, en los años recientes, de la migración proveniente de países con una importante presencia de población afrodescendiente -Colombia, República Dominicana, Haití y Venezuela-, han enfrentado a la “población nacional” con un espejo que devuelve una imagen incómoda: aquella que muestra el pilar eugenésico y blanqueador que ha estructurado la formación nacional de alteridad que está en la base de la construcción identitaria del Estado-nación.

La idea de formaciones nacionales de alteridad, un concepto central para el análisis que propone esta ponencia, alude al hecho que “los procesos de otrificación, racialización y etnitización propios de la construcción de los estados nacionales emanan de una historia que transcurre dentro de los confines, y al mismo tiempo plasma el paisaje geográfico y humano de cada país” (Segato, 2007:28). Es decir, cada formación nacional, “en tanto matriz idiosincrática de producción y organización de la alteridad interior de la nación”, presenta formas de racismo, prejuicios y discriminación étnica que son específicos de ese orden particular, construidas en una historia propia. Esa historia propia le da especificidad a los procesos de racialización y etnización que atravesaron los proyectos de nación latinoamericanos (Viveros Vigoya, 2006), inseparables del colonialismo y la colonialidad del poder (Quijano, 2000) que han marcado brutalmente a nuestro subcontinente.

Es justamente en esa especificidad que pretende explorar esta ponencia, a partir de la pregunta por las razones que están detrás del hecho que sea la llegada de población migrante afrodescendiente la que genere tensiones, debates y reflexiones en torno al racismo de la sociedad nacional, mientras que la población afrochilena y sus demandas han permanecido prácticamente invisibles, del mismo modo que el racismo que la afecta, al igual que el que pesa sobre la población indígena, e incluso más.

Aunque ha sido escasamente tematizada, desde diferentes ámbitos, Chile cuenta con una población afrodescendiente cuya magnitud se desconoce, precisamente porque una de las formas de esta invisibilidad es la estadística. Esta población está concentrada en el norte del país, en la región de Arica y Parinacota, que limita con Perú y Bolivia. Una encuesta realizada en 2013 desde el Instituto Nacional de Estadística (INE), junto con organizaciones afrodescendientes -la ENCAFRO (Encuesta de Caracterización de la Población Afrodescendiente)-, en las comunas de Arica y Camarones, reveló que un 4,7% de la población regional se considera afrodescendiente, y que un 6,2% de los hogares de esas regiones tienen miembros afrodescendientes (CELADE-CEPAL, 2017). Es precisamente en esta parte del territorio nacional que han surgido y se han ido desarrollando organizaciones sociales que están preocupadas por un rescate y fortalecimiento de esta identidad, y por un reconocimiento del Estado.

¿Por qué razón ha sido la presencia migrante, y no este proceso de autoafirmación identitaria, la que ha logrado problematizar una discriminación racial que ha llegado a tener desenlaces brutales en algunos casos? Una pregunta semejante, en todo caso, a la que se plantean algunos actores indígenas -sobre todo mapuches- respecto de la problematización del carácter nacionalista y colonialista del sistema educativo nacional que ha detonado la presencia de niños migrantes, mucho más que la que logró posicionar como demanda política el movimiento indígena, a partir del reclamo por una educación intercultural.

Esta ponencia se propone, entonces, explorar en los elementos de la formación nacional de alteridades de Chile que explican esta (aparente) paradoja. Lo hace a partir de un trabajo exploratorio sustentado en el análisis documental. Mediante la revisión sistemática de un corpus compuesto por publicaciones que se ocupan, por una parte, de la población afrochilena, y por la otra, de la migración internacional afrodescendiente presente en el país, este trabajo procura arribar a algunas hipótesis que pudieran considerarse explicaciones posibles de esta tensión, tanto para contribuir a ambos campos de estudio -el de la afrodescendencia y el de las migraciones- como para proponer vías de articulación de los movimientos sociales organizados en torno a las demandas de ambos “grupos” de la población.

.....

*** Laura García Del Río**

Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - CELADE. Santiago, Chile

*** Maria Fernanda Stang**

Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía - CELADE. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

ANÁLISE DA OBRA “ATITUDES RACIAIS DE PRETOS E MULATOS EM SÃO PAULO “, DE VIRGÍNIA BICUDO, COM ÊNFASE NA FAMÍLIA E NA MULHER

*Marcela Regina Oliveira De Miranda

Tendo em vista o caráter revolucionário e pioneiro presente na obra *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo* de Virgínia Leone Bicudo, que demonstra como o preconceito racial existe e opera nas relações sociais brasileiras sem a necessidade de estar atrelado ao preconceito de classe, intenciono a análise deste trabalho a partir da perspectiva dos processos de familiarização e, também, a partir da leitura de ausência da família.

Proponho um aprofundamento das questões levantadas pela autora, tal qual as formas e faces do racismo como ferramenta de exclusão, evidenciando as restrições sofridas pelos negros, além da imersão em questões que ficaram de fora da observação, como foi o caso das questões de gênero. Nesse sentido procurarei investigar o papel da mulher negra em nossa sociedade.

O presente paper tem como objetivo explicar a vida e obra, de uma grande socióloga e psicanalista negra que foi Virgínia Leone Bicudo. Com enfoque em sua tese de mestrado pretendo destacar os caminhos que a consagraram como pioneira, por trilhar diversos caminhos recém-abertos nas ciências sociais, como ser a única mulher na turma de graduação, participar de uma primeira turma de mestrado, revolucionar os estudos sociais ao apresentar o preconceito de cor como problema fundador da desigualdade social.

Graduada em Ciências Políticas e Sociais pela recém criada Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), no ano de 1938 - sendo a única mulher da turma - tornou-se igualmente transformadora e pioneira na construção de pensamentos que inspiram as ciências sociais e humanas até os dias de hoje. Sob influência da Escola de Chicago (1920), que se caracterizava pelos estudos empíricos e interdisciplinares, sobretudo na área sociologia urbana - onde grandes nomes se consagraram, dentre eles Everett Stonequist, Ellworth Faris, Florian Znaniecki, Robert E. Park, Donald Pierson (seu orientador) -, a ELSP, criada em 1933, seguiu metodológica e teoricamente os passos norte-americanos. Adotando um pensamento interdisciplinar envolvendo Antropologia, Sociologia e Psicologia social, numa perspectiva empírica com tendência a desenvolver os estudos a partir dos eixos de problemas sociais urbanos e rurais. Esse verdadeiro laboratório social conduziu Virgínia Bicudo a caminhos jamais percorridos e a resultados singulares, revolucionando o recente campo de estudos raciais brasileiros com constatações inéditas. É importante demarcar que Virgínia se posicionava com clareza e consciência sobre sua posição social como mulher e negra, tendo sua história pessoal grande importância e influxo sobre a interpretação e compreensão do problema racial, ao qual se dedicou com afinco ao longo de sua carreira.

Ao visitarmos sua obra intitulada *Atitudes Raciais de Pretos e Mulatos em São Paulo*, desenvolvida ao longo do seu curso de mestrado durante os anos de 1941 e 1944, composta por análise documental, entrevistas e estudo de caso, podemos reconhecer a força em seguir uma postura contrária aos discursos preconizados em estudos tradicionais. Muitos dos quais apresentavam argumentos de que a heterogênea população brasileira seria harmônica no sentido das relações raciais, insinuando, por vezes, que a miscigenação era prova da inexistência do racismo, sugerindo ainda uma sociedade pautada na democracia racial.

A análise atravessa trajetórias de vida próximas e distantes à sua, mas que dialogam e reforçam sua hipótese da existência do preconceito de cor, proposição que fundamenta sua pesquisa, sabendo que: “As atitudes sociais expressam o aspecto subjetivo da cultura e conduzem ao conhecimento das condições sociais que concorrem para sua formação.” (BICUDO, 2010, p.63).

É relevante mencionar que os relatos de pretos e mulatos sobre suas consciências e vivências nas relações entre pretos e brancos remete ao atualmente discutido “lugar de fala”. O trabalho, se pensado contemporaneamente, tem contornos que respeitam esse lugar, pois ao invés de dar voz para o problema do racismo garante e oferece o espaço para que muitas vozes, através de suas experiências cotidianas particulares e sociais, pontue o racismo como um problema social, como na canção de Mombaça (2016) intitulada *lugar de fala*: “Não quero saber de outra no nosso lugar de fala. Mulher preta no poder pra poder poder”.

.....

* Marcela Regina Oliveira De Miranda

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE PPGS-UFF. NITERÓI, Brasil

Resumen de ponencia

ANCESTRALIDADE, COMUNIDADES QUILOMBOLAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A REAPROPRIAÇÃO CULTURAL DA NATUREZA E O BEM VIVER

*Maria Luiza Dantas

Em embarcações insalubres advindas da África, diferentes tribos foram trazidas para compor o denominado processo de colonização das Américas e contribuir para a fortuna dos conquistadores, bem como para a formação do povo brasileiro. Sob a égide do império escravocrata, a escravidão foi considerada a base da economia colonial brasileira.

Com base nos teóricos Dussel (1993) e Quijano (2005), o chamado “novo mundo”, considerado imaturo e incivilizado, foi marcado pela exploração dos negros e comunidades indígenas a partir da imposição de um status de inferioridade dito “natural”, assumido a partir da denominação “subalternidade”, somada à estética de destruição e acumulação fundadas no consumo destrutivo da natureza e exploração dessa mão de obra escrava. A resistência à desumanização no período escravocrata encontrou forte contribuição nas experiências quilombolas, formadas principalmente a partir de comunidades de escravos fugitivos vivendo em comunhão ao meio ambiente. As comunidades encontraram-se em múltiplas estruturas socioeconômicas de organização, entretanto o vínculo à terra aprimorou de maneira específica a faceta campesina. Inclusive, esses povoados foram até invadidos para suprir crises de escassez das grandes capitais. Tais invasões eram recorrentes durante o império escravocrata e, mesmo após o formal procedimento de abolição da escravatura, essa forma de resistência cultural e manifestação de luta continuou a sofrer marginalização, principalmente no que tange ao acesso à terra. Nesse sentido, a tese do “bem viver” propõe a reconstrução das sociedades sustentada sob a convivência harmoniosa entre os seres humanos e com a natureza a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais. Para isso, é necessário o reconhecimento de identidades por meio dos territórios culturais. De acordo com a teoria da “racionalidade ambiental” de Leff (2014), pode-se observar que o processo de degradação ambiental que afeta as condições de sustentabilidade está intimamente ligado ao desprezo da lógica econômica à cultura e à natureza. Assim, contrapondo-se a essa lógica, a cultura e a natureza são pilares fundamentais para rompimento da racionalidade econômica. Desse modo, deve-se dar espaço a esse povo, em movimentos de resistência, buscando a legitimidade de novos direitos étnicos e culturais os quais vinculam-se às práticas de uso sustentável. Recentemente foram concentrados esforços para defesa da constitucionalidade do decreto brasileiro que regulariza a demarcação das comunidades remanescentes de quilombos. O ato normativo, além de propor a demarcação de terras, almeja a promoção de programas sociais para contribuir com a qualidade de vida desse povo, com apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais

presentes no território, tencionando a sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e política das comunidades, que tem como aspectos socioeconômicos principais a agricultura e a pesca. Assim como os indígenas, os quilombolas possuem uma relação de historicidade, ancestralidade e subsistência com a terra, bem como o trabalho agrícola que possui uma forma particular de relacionamento com a natureza e técnicas próprias. Nesse sentido, o presente trabalho volta-se à questão do desenvolvimento sustentável a partir das comunidades remanescentes de quilombos, apresentando um recorte descolonial e trazendo como referencial teórico as obras de autores como Quijano (2005), Leff (2014), Dussel (1993), Gomes (2015) e Acosta (2017). Os referidos aportes teóricos apontam para uma análise da exploração para expansão do capital, através da mão de obra negra e indígena e como esta exploração contribuiu para a degradação da natureza. Far-se-á pesquisa bibliográfica explicativa com metodologia indutiva. O trabalho trará como objetivo geral observar o desenvolvimento sustentável alicerçado na proteção da identidade e memória quilombola edificada na reapropriação quilombola da natureza. Isto posto, os objetivos específicos serão observar os conceitos do “bem viver” e ancestralidade existentes nas Comunidades Remanescentes de Quilombos; inferir o interseção da cultura e natureza ao campesinato quilombola e identificar a formação sustentável dos campesinatos quilombolas como forma alternativa ao desenvolvimento. Nessa proposta, ao observar a união entre as comunidades tradicionais e a natureza, ambos explorados durante a colonização das Américas, buscar-se-á romper com os ideais coloniais de acumulação e desenvolvimento, bem como atrelar as proposições do “bem viver” ao desenvolvimento sustentável.

.....

* Maria Luiza Dantas

Universidade de Pernambuco UPE. Arcoverde, Brasil

Resumen de ponencia

APROPRIAÇÃO CULTURAL DA ESTÉTICA NEGRA NO CENÁRIO BRASILEIRO: ENTRE PRÁTICAS RACISTAS E LUTAS DE REPRESENTAÇÃO

*Talita Brasil E Silva

Este artigo investiga o debate sobre apropriação cultural da estética negra e sua relação com a manifestação de práticas racistas no cenário brasileiro a partir de matérias publicadas na Internet por Geledés – Instituto da Mulher negra, e que tratam diretamente da temática em questão. As considerações aqui apresentadas orientam-se pela tentativa de compreender a noção de apropriação cultural empregada em tais matérias, identificar os agentes que operam tais práticas de apropriação, e por fim, apresentar os possíveis elementos constitutivos do debate em questão. Geledés foi criado na cidade de São Paulo em 30 de abril de 1988, tendo como missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização das mulheres negras e da comunidade negra em geral. Atuando como uma organização não governamental, o Instituto desenvolve uma série de ações que visam discutir a problemática da mulher negra como aspecto fundamental na discussão de gênero no contexto social brasileiro, e a questão racial em suas amplas dimensões. Geledés alcançou reconhecimento internacional, tendo recebido vários prêmios, dentre eles, o Prêmio Direitos Humanos do Ministério da Justiça em 1996, Diploma de Reconhecimento Direitos Humanos do Governo do Estado de São Paulo em 1997, o Prêmio de Direitos Humanos do Governo da França, em 1998, o XVI PRÊMIO FRANZ DE CASTRO HOLZWARTH de Direitos Humanos da OAB/SP em 1999, sendo também Vencedor do Desafio de Impacto Social Google I Brasil em 2014. O referido Instituto orienta suas ações trabalhando de forma interseccional gênero, raça e classe social, somando à agenda feminista o combate ao racismo e às desigualdades, desenvolvendo diversos estudos de modo a subsidiar a implementação de políticas públicas em diferentes instâncias, colocando-se também como espaço de celebração de culturas africanas e afrodescendentes. Sobre as estratégias metodológicas mobilizadas para alcançar os objetivos deste artigo, estas constituíram-se fundamentalmente pelo levantamento e análise de dezessete matérias veiculadas por Geledés em seus espaços virtuais, a saber, seu portal na Internet e sua página na rede social Facebook. Ainda visando aos intentos teóricos-metodológicos deste trabalho, adotou-se a abordagem discursiva tal como propõe Hall (2016). Esta abordagem tomou sentido, representação e cultura como elementos centrais. À vista disto, pode-se afirmar que as matérias analisadas permitiram decodificar através da linguagem nelas empregada os modos pelos quais os sujeitos que as escreveram constroem suas representações em torno da ideia de apropriação cultural da estética negra. Em geral, o conteúdo das matérias faz menção a alguns acontecimentos específicos relacionados ao universo da moda e sua relação com práticas de apropriação cultural e manifestação de racismo. Como exemplo de tais acontecimentos, observou-se em 2013/2014 a adesão ao uso das chamadas estampas

étnicas 2 desenhos coloridos em formatos geométricos, grafismos, imagens de animais, enfim; elementos que no imaginário de quem os produz, remetem principalmente às matrizes culturais africanas. Ainda como extensão da moda étnica, intensificou-se o uso do turbante 2 vestimenta que em alguns lugares do mundo é um símbolo que, para além dos significados sagrados, representa ainda o empoderamento da mulher negra. Algumas situações específicas do contexto brasileiro também repercutiram nas discussões em torno da ideia de apropriação cultural. O debate se fez presente mais uma vez quando a loja Farm também em 2014 lançou a foto de uma modelo branca para representar Iemanjá no dia comemorativo do Orixá. Ainda no universo da moda em 2014, a grife Tufi Duek, apresentou sua coleção outono/inverno atribuindo a inspiração de suas criações a elementos tribais africanos. Todavia, após a apresentação da referida coleção no evento de moda São Paulo Fashion Week (SPFW) ainda no mesmo ano, diversas críticas foram levantadas sobre a intenção da grife em fazer referência a elementos culturais africanos, uma vez que naquele desfile não houve a presença de modelos negras representando as criações exibidas. Tomando tais acontecimentos, as matérias aqui analisadas problematizam certas práticas de apropriação, que neste contexto, implicariam no uso descomprometido de bens culturais afro-brasileiros, esvaziando seus significados, não obstante relacionados às estratégias de resistência de um grupo étnico. O ato de apropriar-se envolve em tal discussão, uma relação de privilégios entre sujeitos apropriadores e aqueles cujos elementos culturais são apropriados. Os primeiros estariam na ótica de quem os avalia, estariam fazendo uso indevido de certos produtos culturais construídos no processo de afirmação identitária de um grupo, fazendo valer-se apenas de seus traços estéticos, sem contanto romper a dominação racial inerente à estrutura social em que se insere. As investigações aqui conduzidas, apoiadas no recorte empírico e teórico adotado, permitem apresentar como elementos constitutivos do debate em questão a ideia de que as práticas de apropriação cultural da estética negra se associam ao esvaziamento dos significados em torno de bens culturais de matriz africana, à banalização destes ao serem transformados em mercadorias exóticas, à reivindicação de representatividade, visibilidade e protagonismo por parte dos movimentos negros, denúncias frente ao branqueamento de determinadas manifestações culturais como desdobramento da ideia de miscigenação cultural predominante no imaginário nacional e na ocultação de práticas racistas e tentativas de dominação. O debate ora investigado evidencia ainda que ideia de apropriação cultural da estética negra nos coloca diante da relação entre raça e a composição de uma identidade nacional, situando-a como uma das questões fundantes do pensamento social brasileiro. Neste contexto, a temática da mestiçagem enquanto ideologia forjada por intelectuais e amparada pelo Estado bem como sua anunciação como marca distintiva de nossa nacionalidade assumiu contornos nitidamente racistas. Em resposta a esta ideologia e seus desdobramentos, pautaram-se a emergência e a afirmação das identidades afro-brasileiras, especialmente em oposição aos distintos projetos de branqueamento e a forma como estes fundamentaram a conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais, sobretudo pela ação do Estado, com vistas à ideia de brasilidade e democracia racial. Ainda como resultado das matérias analisadas, entende-se que o esvaziamento de significados decorrente de tais práticas de apropriação cultural se processam pela ação de três agentes: o Estado, mediante a construção de uma identidade nacional amparada pela promoção de símbolos populares capazes de

suscitar um sentimento de pertença e relativa unidade; neste contexto, observamos a transformação de símbolos étnicos, inicialmente restritos a determinado grupo, em símbolos de nacionalidade. O segundo agente seria o mercado, que ao expandir sua atuação por meio da ideia de diversidade global, captura os seguimentos e suas particularidades, mercantilizando o “étnico”, e por fim, pela ação dos próprios sujeitos, que mediante distintas formas de recepção, reelaboram os significados iniciais atribuídos a tais bens e manifestações culturais. Este estudo nos levou a concluir, portanto, que o debate ao qual investigamos nos põe diante de disputas travadas em torno da legitimidade dos sentidos atribuídos às manifestações culturais afro-brasileiras, configurando assim, lutas de representações entre os movimentos negros e os agentes que operam tais práticas de apropriação. Entende-se ainda que a repercussão da temática explorada neste artigo se insere em um contexto global de intensificação crescente do uso da Internet e do lugar central que esta tem assumido na difusão de informações e na configuração de espaços virtuais que possibilitam distintas práticas de sociabilidade, bem como formas gerais de ativismo e politização.

.....

* Talita Brasil E Silva

Brasil

Resumen de ponencia

AS NARRATIVAS DE REPRESENTAÇÃO DOS NEGROS NA TELEDRAMATURGIA: UM ESTUDO A PARTIR DO SERIADO O

*Samara Araújo Da Silva

O presente trabalho busca se aprofundar um pouco mais na trajetória do negro na teledramaturgia com foco no seriado brasileiro "O Sexo e as Negas". Devido ao seu caráter internacional, a série está presente no mundo inteiro. É de extrema relevância o fato da ficção seriada influenciar nas concepções de representações sociais, atingindo diretamente a visão que temos sobre nós e também do outro.

Em poucos trabalhos da teledramaturgia brasileira identificamos atores negros nos papéis principais, de protagonistas ou antagonistas. Segundo Araújo (2005), as rédeas da ação são tomadas geralmente por personagens interpretados por atores brancos, que atuam como o leão, o condutor, ou compõem o grupo de personagens principais. No primeiro momento, discutimos a identidade negra e a mídia. Desenvolvemos com maior atenção os conceitos de identidade e etnia. Com a ajuda de alguns sociólogos e pesquisadores do tema, concluímos que a identidade está ligada ao sentimento de pertencimento e é influenciada pelas representações simbólicas.

Discutimos também um pouco da história do racismo no Brasil e consequentemente os conceitos e visões sobre o termo raça, fenótipos, ideias eugenistas, supremacia racial branca, hierarquização dos grupos e o processo de mestiçagem no país. Introduzimos a questão do gênero feminino e uma breve trajetória histórica e afetiva da mulher negra desde o período escravagista até dados atuais de preterimento afetivo, violências e sua posição na base da pirâmide social.

Expomos dados e exemplos de personagens que ilustram um pouco da presença do negro na mídia nacional e na teledramaturgia ao longo do tempo. Estudamos estereótipos comuns na representação de negros e também papéis de destaque. Uma atenção maior foi dada à discussão sobre estética do branqueamento nas telenovelas brasileiras e sobre a mulher negra na teledramaturgia.

O segundo momento é dividido entre a demonstração de nosso objeto de estudo, corpus e a metodologia empregada. Primeiro fazemos uma espécie de sinopse da série.. Inserimos informações sobre o elenco, episódios, datas de exibições e repercussão negativa da série em sua estreia nacional. Adiante, contamos o motivo de escolha do objeto de estudo e os procedimentos adotados na seleção dos capítulos e cenas para análise. Em seguida, introduzimos a análise de representação social, alguns dos seus conceitos, autores, funcionalidade e relevância na comunicação e estudo das ficções seriadas. A análise de representação permitiu a observação não somente dos discursos, mas de outras formas de linguagem da estrutura narrativa.

Analizamos as cenas recortadas e escolhidas de acordo com a construção teórica presente no início do trabalho. Levamos em consideração o histórico do negro na teledramaturgia, gênero feminino, racismo, estereótipos, sexualização e inferioridade.

No momento seguinte, analisamos aspectos culturais, estéticos, emocionais e sonoros. Dividimos a análise e agrupamos as cenas em seções de acordo com suas respectivas semelhanças. São elas: Corporalidade, Pré-disposição ao crime e Inferioridade. Analisamos as quatro protagonistas e a relação inter-racial do casal Gaudéria e Carbureto.

Por fim, apresentamos nas considerações finais os resultados coletados da observação e estudo das cenas. Detectamos que apesar do protagonismo as negras foram representadas dentro de padrões estereotipados e depreciativos o que não difere muito do contexto histórico apresentado anteriormente do negro na Tv. As protagonistas são intensamente sexualizadas e omissas na maioria dos momentos. Esse trabalho pretende mostrar como a representação do negro na série em estudo, reforça uma imagem subalterna e negativa dos negros. Compreender essas representações e como elas influenciam na formação identitária dos telespectadores é projetar uma possibilidade de um futuro de ficções que ofereçam não somente um espaço igual como os das protagonistas, mas, um equidade no protagonismo por atores negros.

.....

*** Samara Araújo Da Silva**

Universidade federal de Ouro Preto - UFOP. Ouro Preto, Brasil

Resumen de ponencia

AUTODERMINACIÓN DE LA IDENTIDAD NEGRA EN TRES POBLADOS DE LA COSTA CHICA DE OAXACA, MÉXICO.

*Tristano Volpato

En 2015, las comunidades afromexicanas de la Costa Chica de Oaxaca fueron excluidas del conteo intercensal del Instituto Nacional de Estadística y Geografía de México. Por una parte el INEGI consideró injustificados los costos de incluir en el censo oficial una pregunta que captara el mejor criterio sociocultural para la minoría negra oaxaqueña. Por la otra, con el objetivo de no quedar rezagados en el conteo y así en el registro oficial de 2020, bajo sugerencia del Instituto, los pobladores llevaron a cabo un autoregistro intercensal a través del cual eligieron el concepto de “negro” como el más adecuado para identificarse frente a la sociedad mexicana. En este caso, el Instituto Nacional de Estadística y Geografía consideró esta definición como no-políticamente correcta, por lo cual no procedió al registro de la minoría africana de la Costa Chica, en el patrón poblacional de las minorías nacionales ab origine. Asimismo, sucesivamente al auto censo, el INEGI se dio a la tarea de medir el criterio de autopercepción de la negritud local a través de una única pregunta en la que aparecen los conceptos de “afrodescendiente”, “afromexicano” y “negro” como sinónimos. Finalmente, el Instituto decidió definir las comunidades locales como “afrodescendientes”, excluyendo el criterio de autodeterminación poblacional elegido por los entrevistados e invalidando así los resultados de su Encuesta intercensal 2015. Como consecuencia de esta dinámica, las comunidades afromexicanas oaxaqueñas fueron excluidas de los privilegios institucionales otorgados por el Estado mexicano para la integración y el desarrollo, así como del reconocimiento constitucional planteado desde hace por lo menos seis años. Pues, en su resolución 64/169, del 18 de Diciembre de 2009, la Asamblea General de las Naciones Unidas declaró el 2011 el Año Internacional de los Afrodescendientes, alentando a los estados miembros a determinar iniciativas incluyentes para la integración de la población negra nacional y contribuir al éxito del Año.

Por lo anterior, el artículo busca redefinir los criterios teórico-metodológicos de la instrumentación sociocultural oficial nacional, aportando una perspectiva sociológica de la cultura in crescendo, pues, a raíz del derecho de autodeterminación otorgado por la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, la investigación valora el criterio empleado por los pobladores para la definición de su identidad local, y aporta una perspectiva innovadora del proceso de negociación de la identidad negra, en México.

Con el objetivo de alimentar el debate académico acerca del tema, favoreciendo el registro de la minoría negra oaxaqueña en el censo nacional planteado para el año 2020, se llevó a cabo una investigación en los tres poblados que, al momento del levantamiento intercensal, el INEGI escogió para la muestra: José Ma. Morelos (3300), Collantes (2500) y El Ciruelo (1500 personas), ubicados en el sur-oeste de la costa

pacífica mexicana, entre Santa María Huatulco y la frontera guerrerense de Cuajinicuilapa. Así, nuestra investigación pone a prueba la reproductibilidad de la metodología de la Encuesta y aporta nuevos elementos al estudio, pues el cuestionario que se empleó para el análisis incluyó variables excluidas por el INEGI y que, sin embargo, los pobladores consideran ser esenciales en el estudio de la identidad negra, a saber, su relación con otros grupos culturales locales; la autopercepción construida a partir de la cultura, las tradiciones y la lengua; y el color. En este caso el cuestionario ha sido diseñado de manera tal que el factor estético resulte complementario a la percepción de pertenencia o exclusión de los actores sociales en el territorio, lo cual significa permitir que los entrevistados se autodefinan como parte de la población negra costachiquense a pesar de que su estética no sea considerada “típicamente africana” por el observador. Finalmente, las preguntas que se han producido en colaboración con algunos líderes locales buscan determinar los principios sobre los cuales debería de ser construida la idea de negritud en México, excluyendo los modelos de reconocimiento de los derechos de minoría que, como el *melting pot*, el *ethnic salad bowl*, o el *model minority* representan, hoy, el *must* teórico acerca del multiculturalismo internacional.

En cada uno de los poblados se ha levantado la información relativa a lo que en la Encuesta intercensal 2015 del Instituto ha sido definido un criterio de “autodeterminación afrodescendiente” (por un total de 711 cuestionarios válidos), es decir una forma comunitaria de auto percibirse frente al *grosso* de la población nacional. En este sentido, el estudio que se ha producido a lo largo de los últimos cinco meses en la Costa Chica de Oaxaca quiere ser una suerte de “ajuste metodológico” dirigido a la creación de una serie de preguntas destinadas a recabar la información relativa al criterio de autodeterminación de la población negra local. Con este fin, el artículo que se propone se organiza en dos momentos complementarios.

En primer lugar, el trabajo critica la metodología empleada por el Instituto en la conformación del cuestionario destinado al levantamiento de la información *in loco*. En este sentido, con nuestra aproximación teórica se busca demostrar que el criterio institucional impuesto por el Instituto ha contribuido a perjudicar los resultados de la encuesta intercensal 2015, específicamente con respecto a los conceptos de etnia y de comunidad, mismos que el INEGI emplea como intercambiables. En este sentido la falacia metodológica del Instituto justifica la afirmación según la cual las poblaciones indígena y afrodescendiente serían “comunidades equiparables”. Agregado a lo mencionado, el Instituto registró como afrodescendientes sólo las personas con rasgos físicos “preponderantemente africanos”, contrastando con la percepción de los pobladores y de las asociaciones civiles locales cuya opinión es que el registro de la población afrodescendiente de la Costa Chica de Oaxaca depende de la pertenencia territorial, del reconocimiento colectivo y de la identidad local.

En segundo lugar, el artículo presenta los resultados de nuestra investigación y discute la forma de autodefinición local, demostrando que la percepción estética determina sólo una mínima parte del reconocimiento racial, siendo ésta reemplazada por un criterio específicamente empático de inclusión-exclusión comunitaria de los miembros. Esto significa que los pobladores construyen su sentido de pertenencia por un proceso de determinación adquirida a través del tiempo, por los roles culturales en cuanto miembros del grupo, y en base al rol desarrollado socialmente por los actores en la comunidad. La pertenencia se construye así a partir de la conducta social, no de una

estética demográfica más o menos africana. Sucesivamente, la referencia es al cómo la comunidad percibe a los demás actores, lo que en sociología se denomina como una relación ego-alter en la que los “demás” son potenciales “otros generalizados”. Finalmente, el trabajo explica la identidad negra local a partir de parámetros de autodeterminación contruidos sobre la relación igualdad-diversidad que los actores mantienen entre si cotidianamente.

.....

*** Tristano Volpato**

Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa; Universidad Pontificia de México UAM-I; UPM. Ciudad de México, México

Resumen de ponencia

CANTADORAS, UNA FORMA DE RESISTENCIA ANCESTRAL AFROCOLOMBIANA

*María Fernanda Carrillo Sánchez

La siguiente ponencia analiza la práctica de las cantadoras afrocolombianas como una forma de resistencia cultural a las desigualdades estructurales, agravadas por el contexto de violencia en Colombia. Por un lado, el legado de la exclavización y racismo institucional han generado la exclusión de las poblaciones afrodescendientes, ubicando en el mapa social a las comunidades negras en una situación de desventaja histórica en términos de participación política y movilidad social. Por otro lado, la posición estructural dentro de un orden violento y patriarcal ubica a las mujeres en una doble situación de desigualdad en el interior y el exterior de sus comunidades. Sin embargo, es interesante observar cómo, a pesar de estos condicionamientos estructurales las mujeres cantadoras logran ganarse un lugar legítimo en sus comunidades para así relatar las injusticia vividas.

En Colombia, esta práctica proviene por un lado del Pacífico, donde se realizan cantos fúnebres alabaos, cantos romances apropiados por las personas esclavizadas que expresan el dolor y celebran la muerte como liberación; y por otro lado en el Caribe, en donde grupos cimarrones formaron palenques, constituyendo una lengua criolla con raíces africanas y manteniendo diversas tradiciones como el rito fúnebre del lumbalú, baile cantado con percusiones, como celebración de la muerte de una vida libre. En la colonia, el mestizaje da origen a la conformación de otras expresiones musicales que hoy constituyen ritmos tradicionales como el bullerengue, la cumbia y el currulao, que al componerse sobre la vida cotidiana, hoy narran las vivencias del conflicto armado en Colombia.

De esta manera, se han constituido estos cantos como expresiones que emergen de la vida cotidiana y la búsqueda de liberación histórica construyendo interacciones de resistencia a la diferencia decolonial; constituyendo la actividad de las cantadoras como una práctica cultural que politiza la vida y la muerte desde la cotidianidad, como en un acto de resistencia creativa ante la guerra, el patriarcado y la colonialidad.

Ahora bien, esta investigación interdisciplinaria cuenta con materiales audiovisuales que se expondrán como apoyos para la discusión, mostrando testimonios de descontento y protesta social en los cantos. Estos materiales son producto del proceso de investigación-creación del largometraje documental “Cantadoras. Memorias de vida y muerte en Colombia” el cual dirigí, en donde cinco mujeres afrocolombianas cantan sobre la vida y la muerte de sus pueblos. Este documental musical de corte etnográfico, resalta el papel de las mujeres en la resistencia cultural de los pueblos afro descendientes y en la construcción cotidiana de una memoria no patriarcal.

Para mostrar la ancestralidad de esta práctica dos cantadoras nos muestran como los cantos hacen parte de la resistencia ante la violencia de la esclavización. Por un lado, Cruz Neyla Murillo proveniente de Andagoya (Región Pacífico Norte) para quien los alabaos son parte fundamental de su cultura y de su expresión como mujer negra, son reflejo vivo de sus ancestras y ancestros que lucharon contra la esclavización y proclamaron la muerte como liberación. Cuenta Cruz Neyla que “cuando se moría alguien le cantaban por dos razones: una, de tristeza porque de todas maneras no iban a volver a ver más su ser querido, y dos, de alegría porque aquella persona que se murió ya no iba a ser más esclavo porque ya se había ido para siempre”. Por otro lado, Graciela Salgado Valdéz cantadora de lumbalú, ritual fúnebre propio de los palenques (quilombos) caribeños, estrechamente vinculados con tradiciones africanas y hablantes de lengua palenquera; consisten en cantos de mujeres y hombres acompañados de tambores, las mujeres bailan alrededor del cadáver con movimientos de brazos y vientre en una expresión de acompañamiento de la celebración de la muerte de una vida libre.

La narración del presente la guía Ceferina Banquéz, cantadora de bullerengue proveniente de los Montes de María (Región Caribe) quien narra en sus canciones las prácticas ancestrales, su vida cotidiana y el proceso de violencia vivido en su pueblo, ya que como muchas otras fue desplazada forzosamente de su territorio por grupos paramilitares a finales de la década de los años 90. Actualmente Ceferina ha retornado a su tierra, resistiendo por medio de sus creaciones y de sus cultivos de pan coger en medio de monocultivos de palma. Participa también Inés Granja, cantora de currulao proveniente de Timbiquí (Región Pacífico Sur), quien en sus letras narra las luchas de las personas esclavizadas, habla de su región campesina, de las actividades cotidianas de su pueblo y cuenta sobre el desplazamiento y los cultivos ilícitos que trajo el conflicto. Cierra Bety Ochoa, compositora y cantante de cumbia de acordeón y paseo en San Jacinto (Región Caribe), ella le canta al amor y a la esperanza de vivir en paz, evidenciando el miedo a la muerte sufrido en San Jacinto durante las tomas guerrilleras en los años 90; los habitantes del pueblo quedaron en medio de las tensiones del ejército y la guerrilla, razón por la cual muchos fueron señalados, algunos dejaron sus tierras y los más jóvenes fueron reclutados forzosamente en ambos bandos. Al preguntarle por la paz, Bety sonrió diciendo que afortunadamente la paz ya está llegando.

Esta ponencia aborda finalmente la experiencia al compartir con las protagonistas y en sus comunidades el documental, se describe brevemente el proceso de devolución del documental en cuatro de las cinco poblaciones participantes, reflexionando sobre el papel del documental como estrategia de acceso en zonas de conflicto, como vehículo de memoria y auto-reconocimiento, así como herramienta de ruptura del silencio en medio del contexto de los acuerdos de paz con las FARC-EP en Colombia.

.....

*** María Fernanda Carrillo Sánchez**

Universidad Autónoma de la Ciudad de México. Coordinación Académica. Universidad Autónoma de la Ciudad de México - UACM. MEXICO, México

Resumen de ponencia

CIMARONAJE Y EL PENSAMIENTO AFROLATINOAMERICANO

*Rogerio Mendes

A palavra cimarrón foi utilizada em toda a América Colonial para referir-se aos escravos, índios ou negros que, individual ou coletivamente, rebelaram-se contra a servidão dos seus “senhores”. A rebeldia foi um recurso, sem dúvida dramático, no qual o escravo expressou rechaço à ordem social estabelecida utilizando-se da fuga para garantir a liberdade. Entretanto, o status de foragidos situou-os como cimarrones em locus marginalizados obrigando-os a viver em áreas distantes e isoladas.

Ao longo do processo de formação das sociedades da América Latina a cimarronaje fez com que o negro permanecesse, junto com suas história e tradições, isolado em espaços periféricos. Com o passar do tempo o africano deixa de ser estrangeiro e integra uma nova realidade e, com ela, o sentido de resistência assume outras nuances ao reivindicar legitimidades distantes da resistência e fuga e mais integrada ao processo de participação e reconhecimento social. Para o desenvolvimento do presente estudo o conceito de cimarronaje deixa de estar relacionado aos negros que resistem e fogem para referir-se aos negros que resistem porque pensam; aos intelectuais afro-hispano-americanos que investiram análise e prospecção em estudos voltados para o desenvolvimento das contribuições africanas e outras versões dos fatos oficialmente narrados pela América Espanhola.

A pesquisadora chilena Elena Oliva, no artigo “Intelectuales Afrodescendientes: apuntes para una Genealogía en América Latina” (2017) lembra que no início dos anos 90, nos marcos das repercussões do V Centenário surgiu, com força, a necessidade de inclusão do que chamou terceira raiz; alusão à presença e contribuição dos descendentes africanos na América. A preocupação estaria disposta a analisar as populações afrodescendentes além da perspectiva econômica que resultou na escravização e considerar contribuições subjetivas, materiais e, até, genéticas e apresentá-las ao lado da presença parcialmente consolidada dos indígenas e as já consolidadas contribuições europeias que, juntas, constituiriam a base das raízes culturais da América Latina.

Nota-se que o projeto fundamenta-se a partir da emergência de uma produção acadêmica interessada no fortalecimento de um diálogo Sul-Sul, entre América e África, mediado por uma Literatura de Língua Espanhola. A ideia consistiria em investir na visibilidade de projetos críticos e criativos afro-hispano-americanos formulados a partir de seus próprios anseios e sujeitos. Vislumbrar-se-ia, como objetivo, reconhecer nas aproximações políticas, estéticas e culturais entre os dois espaços, hispano-americano e africano, a oportunidade de (re) pensar epistemologias a partir de suas próprias experiências históricas. De acordo com a professora Adélia Miglievich-Ribeiro há uma

“(...) urgência do diálogo a partir do Sul entre as distintas esferas culturais envolvendo a ação descolonizadora das subalternidades mediante a ênfase nas experiências singulares, na tradução e na articulação das diferenças em torno de projetos plurais de reconhecimento de sujeitos e suas vozes para a ampliação do universal como diversalidade” (2014, p.66).

De acordo com Boaventura de Sousa Santos (2014) a revisão de epistemologias modernas apresenta-se como desafio teórico para dar inteligibilidade a um mundo que, apesar de diverso, ainda possui dificuldades em articular-se como tal. A intenção do projeto afirma-se na busca pelo reconhecimento de contribuições culturais africanas com vistas a dar uma maior visibilidade ao negro e a negritude no processo de formação social e literária das sociedades. Trata-se de um desafio ético na medida em que se observa o silenciamento de ancestralidades por condutas politicamente questionáveis que até os dias de hoje esvaziam, gradativamente, a noção do particular em detrimento de vias que uniformizam o entendimento do diverso.

Uma perspectiva que não se apresenta como novidade mas (re)atualiza-se na medida em que persiste o desequilíbrio e as desigualdades humanas que afetam a atuação e legado do pensamento crítico latino-americano. Um desses exemplos é a obra que se apresenta com o sugestivo título “Qué significa Pensar desde América Latina?” (2014), do filósofo e sociólogo indo-boliviano Juan José Bautista. Bautista propõe a retomada da perspectiva transmoderna (DUSSEL, 1992) centrada no processo de construção de um pensamento crítico original latino-americano que, por essa razão, aproxima-se do que também motiva a busca dos intelectuais afro-hispano-americanos: uma “Ética da Libertação”.

Assim como as premissas de Walter Mignolo (2010) e Nelson Maldonado-Torres (2008) Bautista compreende que tanto a criação quanto a admissão na América Latina de uma Filosofia Moderna e essencialmente ocidental contribuiu para a desvalorização das origens e estruturas formais do pensamento que conformam as particularidades do povo latino-americano. A pretensa ideia de universalidade somada a uma ideia (parcial) de racionalidade podem ser compreendidos como a consolidação do sistema e cultura capitalista que aperfeiçoa mecanismos de dominação subjetiva dos povos, instaura ideias hierarquizadoras e, com isso, contribui para o aumento da desigualdade, pobreza, exclusão e racismo dentro de um sistema-mundo distante da realidade periférica e que com base na subserviência das margens.

Desse modo, a legitimidade da posição dos intelectuais negros situa-se na condição de problematizarem-se como categoria de análise específica. Apresentar-se-iam como sujeitos cientes de suas descendências e desse lugar enunciativo, ao elaborarem discursos e epistemologias ambivalentes sobre a África e América Latina, cumpriram a função de integrar novos dispositivos de reflexão individual e coletiva. Historicamente excluídos dos espaços de livre enunciação na América ao autodescreverem-se assumiram, deste modo, uma posição crítica e política no espaço público ainda que ocupando espaços e posições periféricos mas de todo modo reflexivos e atentos a respeito da responsabilidade de autodescreverem-se. Assim como a América Latina e África não poderiam apresentar-se como unidade homogênea em razão da sua diversidade e relações internas a maneira de entender e situar-se em cada um desses espaços não poderia apresentar-se de maneira diferente. Há os que se consideram negros; outros, afrodescendentes e ainda os mulatos.

As matrizes de natureza política e subjetiva, como a Literatura, por exemplo, na conjuntura global também possuem raízes históricas que contribuem para compreender as tensões e distensões de um sujeito que não pode, em absoluto, dar conta isoladamente de sua totalidade. Por meio de narrativas a noção de colonialidade ² do imaginário ² ainda se faz presente e, inevitavelmente, relaciona-se a uma diplomacia perversa que aproxima territórios mas incute violências ao não reconhecer, ou reconhecer parcialmente, valores e tradições culturais distintos. Tomando-se como referencial o interesse pela contribuição epistemológica de “afro-saberes”, considerando-os nas realidades hispano-americanas de suma importância, principalmente se enunciados a partir de seus próprios sujeitos e produções, oportuniza-se valores e representações ignoradas por muitos. É dessa maneira que se perfazem pertinentes os questionamentos feitos por Mignolo (2003) sobre a importância de revisar, e reavivar, histórica e epistemologicamente, as disposições sobre o patrimônio crítico e criativo que tornam invisíveis autonomias de vozes culturais independentes por meio do debate e fissura de críticos da cultura e literatura latinoamericana sobre a contribuição africana na América Latina.

.....

* Rogerio Mendes

Rogerio Mendes UFRN. Currais Novos, Brasil

Resumen de ponencia

CIUDADANÍA VULNERABLE Y DERECHOS: REPERCUSIONES Y EVALUACIÓN DE LA POBLACIÓN AFRODESCENDIENTE DE LAS MEDIDAS IMPLEMENTADAS POR EL ESTADO URUGUAYO A FAVOR DEL EJERCICIO DE SUS DERECHOS CIUDADANOS

*Mónica Olaza

Los resultados de investigación que se presentan en este trabajo provienen de indagar la evaluación de beneficiarios afrouruguayos acerca de dos políticas públicas. Una de vivienda, la reconstrucción del Barrio Reus Sur (Ansina) y la otra, de educación, becas de apoyo económico para estudiantes de enseñanza media.

Esta investigación se propuso los siguientes objetivos: Contribuir a analizar las repercusiones de las medidas tomadas por el Estado uruguayo, tendientes a cumplir con la normativa internacional y nacional para el ejercicio de los derechos ciudadanos por parte de la población afrodescendiente; evaluar los posibles impactos de las políticas de apoyo a la población afrodescendiente implementadas por el Estado en su vida diaria, especialmente en las interacciones desarrolladas en diferentes marcos institucionales; indagar el conocimiento y representaciones que la población afrodescendiente posee acerca del ejercicio de sus derechos especiales de grupo; identificar posibles repercusiones de las políticas públicas en relación con la identidad afrodescendiente; describir y comprender cómo evalúa y refiere las medidas en relación a las repercusiones en su vida cotidiana y la de sus pares.

La investigación buscó responder las siguientes preguntas: ¿Qué conoce y cómo evalúa la población afrodescendiente la normativa nacional e internacional y las acciones del Estado uruguayo tendientes a garantizar el disfrute pleno de los derechos humanos y las libertades fundamentales como grupo étnico-racial históricamente desfavorecido? ¿Cómo describe la población afrodescendiente las repercusiones de estas políticas en su vida cotidiana? ¿Qué consecuencias han tenido estas políticas a nivel de la autoestima y reconocimiento de esta población? ¿Significan estas políticas transformaciones en cuanto al ejercicio de sus derechos ciudadanos? ¿Por qué y cuáles serían esas transformaciones? ¿Las políticas aplicadas tendrían un sentido de reparación para las personas afrodescendientes con respecto a la persistencia de la desventaja histórica de este colectivo? ¿Por qué? ¿Cuáles serían sus propuestas acerca de estos temas u otros posibles?

Para dar respuesta a las interrogantes planteadas seleccionamos la perspectiva metodológica cualitativa por su capacidad para describir, comprender y explicar los fenómenos sociales desde la perspectiva de los participantes. Dentro de esa perspectiva se trabajó con el enfoque epistemológico de la Sociología clínica, centrada en lo relacional, pero también lo sentido, lo vivido y en la capacidad de reflexividad de un individuo producido, productor y actor de una identidad cuya historia es singular y

única. Una historia biográfica, familiar y de clase que lo posiciona como ser socio-histórico y psico-simbólico.

Los criterios para seleccionar las políticas públicas antes mencionadas fueron: la cantidad de años de aplicación, su continuidad, su carácter simbólico y/o la posible repercusión en la calidad de vida de las personas afrodescendientes, tomando como referencia los datos del último Censo del año 2011 que incorporó el relevamiento de la raza/etnia, no registrado desde 1852. Previo a la identificación de las políticas se contactó con los mecanismos encargados de cuestiones relativas a la población afrodescendiente en Uruguay, los Mecanismos de Equidad Racial creados por el Estado uruguayo a partir de 2003; se solicitó documentación y se entrevistó a sus coordinadores para posteriormente identificar las políticas a considerar.

En el caso de las becas a estudiantes de enseñanza media se efectuaron diez entrevistas semi-estructuradas a becarios y familia, una reunión con la encargada de la Oficina de Becas del Ministerio de Educación y Cultura, otra con un integrante de la Sección de Políticas Públicas para Afrodescendientes de la Dirección Nacional de Derechos Humanos perteneciente al Ministerio de Educación y Cultura y se consultó a una docente de enseñanza media con horas en la institución liceal dedicadas al Programa Compromiso Educativo del Ministerio de Desarrollo Social. Cabe destacar que este programa actualmente no está en funcionamiento.

La población objetivo se compuso por estudiantes afrodescendientes que en algún momento fueron beneficiarios de la beca y se procuró la participación de algún responsable familiar en la entrevista, para incorporar también su visión y porque influye en las decisiones de solicitud y destino de la beca. El primer contacto fue telefónico, siguiendo los listados de datos proporcionados por la Oficina de Becas del Ministerio y de la Unidad Temática por los derechos de los afrodescendientes.

Posteriormente se realizaron entrevistas en los hogares, en un sitio pactado o en forma telefónica. La localización de los entrevistados no fue sencilla ya que muchos de los teléfonos (en general celulares) ya no tenían línea. Tanto en el primer contacto como en el segundo se dejó en claro que el acceso a esta entrevista no implicaba ningún beneficio directo para la obtención de una posterior beca y la no vinculación de este proyecto con el Ministerio o la Intendencia.

Para la política de vivienda se efectuaron entrevistas semi-estructuradas a seis de las siete familias afrodescendientes que habitaban el complejo en 2016 y 2017, cuatro a informantes calificados y tres a habitantes de Covireus al Sur. Las entrevistas se efectuaron en los hogares. Para contactar a las familias consultamos a personas vinculadas a este proceso en la IM, en el MVOTMA y en Organizaciones Mundo Afro. Finalmente, el contacto de acceso a las viviendas fue realizado por un importante referente barrial afrodescendiente.

Las preguntas de la entrevista indagaron: medio de acceso a la información, cómo fue el proceso de inscripción, ventajas y desventajas de cada beneficio, motivo por el cual cree haber sido seleccionado, otros comentarios que quisieran realizar. A través de esta indagación los entrevistados y entrevistadas se refirieron a distintos aspectos de su vida, familia, entorno barrial, estudios curriculares y extracurriculares, entre otros. En las primeras entrevistas se optó por no preguntar si percibían la relación entre ser beneficiario y su pertenencia étnico/racial. Como esto no aparecía se comenzó a realizar la pregunta.

De esta indagación resulta claro que el problema de redistribución y reconocimiento

no es notoriamente percibido como un derecho no gozado por generaciones de afrodescendientes. Es fundamental trabajar en torno a esto y atender al fenómeno del racismo en su complejidad, desde sus distintas manifestaciones y espacios de ejercicio.

.....

*** Mónica Olaza**

Facultad de Psicología . Universidad de la República - Facultad de Psicología-UdelaR. Montevideo, Uruguay

Resumen de ponencia

CLÓVIS MOURA, UM INTELLECTUAL EM CONSTANTE REVOLUÇÃO. ASPECTOS DA FORMAÇÃO TEÓRICA E POLÍTICA DE UM REBELDE COM CAUSA.

*Christian Carlos Rodrigues Ribeiro

Este artigo tem por objetivo apresentar reflexão sociológica acerca dos processos iniciais da formação intelectual e política de Clóvis Moura e da importância deste período para a caracterização de um dos mais refinados e originais exemplos de pensamento social constituídos no Brasil. Uma produção intelectual inovadora e não dogmática, que através de seu caráter marxista e antirracista, acabaria por ser influência decisiva para a formulação e concepção dos modernos e contemporâneos movimentos negros brasileiros. Clóvis Steiger de Assis Moura, foi pensador orgânico e de práxis, dono de uma obra com características ideológicas humanistas, de viés socialista, e princípios éticos libertários, que acabaram por torná-la enquanto única no universo intelectual brasileiro. Uma obra que refletia perfeitamente as intenções de seu autor. Intelectual que tinha como único compromisso utilizar sua produção, enquanto ferramenta de transformação social para os socialmente excluídos e marginalizados da sociedade brasileira. Nesse aspecto, Moura optará em relatar, resgatar, valorizar e problematizar a história das populações negras no Brasil, enquanto seu objeto de estudo principal. Em certo sentido, construiu para si, sua própria persona científica, sua própria figura intelectual, a partir do momento em que não se viu representado e nem aos seus de maneira a contento sob as lentes avaliativas e interpretativas da intelectualidade brasileira. Buscando assim fazer valer, manifestar as suas interpretações acerca do mundo a sua volta. A constituição de sua sociologia histórica, política e contestatória, de viés marxista dialético não ortodoxa, em que define o período escravocrata como definidor e caracterizador das iniquidades sociais brasileiras. Objetivando a partir desta, sua própria - conceituação teórica, para desenvolver sua interpretação e problematização sociológica, para assim buscar entender a nossa incompletude enquanto nação, em que cidadania e direitos sociais se fazem enquanto privilégios das elites dominantes. Além de enfatizar o negro enquanto ator social ativo, constituinte, construtor de sua própria história e destino, ao mesmo tempo que se faz enquanto dinamizador sócio histórico da sociedade brasileira. Mas não no sentido estritamente cultural, como na obra de Gilberto Freyre, mas enquanto elemento dinamizador e político de caráter socialmente revolucionário, transformador da realidade histórica e social da sociedade brasileira, atuando diretamente através das revoltas escravas, da constituição e resistência dos quilombos, ou sendo agentes significativos na constituição e ação política do movimento abolicionista. Dessa forma se constituindo enquanto agentes ativos de sua própria história e da sociedade brasileira, influenciando para o enfraquecimento e agonizar ao “status quo” do regime monárquico, para assim acabar em contribuir a instauração do modelo republicano em terras brasileiras. Clóvis Moura insere o “elemento negro” aos processos históricos,

políticos, sociais e culturais da sociedade brasileira, enquanto objeto para se buscar interpretar e problematizar o Brasil, em todas as suas complexidades e contradições. O que, dessa forma, configurou uma concepção intelectual e política ímpar ao nosso universo característico, de então, do pensamento social brasileiro. Constituindo obra pioneira referencial em seu rigor científico e inovação metodológica e conceitual. Desse modo realizando, contraponto as concepções intelectuais acadêmicas – tanto as de recorte conservador, quanto as de viés progressista – respectivamente, negavam a importância histórica e política das populações negras, ou as situavam enquanto submissas aos processos políticos e econômicos das elites nacionais. Na concepção mouriana, o negro se faz enquanto elemento ativo e construtor de sua própria história e autonomia cidadã, mesmo quando condicionado por sua condição de escravo. Que acaba por limitar, mas não impedir a ocorrência da sua própria busca em se fazer soberano em relação a sua humanidade. Para assim questionar, a estrutura - social - racista e discriminatória brasileira, visando dar xeque em seu racismo, e as iniquidades sociais oriundas deste, que acabam por afetar cotidianamente a vida das populações afro-brasileiras.

.....

* Christian Carlos Rodrigues Ribeiro

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas . Pós-Graduação de Filosofia e Ciências Humanas . Universidade Estadual de Campinas - IFCH/UNICAMP. Campinas-SP, Brasil

Resumen de ponencia

COLETIVO NEGRO LUÍSA MAHIN E INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: DESCOLONIZANDO O SABER EPISTEMOLÓGICO.

*Luanna Mendes Barreto Luanna

COLETIVO NEGRO LUÍSA MAHIN E INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: DESCOLONIZANDO O
SABER EPISTEMOLÓGICO.

Luanna Mendes Barreto

Segundo dados do último levantamento do IBGE de 2010, a taxa de analfabetismo entre a população branca era de 5,9%, enquanto a da população negra (pretos e pardos) era de 13,2%, no que tange a evasão escolar o IPEA vai dizer que 11% era o coeficiente de evasão dos alunos negros, diante de 7% entre os alunos brancos, apesar das políticas de ampliação de vagas, de acesso à educação e promoção da igualdade racial, o abismo que diferencia brancos e negros se mantém e, para além de outros fatores políticos-sociais, segue evidenciando a problemática racial no Brasil. A lei 10.639 foi sancionada no ano de 2003 e ainda hoje, quinze anos depois, a implementação da lei ainda encontra resistência por parte de professores e alunos. Todo indivíduo carrega uma bagagem sócio-cultural, e essas bagagens a princípio individuais se convergem, se misturam, se complementam nas andanças da vida e, portanto, se faz necessário pensar quais as influências dessas bagagens na relação professor-aluno e como essa influência corrobora para o fracasso escolar dos alunos negros. A criança negra tende a se confrontada racialmente ainda na primeira infância. Seja no âmbito familiar ou na escola, a criança negra passa por um processo de construção de identidade e autoestima diferente da criança branca, a não representação negra nos livros paradidáticos, nas brincadeiras, nas bagagens trazidas das relações familiares que perpassam por gerações é uma forma cruel de negar à criança negra a noção de pertencimento no ambiente escolar. O educador preto, comprometido com a questão racial, faz toda a diferença na relação desse aluno preto com a escola, por compreender e ter vivenciado essa sensação de não pertencimento, o educador preto tem para além de uma responsabilidade epistêmica, uma responsabilidade afetiva

A ausência de representatividade e, conseqüentemente, afeto, reverbera na vida do indivíduo negro adulto. Aquele que consegue transpassar todos os bloqueios impostos ao longo da vida escolar e ingressa em uma faculdade, agora se depara com um currículo igualmente afrocentrado e ainda mais agressivo, uma vez que muito mais que negar identidade ao sujeito, lhes nega deliberadamente uma epistemologia plural, pautada não somente nos saberes europeus, mas também, nos saberes dos povos africanos e de toda produção epistemologia dos negros em diáspora, pois romper com as epistemes eurocêtricas amplamente difundidas ao longo de cinco décadas e na

qual está fundamentado o currículo de todas as Faculdades de Educação em solo brasileiro não é de interesse da branquitude, portanto, cabe a comunidade acadêmica negra forjar ferramentas e mecanismos próprios que venha romper com o racismo institucionalizado nas Escolas e Faculdades de Educação e então reverberar na educação básica.

Como este indivíduo, agora em formação acadêmica, retorna ao ambiente escolar, não mais enquanto aluno cerceado dos saberes do seu povo, mas como docente.

Enfrentando, novamente, toda a relação abusiva, intimidadora, opressora que permeia o ambiente escolar em relação ao aluno negro?

Diante de tais constatações, este artigo visa provocar o leitor não somente a pensar quais são as ferramentas que o discente negro de graduação encontra ao longo da vida acadêmica para se armar contra essa estrutura racista e excludente, sem ignorar suas vivências e estando ciente que a academia não foge do modelo eurocêntrico de pensar a educação, ignorando quase que por completo as epistemes negras e afro centradas, mas trazer a experiência de uma discente negra em formação, que encontrou no Coletivo Negro Luísa Mahin, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, as ferramentas primordiais para buscar a descolonização da mente, como provoca Frantz Fanon, e levar uma perspectiva pautada em África para o ambiente escolar.

Abdias do Nascimento quando diz que os quilombos resultaram da exigência vital do negro escravizado de resgatar sua liberdade e dignidade através da fuga e da organização em sociedade, nos permite pensar que as organizações de discentes negros na academia funcionam tal como um quilombo, no entanto com intuito de libertar o indivíduo negro dos grilhões da colonialidade e do epistemicídio negro. O Coletivo Luísa Mahin, enquanto Quilombo Urbano-Acadêmico, funciona como um espaço não-físico de trocas afetivas, construção de uma subjetividade negra e palco para debate e difusão de um saber descolonial.

O indivíduo encontra nesses “quilombos”, uma vivência que lhe foi negada na escola e da qual não há possibilidade de não sair afetado e modificado, alinhando a teoria com a prática em sala de aula, uma vez que a teoria só cumpre uma função curativa, libertadora e revolucionária, quando a dirigimos para esse fim (HOOKS), forjando assim, uma postura outra enquanto professor, um elo outro enquanto professor que já foi aluno e que vivenciou todos os conflitos raciais dentro da escola e que, somente assim, torna-se possível gerar um noção de pertencimento para o aluno negro, através do reconhecimento mútuo, que apesar de não garantido, estará sempre presente, como nos afirma Bell Hooks.

.....

* Luanna Mendes Barreto Luanna

universidade federal do estado do rio de janeiro unirio. rio de janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

COLETIVOS DE UNIVERSITÁRIOS(AS) NEGROS(AS): UM DEBATE SOBRE OS PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO E DE (RE)CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

*Luana Ribeiro Da Trindade

Após a implementação da política de reserva de vagas (Lei de cotas nº 12.711/ 2012) expressa em políticas de reserva de vagas para pretos e pardos em instituições públicas e privadas, houve um aumento significativo de organizações de estudantes(as) negros(as) dentro das universidades brasileiras. É notório observar que mesmo através da aprovação da Lei são poucos aqueles estudantes negros(as) que conseguem ultrapassar barreiras para acessar o ensino superior e permanecer nele, possibilitando assim, sua ascensão social. Esses estudantes ao ingressarem na universidade se deparam com um espaço que ainda privilegia concepções elitistas e eurocêntricas, com isso, relatam um sentimento de não pertencimento a este local. O racismo institucional, simbólico, estrutural e epistemológico, por exemplo, tem se manifestado de maneira recorrente dentro das universidades. E ao tomar consciência dessas situações existentes, que ultrapassam também a instituição universitária, os estudantes vêm tornando-se negros, posicionando-se, organizando-se coletivamente, de maneira multiforme e com demandas multifacetárias, e desafiando a estrutura das universidades, espaço esse, que produzem e perpetuam relações sociais racializadas.

Para Silvério (2009, p.35) “[...] as políticas de ação afirmativa respondem à demanda por reconhecimento articulada pelos movimentos sociais não tradicionais, isto é, que têm por fundamento uma identidade cultural”. Neste sentido, as universidades brasileiras ainda presas a uma concepção eurocêntrica de mundo, privilegiando um tipo de conhecimento em relação à outro, estão sendo desafiadas a contemplar uma educação mais ampla. A presença de estudantes negros nas universidades brasileiras expõe a complexidade das relações raciais no Brasil, questionando a cultura acadêmica. A emergência dos coletivos de estudantes negros dentro das universidades é um indicativo de que esses grupos, consequentemente dos indivíduos a ele pertencente, sofrem com o que o Silvério (2009) chama de “déficit de cidadania”, que estimula assim, a ampliação de suas organizações por demandas específicas. Ainda, como esclarece Santos (2010), temos o pensamento da população negra saindo da condição de invisibilidade, passando a uma “copresença radical” em termos de igualdade, conforme preconiza a ecologia de saberes.

Entende-se então, que são nessas relações de diferenças, conflitos e exclusões que a identidade é construída. Trata-se de um processo em constante movimento, construído gradativamente em diversos momentos no tempo e no espaço e que se transforma a partir das relações, dos interesses, ou mesmo do contexto em que se encontra. Ou seja, a identidade não é construída de forma isolada, pois para que essa

construção ocorra, pressupõe a socialização entre os indivíduos. E, é esse movimento que faz com que eles tenham uma ideia de si mesmo. Convém ressaltar que Souza (1983, p. 17) analisa que “a descoberta de ser negro é mais que a constatação do óbvio”, a autora ainda afirma que “ser negro não é uma condição dada a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro” (Souza, 1983, 77). Nesse sentido, torna-se negro não diz respeito apenas à questão da cor, pois é também uma questão de posicionamento político.

Sendo assim, mediante esse crescimento dos coletivos de universitários(as) negros(as) no contexto das chamadas políticas de ações afirmativas, provoca-se o questionamento de como e de que maneira as experiências, memórias, crenças e tradições que são compartilhadas por estudantes membros de coletivos de universitários(as) negros(as) são produzidas e reproduzidas. Ainda, parafraseando Hall (2009), no título dado a um dos seus trabalhos, Que negro é esse na cultura negra?. O autor chama atenção para as diferenças existentes dentro da cultura negra. Portanto, a identidade não pode ser vista como algo fixo e imutável, ela está em constante processo de transformação e é construída mediante a socialização entre os sujeitos. Nosso propósito é buscar compreender o que ocorre neste processo de socialização (caracterizar as práticas e experiências socializadoras), tendo em vista que estão cada vez mais heterogêneas as novas formas de socializar. Além disso, os coletivos de universitários negros estão situados nos fluxos de mobilização política dentro do que podemos chamar de atlântico negro (GILROY, 2012), que, embora a literatura seja local ou regional, ela está informada de movimentos transnacionais.

Para tanto, trata-se de uma pesquisa em andamento, que busca analisar os processos de socialização e de (re)construção da identidade, a partir da organização e da inserção de estudantes em coletivos de universitários(as) negros(as) em universidades localizadas na região Sudeste do Brasil. Em especial, os coletivos criados na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo em vista, que estes participaram da organização do I Encontro Nacional de Estudantes e Coletivos Universitários Negros (EECUN), que aconteceu entre 13 e 15 de maio de 2016 na UFRJ e que teve por objetivo discutir o acesso e a permanência da juventude negra nas universidades brasileiras e contou com a participação de mais de 2 mil graduandos e pós-graduandos, majoritariamente de universidades públicas, e que foi organizado por 15 coletivos de universitários(as) negros(as) de diferentes regiões do Brasil.

De forma a atender os objetivos propostos, o estudo será desenvolvido com base em abordagem qualitativa, privilegiando, assim, a perspectiva etnossociológica (BERTAUX, 2010), por combinar os estudos etnográficos (estudo de campo e observação) com os estudos de caso. Realizarei entrevistas do tipo narrativas de vida com as lideranças dos coletivos. Também recorrerei aos novos meios de comunicação, tais como Facebook e Whatsapp, que servirão como uma ferramenta de apoio, principalmente para a comunicação e para as análises dos dados.

REFERÊNCIAS

BERTAUX, Daniel. Narrativas de vidas: a pesquisa e seus métodos. Natal, RN: EDUFRN. São Paulo: Paulus, 2010.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: . Acesso em: 07 abril 2016.

GILROY, Paul. Atlântico negro: modernidade dupla consciência. São Paulo: Ed. 34; Universidade Candido Mendes, centro de Estudos Afro-Asiaticos, 2013.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. 1º edição atualizada, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

.....

* Luana Ribeiro Da Trindade

Universidade Federal de São Carlos UFSCar. São Carlos / SP, Brasil

Resumen de ponencia

CONTRA A PALIDEZ DA MULTIDÃO: POR UM PROJETO REVOLUCIONÁRIO AMEFRICANO

*Luiz Carlos Silva Faria Junior

Diante do cenário que se projeta nas janelas - nos terraços, lages, solários e jardins - de esgotamento do projeto neoliberal-racista-patriarcal, de destruição de direitos, de exploração e de produção de violência, faz-se fundamental pensar nas possibilidades e alternativas revolucionárias, que se propõem a romper radicalmente com o constituído.

Nesse cenário de urgências, enquanto jovem negro brasileiro, mais fundamental se torna refletir sobre o sujeito e o projeto revolucionário a partir desse ponto de vista. Desta forma, esse trabalho se propõe a analisar o conceito de multidão como possível sujeito revolucionário e a sua necessária adequação à agenda revolucionária amefricana para o Brasil.

A análise da relação entre a necessária construção de um projeto revolucionário e as políticas de identidade tem se tornado cada vez mais necessária, visto a multiplicação de grupos organizados, coletivos e redes de informação centrados em pautas de identidade e com grande potencial mobilizatório (SVAMPA, 2017), que redefiniu nos últimos anos a dinâmica política dos Estados.

Partindo dessa compreensão, busca-se apontar a existência de possibilidades de articulação de um projeto revolucionário, que possui a multidão como sujeito revolucionário (NEGRI E HARDT, 2009), com políticas de identidade racial, compreendendo que, na sociedade brasileira, a produção de análises racializadas é fundamental para o vislumbre de uma transformação real. No entanto, não pretende-se discutir o conceito de identidade negra neste trabalho, mas partir da compreensão da categoria amefricanidade (GONZÁLEZ, 1988a) como constitutiva de identidade negra no Brasil e na América Latina.

Desta forma, afasta-se da ideia de identidade essencialista, e aproxima-se da concepção de identidade auto-atribuída, compreendida como posicionamento político (HALL, 2003) cunhado a partir das dinâmicas sociais capitalistas-coloniais-racistas-patriarcais que sustentam o sistema de dominação e exploração no Brasil e no mundo. Além disso, faz-se mister ressaltar que a compreensão que se propõe da identidade negra e amefricana não se constitui a partir de uma relação negativa de subalternidade, mas sim positiva, a partir da potência criativa diaspórica desenvolvida nos processos de produção social dos sujeitos e das resistências. Encarar a nossa identidade de forma somente reativa às violências sofridas é acabar com a potência existente na multidão de “descamisados e descamisadas”, produtores de epistemologias contra-hegemônicas.

Partindo do lugar social que o conforma, este artigo, compreendendo o corpo da multidão como múltiplo, diverso e repleto de identidades e singularidades, opta por relacionar a palidez da multidão "negriana" à necessidade de uma agenda

revolucionária amefricana, construída a partir de uma perspectiva dos homens e mulheres negras na América Latina e no Brasil.

Inicialmente traçaremos considerações sobre o conceito de multidão desenvolvido por Negri e Hardt e a dinâmica desse sujeito revolucionário em relação às políticas de identidade, percebendo que o caminho proposto pelos autores aponta para uma palidez desta, uma ausência de cor, de racialização.

Posteriormente trabalharemos, a partir de Lélia González, a ideia de uma identidade amefricana, constitutiva da sociedade brasileira e da multidão enquanto sujeito revolucionário no Brasil, composta majoritariamente por “descamisados e descamisadas”, mulheres e homens negros.

Por fim, apontamos para a necessidade da construção de uma agenda amefricana de resistências no Brasil, constitutiva do projeto revolucionário. Fundamental ressaltar que não se objetiva propor uma agenda revolucionária a partir da identidade amefricana, mas somente destacar a importância desta agenda, visto que esse trabalho compõe uma pesquisa em estado seminal.

Assim, é possível aduzir que a multidão pálida, sem manutenção dos pontos de vista das identidades, não é capaz de perceber e vocalizar as necessidades e dinâmicas de exploração existentes na América Latina, e especificamente no Brasil, sendo necessário racializar o pensamento revolucionário para propor uma mudança radical não somente para os negros e negras, mas para toda a sociedade, em constante diálogo com as demais singularidades existentes, de modo a produzir um projeto revolucionário capaz de produzir transformação de maneira estrutural.

.....

*** Luiz Carlos Silva Faria Junior**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - Programa de Pós-Graduação em Teoria do Estado e Direito Constitucional PUC-Rio - PPGD. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

DESAFIOS DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

*Damaris Bertuzzi

O estudo analisa a historicidade das desigualdades nas relações étnico-raciais da sociedade brasileira, notadamente entre brancos e negros, tomando como dimensão empírica o município de Carlos Barbosa no Rio Grande do Sul. A escolha do tema decorre da inserção da autora com atividades docentes e de pesquisa, da preocupação com os processos de discriminação pelos quais sofre o negro e pelo desafio de pensar em uma sociedade de maior igualdade. A investigação foi realizada mediante levantamentos bibliográficos e documentais, bem como de depoimentos de negros e brancos. As informações foram catalogadas e, posteriormente, analisadas mediante a técnica da análise de discurso. A reflexão em torno das manifestações discursivas e dos dados levantados nas pesquisas históricas, demonstra a permanência do preconceito étnico-racial nas práticas cotidianas na comunidade estudada, apontando para os desafios que cidadãos e cidadãs precisam enfrentar para a construção de uma sociedade de igualdade, respeito às diferenças e reconhecimento do outro. O negro libertou-se por suas lutas mas ingressa no Brasil República como páreas de uma sociedade que o rejeita. Proibidos de ir às escolas durante o Império e sem acesso à escola na República, permaneceram como “sobras” sobre as quais, o favor, por vezes a caridade e predominantemente a polícia e a violência se encarregava de tomar conta. A maioria dos escravos ficou ao léu, abandonada a sua própria sorte.

Nenhuma reforma agrária, nenhuma reforma urbana e as proibições de serem contratados inclusive por agricultores familiares e imigrantes serviram de lastro para o surgimento das favelas, dos cortiços das cidades da Velha República até a “Novíssima” de nossos dias e do aumento das distâncias econômicas e sociais do povo negro no “mundo dos brancos”.

Quando falamos em “mundo dos brancos”, temos diferentes “brancos” em posição de poder. Há que se diferenciar os descendentes de portugueses que receberam Sesmarias tornadas em estâncias no século XVIII e cafezais no século XIX dos imigrantes europeus trazidos no século XIX, muitos deles enganados pelos novos comerciantes e agenciadores de trabalhadores livres que eram predominantemente camponeses e operários pobres vindos da Alemanha no início do século, e da Itália na segunda metade, para tentar melhorar sua condição de vida no Novo Mundo.

No caso dos imigrantes italianos como apontado no estudo, uma parte foi contratada sob o sistema de colonato no Sudeste e outra, transformada em proprietários familiares de pequenos lotes como foi o caso daqueles que vão povoar a Serra Gaúcha. Apontamos que os imigrantes passaram por muitas situações de violência e de sofrimento, mas analisando numa perspectiva histórica e tomando em conta que a ocupação do Brasil por parte dos setores dominantes tinha como fundamento ideológico desqualificar o povo negro e realizar um processo de branqueamento do país, vamos constatar que as inúmeras formas de violência e de crueldade às que foram submetidos o povo negro tenham sido infinitamente superiores.

No capítulo em que tratamos das relações étnico-raciais em Carlos Barbosa, foi possível constatar que hoje, em pleno século XXI, não mais com castigos físicos como no passado, mas sob formas sutis de violência simbólica permanece o povo negro, como seus antepassados, submetidos em grande medida à vontade dos brancos. Viver, trabalhar, construir uma identidade positiva num diálogo inter-étnico, na região aqui estudada ainda se encontra distante das práticas cotidianas. Contribuir com a construção de práticas solidárias de respeito e de reconhecimento constituem necessidades urgentes de todo e qualquer cidadão e cidadã branco, negro, pardo ou de qualquer outra etnia. Educar para a convivência digna constitui desafio de todos os dias.

No início dos anos 1950, o sociólogo Guerreiro Ramos disse com todas as letras: “o Brasil é o país mais racista do mundo”. Estamos na segunda década de um novo milênio. Quantas décadas ou séculos serão necessários para tornar sem efeito a afirmação de Guerreiro Ramos?

Pensar e dialogar com Guerreiro Ramos de ontem e com os “guerreiros e guerreiras ramos” de hoje foi o que procurei fazer no estudo aqui apresentado.

Palavras-chave: relações étnico-raciais; processos de identidade; igualdade; reconhecimento; cidadania.

.....

* Damaris Bertuzzi

UNISINOS UNISINOS. SÃO LEOPOLDO, Brasil

Resumen de ponencia

DIREITO À CIDADE DE UBUNTU: A DESAFRICANIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS E O BUEN VIVIR COMO PARADIGMA DO URBANO POSSÍVEL

*Aline Mendes

Parte da escravidão latina foi vivenciada em paisagens urbanas ou semiurbanas. Cidade do México, Guayaquil, Havana, Lima, Montevideu, Porto Príncipe, Olinda, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Luís, entre tantas outras, constituíram-se em sociedades escravistas urbanas. Assim, africanos e seus descendentes foram importantes personagens na construção da vivência urbana. Entretanto, apesar da luta por reconhecimento ser um aspecto central nos processos de formação das identidades individuais e coletivas, predomina no espaço urbano brasileiro uma cultura de aniquilamento das práticas e identidades de origem da população negra. Em outros termos, práticas sociais excludentes direcionadas às comunidades afrodescendentes remanescentes interferem diretamente no direito de existir conforme as suas tradições, sobretudo em face da negação do acesso a direitos básicos, bem como o direito ao lugar. Logo, a pesquisa reflete acerca da europeização das grandes cidades brasileiras e sua conseguinte desafricanização, as quais culminaram na expulsão das comunidades negras dos centros urbanos para regiões periféricas e morros, constituindo-se assim as favelas e subúrbios, caracterizados pelo resto da população como territórios negros e marginais. Exalta-se a referida estigmatização como marca da história da comunidade negra e de seus territórios na cidade: se, no mundo escravocrata, devir negro era sinônimo de subumanidade e barbárie, na República do trabalho livre, negro virou marca de marginalidade. O estigma foi formulado a partir de um discurso etnocêntrico e de uma prática repressiva; do olhar vigilante do senhor na senzala, aos projetos do planejador urbano, e à violência das viaturas policiais nas vilas, comunidades e favelas. Na contramão desse processo, porém, situam-se os movimentos de construção identitária dos povos e das comunidades afrodescendentes, pautados pelas relações cotidianas com o espaço e pelo conhecimento tradicional, nos quais a memória surge como o elo entre gerações, articulando passado, presente e futuro. Assim, desenvolveu-se no interior dessa literatura urbana totalitária um devir negro, resistência e afirmação da vontade de solidariedade e autopreservação que fundamentava a existência de uma comunidade africana em terras brasileiras. O confinamento na terra de exílio foi capaz de transformar um grupo ¹ cujo único laço era a ancestralidade africana ² em comunidade. Era através desta ancestralidade na qual o escravo afirmava e celebrava sua ligação comunitária; através dela também que a memória coletiva pôde ser transmitida, ritualizada. Assim, o pátio da senzala, símbolo de segregação e controle, o quilombo, dentre outros espaços negros, transformaram-se em lugares de celebração das formas de ligação da comunidade. Novas e importantes instituições negras nasceram destes espaços, definindo-os como

futuros eixos de expansão e funcionando como uma espécie de base para a configuração dos atuais vetores territoriais negros.

Nesse sentido, portanto, a pesquisa explora as origens da segregação espacial da população afrodescendente nos centros urbanos brasileiros, tendo como base a dinâmica da produção do espaço urbano e da história sociológica em territórios de considerável população negra; evidenciando o reconhecimento de sua identidade e costumes como condição sine qua non para manutenção das raízes africanas no Brasil. Haja vista que o processo desigual de produção do ambiente urbano está fundado em propostas formuladas em desvalorizar estas raízes e experiências do urbano, deprimindo vivências a um modelo-padrão dominante de comportamentos, de sociabilidade e de relações espaciais; e esta forma hegemônica do urbanismo inibe a presença afrodescendente, promovendo um apagamento de suas memórias urbanas coletivas, ou então, caracterizando-as como folclorização da população negra. Nesse contexto espacial, marcado pela segregação e encobrimento do negro, a pesquisa incita a possibilidade de contestação da ordem vigente e de luta pela reorientação da revolução urbana em um sentido mais igualitário e democrático, e aplicação no mais amplo sentido do direito à cidade. Em busca de fazer uma leitura de cidade, na qual não considere somente as referências de análise eurocêntricas; mas um estudo do urbano através da filosofia e dos princípios sociais afro-latinos americanos, entendidos aqui como reveladores da cultura afrodescendente desenvolvida em seu processo histórico brasileiro, para encontrar formas de apropriação do espaço particulares que são reveladas pelas memórias, experiências e vivências urbanas afrodescendentes.

Alijado a filosofia do Buen Vivir a partir da perspectiva decolonial, e com base em uma pesquisa antropológica de metodologia qualitativa, com uma abordagem exploratória e explicativa; o trabalho produz uma reflexão crítica ao pensamento eurocêntrico e a homogeneização da literatura urbana e das relações socioespaciais para melhor compreensão da territorialidade distinta das comunidades com predominância de matriz africana; em razão, sobretudo, da inserção destes territórios às políticas públicas urbanas, demandando, consequentemente, integração da população negra na sociedade brasileira, não pela sua homogeneização, mas pela realização de sua especificidade étnica afrodescendente. Por fim, a pesquisa exalta a necessidade de mudança de paradigma, especialmente a partir de compreensões não-ocidentais e epistemologias do sul - que possibilitem a construção de alternativas ao desenvolvimento neoliberal, que tem causado tantos efeitos negativos ao ser humano e à natureza, impossibilitando assim o Buen Vivir nas cidades, as quais deveriam ser espaços de usufruto equitativo, sob a ótica dos princípios da sustentabilidade, democracia e justiça social, mas são, ainda, o retrato do apartheid social moderno.

.....

* Aline Mendes

Grupo de Estudos e Pesquisas Transdisciplinares sobre Meio Ambiente, Diversidade e Sociedade GEPT. Recife, Brasil

Resumen de ponencia

DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR DE NEGROS E PARDOS: LIMITES E DESAFIOS ENFRENTADOS

*Vanessa Cristina Dos Santos Saraiva

Este trabalho é resultado dos estudos realizados no decorrer do Curso de Especialização em Políticas Sociais e Intersectorialidade realizado no IFF  FIOCRUZ  UNIRIO no ano de 2017 e de pesquisas realizadas enquanto pesquisadora do NUDISS. A problematização dessa temática parte também das minhas inquietações enquanto Assistente Social inserida em espaços que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) em Duque de Caxias (DC). Essa inserção profissional fez com que me deparasse com uma realidade complexa, multifacetada e perpassada por várias determinações sociais e onde as crianças, adolescentes e suas famílias têm se defrontado com inúmeras limitações e dificuldades, tendo o Estado, suas instituições e os profissionais que ali atuam como os maiores violadores de seus direitos.

O estudo realiza uma análise entre os conceitos convivência familiar, relações étnico-raciais e os limites enfrentados para a materialização desse direito quando problematizamos a realidade de adolescentes negros abrigados. Objetivamos compreender em que medida as relações racistas repercutem na qualidade dos serviços ofertados e de que maneira atinge a população usuária. Pressupomos que não somente os determinantes econômicos interferem nas relações, sendo importante considerar outros aspectos tais como os que se desdobram a partir das desigualdades sociais tendo como expressão maior o racismo estrutural e institucional.

RACISMO ESTRUTURAL E INSTITUCIONAL: elementos importantes para análise da realidade brasileira

Dialogar a respeito do racismo estrutural e suas diferentes expressões (o racismo religioso, o preconceito, a discriminação, etc...) na atualidade demanda que sejam retomados alguns pressupostos, os quais estão inteiramente vinculados a formação sócio histórica do Brasil, à época, ainda uma colônia de Portugal. A “aventura” marítima, protagonizada pelos países integrantes da Península Ibérica, tendo em vista sua localização próxima ao mar, é resultado da falência do modelo de produção feudal que obrigou os países a buscar novas alternativas de sobrevivência (MOURA, 1994; MAZZEO, 1993, ALMEIDA, 2017).

Portugal ao desbravar os mares “descobriu” o Brasil e o intitulou enquanto colônia da coroa portuguesa. Passou a adotar uma série de medidas para desenvolver a terra recém-descoberta, precisando para isso, incorporar a mão-de-obra escrava. O Brasil foi um dos maiores importadores dessa mão-de-obra. Antes de se tornarem escravos por mediação das ações eurocêntricas, os africanos que não eram de um único grupo étnico, tinham suas famílias, suas particularidades e especificidades, mecanismos de comunicação próprios, formas de ver e compreender o mundo. A partir do escravismo o negro (nomenclatura criada pelo homem branco que o escravizou) adquire um status

de objeto, uma coisa, uma peça, um utensílio que foi “jogado” em um continente diferente. Ou seja, o negro não passava de uma mercadoria, a qual não poderia sofrer nenhum tipo de intervenção a não ser do seu proprietário. E visando otimizar a capacidade trabalho desse negro castigos físicos e diferentes mecanismos de humilhação eram largamente adotados.

As relações desse tipo seguiram inalteradas com o passar dos anos. A situação parecia que iria se modificar em 1845 com a proibição da Inglaterra de que o tráfico negreiro continuasse ocorrendo. Contudo, essa lei não era respeitada. No Brasil é somente em 1850 que a Lei Eusébio de Queirós é concebida com a finalidade de modificar essa realidade. Contudo esse tipo de comércio perdurou por anos, bem como as formas de tratamento violador e desumano sobre os negros. A mão-de-obra escrava era extremamente importante para o desenvolvimento do Brasil no campo econômico, pois potencializou o desenvolvimento da riqueza do país. Além disso, a preocupação central era da condição do país ainda colônia de Portugal, a necessidade de se realizar uma revolução anticolonial com vistas a assegurar a emancipação política do Brasil com o protagonismo da burguesia latifundiária. Constrói-se um aparelho de Estado que busca atender as necessidades desse segmento e que mantivessem afastadas quaisquer posturas radicais, incluídas àquelas que prejudicassem o desenvolvimento do país. Nesse sentido, conseguimos compreender o porquê da condição do negro no Brasil ser um assunto secundarizado e invisibilizado.

Nosso país consegue se emancipar de Portugal e seguir “livre” das amarras que essa relação preconizava. A situação do negro no Brasil também se modificou com a abolição da escravidão gradual e tardia em 1888. Contudo, as relações raciais estabelecidas com o Estatuto colonial (MOURA, 1994), desumanas, desrespeitosas, violadoras para com o povo negro não se alteraram, se reordenaram, e se mantiveram avançando no tempo, tendo a desigualdade econômica, tangenciada com a Abolição. Este último processo significou a instauração de uma base para a emergência da discriminação e do racismo. Moura acrescenta que em relação a dinâmica racial perpetuou-se o estabelecimento de mecanismos de imobilização de ascensão social de filhos gerados entre negros e brancos, os chamados mestiços, os mantendo em condição de subalternidade por anos.

É nessa conjuntura que os direitos são regulamentados no Brasil de forma paulatina. A regulamentação de direitos sociais nas Constituições, conforme aconteceu no Brasil, não significou sua automática materialização, embora não deixa de ser uma estratégia importantíssima para que esses direitos sejam efetivamente ofertados pelo Estado. A realidade social tem nos mostrado também que somente a existência de leis, de normativas e de diretrizes não necessariamente resultam em mudanças imediatas na realidade. É um movimento dialético entre lutas, avanços e retrocessos.

O campo da infância e adolescência é exemplo disso, pois tem avançado de forma significativa, tendo a regulamentação do ECA como exemplo importante na luta pelos direitos de crianças e adolescentes, mas que ainda enfrenta entraves sociais, culturais, políticos e econômicos para se materializar de forma plena. A discussão sobre a redução da maioridade penal, a disseminação de que a punição ainda é a melhor forma de doutrinar crianças e adolescentes, a ausência ou poucos recursos orçamentários, o número reduzido de conselhos tutelares diante da grande demanda populacional nos territórios são alguns exemplos sobre entraves enfrentados, contudo, não são os únicos limites para a materialização e acesso dos direitos de crianças e

adolescentes no Brasil (COUTINHO, 1999).

O racismo é a chave de interpretação para atual realidade desigual enfrentada pela população negra, e diz respeito a uma crença na existência de raças inferiores ou superiores a outras. Na contemporaneidade apresenta diferentes expressões (relações interpessoais, institucional, religioso) podendo ser visualidade em diversos espaços (unidades de saúde, escolas, prisões). No caso desse estudo verificamos que o conceito do racismo institucional, é o mais adequado para compreender a realidade de crianças, adolescentes, as alterações do ECA e sua parca efetividade no que diz respeito a garantia de convivência familiar. O termo foi forjado para conceituar as relações estabelecidas nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições: “trata-se da falha coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado e profissional às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica (GUIA DE ENFRENTAMENTO, p. 11).” Para Eurico (2013) o racismo institucional possui duas dimensões: a política- programática e das relações interpessoais. A primeira se expressa por meio das ações que inviabilizam a formulação de políticas públicas que atenderiam as particularidades étnico-raciais; enquanto no segundo caso, se expressa no decorrer das relações estabelecidas entre gestores, trabalhadores e usuários das políticas. Uma relação discriminatória, porém sofisticada, pois demanda análise cuidadosa e olhar crítico para compreender o que está sendo estabelecido. E isso aliado a discriminação racial ou étnico-racial cujo significado é a exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, justifica nossas dúvidas sobre o porquê das mudanças nas leis como o ECA no que tange a convivência familiar não impactarem positivamente sobre a vida de crianças e adolescentes integrantes da população negra. Todas as crianças e adolescentes são objeto de proteção, promoção e prevenção de violação de direitos segundo o Estatuto, contudo, àquelas integrantes da população negra, geralmente, são objetos do eixo de defesa do SGD mediante a materialização de ações dos órgãos públicos judiciais; ministério público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

As crianças e adolescentes integrantes da população negra são àquelas que cometeram ato infracional, cujas famílias são acompanhadas pelos conselhos tutelares por “negligência”, as quais possuem dificuldades em acessar e manter os filhos nas escolas e cujos filhos estão “resguardados” nos abrigos institucionais: vinte mil no ano de 2017, em todo o país (CNJ 2017; IPEA, 2016).

Além disso, grande parte dessas famílias negras vive em espaços urbanos e/ou rurais com ausência de informações e acesso a bens e serviços de qualidade (saúde, educação, saneamento básico, etc.), o que as torna mais vulneráveis. Ou seja, são segmentos cujos direitos foram violados, cuja situação de vulnerabilidade e risco social é acirrada cotidianamente. Nesse sentido, as alterações no ECA que problematizam a questão do acesso a tecnologia, que reafirmam a importância da primeira infância ou de aleitamento materno, os quais já haviam sido objeto nos termos do Estatuto, não conseguem modificar efetivamente a realidade de crianças e adolescentes nos abrigos, fora da esc

.....

*** Vanessa Cristina Dos Santos Saraiva**

Centro de Ciências Sociais. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - CCS/UERJ. Maracanã, Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

DO GRITO AO SILÊNCIO: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DISCURSIVA DE MULHERES NEGRAS DE COLETIVOS FEMINISTAS DA PERIFERIA DE SÃO PAULO

*Alessandra Kelly Tavares De Oliveira

Resumo:

Este artigo tem por finalidade investigar a recente produção de mulheres negras associadas aos coletivos de mulheres da periferia de São Paulo, em especial na zona sul. A ênfase recairá sobre as disputas discursivas que essas mulheres produzem acerca de suas existências e vivências no mundo, destacando-se a denúncia de um suposto silenciamento.

Do grito ao silêncio

A década de 1980 foi um período importante do ponto de vista da mobilização política e da produção de conhecimento sobre as especificidades das mulheres negras, realizado principalmente, por meio da influência do “feminismo negro” brasileiro, como afirma Pacheco (2008). No campo acadêmico, surgiram importantes trabalhos científicos sobre a mulher negra brasileira, que romperam com abordagens mais estigmatizadas e com a cristalização dos papéis sociais e estereótipos de mulata ou doméstica (MOUTINHO, 2004). Tais pesquisas apontaram para a importância de se levar em consideração os marcadores de gênero e raça nas produções tanto do campo dos estudos feministas, como das relações raciais. Conforme afirma Pacheco (2008), constatava-se uma ausência significativa destes temas cruzados nas áreas anteriormente citadas. Contudo, é nesta época também que mulheres negras aparecem como sujeitos da pesquisa e não somente como seus objetos.

É interessante pensar que esta questão era negligenciada tanto pelos estudos raciais, quanto os sobre gênero antes deste período, pois cada campo preocupava-se com a experiência construída por um dos marcadores: por um lado a experiência do homem negro seria a medida para se entender a raça, enquanto a experiência da mulher branca configuraria a questão de gênero (GONZALEZ, 1988). Assim, a especificidade das mulheres negras, marcadas exatamente pela justaposição destes marcadores sociais, acabava por ser ignorada.

Conforme afirma Henrietta Moore (2000), pensar nestas relações implica “que essas formas da diferença estão mutuamente imbricadas, e que, embora possamos falar de prioridades ou determinações entre conjuntos de diferenças, devemos estar cientes de que elas nunca poderão ser cabalmente separadas entre si” (MOORE, 2000: 16).

O corpo concebido como universal e a-histórico, não cabe à compreensão da experiência das mulheres negras, pois deve-se ter em vista que o projeto colonizador realiza a encarnação da raça, como afirma Fassin (2011) tal como os projetos raciais, nas palavras de Michael Omi e Howard Winant (1994). Poderíamos entender a mestiçagem e democracia racial como pensamento hegemônico que forma projetos raciais hegemônicos. Neste último sentido, e entendendo que a formação racial engloba outros projetos raciais em constante disputa como apontam Michael Omi e Howard Winant (1994), haveria outros projetos que construiriam discursos contra-hegemônicos? Estes coletivos de mulheres negras não estariam produzindo outro discurso ao denunciarem o silenciamento?

Essa percepção da racialização no presente é feita a partir de um corpo que vive a atribuição da raça e do estigma, a partir deste corpo que também tem a capacidade de lembrar. Um corpo que carrega uma memória, um trauma transgeracional, um entrecruzamento de experiências corporais de gênero e raça. Contudo, trata-se de uma experiência específica que entrelaça estas duas dimensões e não apenas representa a soma das duas.

Dentro deste emaranhado de relações e na dinâmica de atuação das mulheres negras no cotidiano, algumas referências nos sugerem caminhos para a compreensão do fenômeno da denúncia do silenciamento. Trabalhos recentes de ativistas e antropólogas oferecem o suporte para a construção da hipótese deste projeto com Grace Cho (2008), Veena Das (2011:1999), Audre Lorde (1980) e bell hooks (2006) nos apresentando algumas perspectivas que, na ausência de trabalhos sobre o contexto brasileiro, fornecem pistas e suporte para pensar como as dinâmicas sociais marcadas por experiências de perdas, lutas e opressões corporificadas por marcadores sociais podem se desencadear na ausência de linguagem para falar de si e de expressão.

Audre Lorde (1980), no ensaio A transformação do silêncio em linguagem em ação, partilha uma experiência pessoal de aproximação da morte, descoberta de uma câncer de mama, que a faz refletir sobre seus próprios silêncios. No ensaio, autora, aponta que o silenciamento é fruto das relações sociais marcada por “tirantias cotidianas”, ou seja, formas de opressões. Em sua perspectiva, o silêncio se mantém por proteção; falar contém em si uma dinâmica de “auto-revelação” que, por ser insuportável, causa medo. Este medo tem suas raízes na construção da imagem da mulher negra durante a escravização de renúncia de si que provoca a distorção, social e subjetivamente, de sua imagem.

Em sua perspectiva, o silêncio expressa o medo da visibilidade e da própria humanização gerando o “medo do desprezo, da censura, do julgamento, ou do reconhecimento, do desafio, do aniquilamento”. A autora também argumenta que a própria experiência política produz silenciamentos, na medida em que a mulher negra não é reconhecida na sua complexidade dentro dos movimentos que estaria inserida.

Já para bell hooks, no ensaio Vivendo de Amor, a experiência de escravização e pós-abolição geraram um aniquilamento da expressão afetiva, uma vez que a “sobrevivência estava muitas vezes determinada por sua capacidade de reprimir as

emoções”. Desta forma, não só expressar as emoções, mas também elaborá-las e colocá-la em discurso passa a ser perigoso, e neste sentido, conflui com a perspectiva de Lorde, do medo do aniquilamento. Ao levar sua análise para mulheres negras com expressão pública, hooks afirma que “aprendemos a negar nossas necessidades mais íntimas, enquanto desenvolvíamos nossa capacidade de confrontar a vida pública”.

Ainda neste mesmo texto, hooks aponta que, para a mulher negra, a falta de elaboração de suas experiências e sentimentos estaria na sua própria falta de definição interior, e talvez até reconhecimento deste universo. Tendo em vista que, ao senti-la e defini-la estaria colocando em xeque sua capacidade de sobrevivência, então, como estas poderiam ser comunicadas?

Outro suporte importante nos é oferecido pela antropóloga indiana Veena Das. No artigo “O ato de testemunhar” (2011), a autora conduz sua análise tendo como foco o contexto indiano, especialmente, o que se seguiu a partição do país com a formação do Estado nacional, concebido e imaginado como masculino. A construção da violência não como algo extraordinário, mas cotidiano, por meio de várias violações ao corpo feminino é um dos pontos aos quais ela se atém. Logo no início de seu trabalho Veena Das, questiona:

O que isso fez à subjetividade das mulheres? Precisamos perguntar não só como a violência étnica ou comunal foi perpetrada por atos de violação específicos de gênero, como o estupro, mas também como as mulheres tomaram esses signos nocivos de violação e os re-ocuparam através do trabalho de domesticação, ritualização e re-narração (DAS, 2011:11).

As mulheres, em suas expressões corporificadas, configuram os signos dessa gramática violenta de gênero/nação, que orbita uma zona de silêncio. A própria autora utiliza-se de uma metáfora, elaborada pelas mulheres pesquisadas, que expressa sua vivência no mundo: “conhecimento venenoso”. Trata-se de linguagem metafórica que serve também de escape para uma narrativa não direta, auto-revelatória, da violação.

Soma-se a estas perspectivas o trabalho da antropóloga estadunidense Grace Cho que, em seu estudo sobre a diáspora coreana, busca compreender o complexo processo de produção do silêncio sobre a guerra da Coreia, desde os Estados Unidos. Ela demonstra como narrativas oficiais, cotidiano familiar e produção acadêmica se articulam no sentido de produzir um apagamento da brutal violência perpetrada neste país pelo exército norte-americano com o intuito de reforçar a imagem de uma guerra bem-sucedida em que os EUA se destacariam como salvadores, fazendo da guerra da Coreia uma guerra esquecida. No entanto, a autora demonstra, este esquecimento não se realiza por completo, ao contrário, ele é constantemente assombrado por fantasmas produzidas pelo próprio silenciamento.

Neste sentido, a figura da yanggongju (prostitutas dos acampamentos do exército norte-americano) é fundamental. A partir de fontes variadas e de um texto muito potente e distante de etnografias convencionais, a autora vai demonstrando como muitas dessas mulheres casaram com soldados americanos imigrando para os Estados

Unidos. Cho afirma que a yanggongju é uma figura assombrosa e assombrada, transmitindo através do tempo a tristeza não reconhecida. A autora se refere ao trauma, trauma este que é transmitido através das gerações de famílias assombradas a partir do apagamento.

Assim, partindo da bibliografia mobilizada, é possível relacionar também a diáspora forçada como a desterritorialização, que produz um deslocamento subjetivo destes sujeitos, que no texto de Cidinha da Silva, aparece mediado pela experiência dolorosa da viagem, este passado que é corporificado na experiência racial no gênero e do gênero no racial. Estes conteúdos estariam mobilizados na produção de uma particularidade que, talvez, não pode ser expressa, pelo medo do aniquilamento, mas também pelo aprendizado da negação de suas emoções e necessidades como forma de sobrevivência.

.....

*** Alessandra Kelly Tavares De Oliveira**

Universidade de São Paulo USP. São Paulo, Brasil

Resumen de ponencia

DOMINACIÓN RACIAL EN BUENAVENTURA; VIOLENCIA, EXCLUSIÓN Y POTENCIALIDADES DEL MOVIMIENTO SOCIAL

*Gabriel Felipe Rosero Gutiérrez

*Maria Paula Buitrago

*Yesid Camilo Lopez Martinez

Introducción

En Colombia la dominación racial contra la población afrodescendiente en razón a su amplitud y dilución en las grandes ciudades y a la falta de organización social y política de parte de sus comunidades, ha sido un fenómeno negado e invisibilizado desde las distintas esferas sociales, pasando por alto la discriminación y las desigualdades socioeconómicas (Rodríguez , Alfonso, & Cavelier, 2009) Su distribución geográfica encuentra explicación en las relaciones raciales históricas que han configurado territorial y socialmente al país, dejando como resultado una alta concentración en los litorales pacífico y atlántico (2009, pág. 50). La ciudad de Buenaventura se presenta como uno de los municipios con mayor cantidad de población afro descendiente con más de 369.000 personas (DANE, 2005)

El conflicto armado en Colombia y la yuxtaposición con distintas modalidades de violencia (Pecaut, 1997) presididas por el narcotráfico, las económicas ilegales y la conflictividad social; se han entrelazada con la discriminación racial, lo cual se puede observar con el efecto diferenciado que ha tenido el conflicto armado y la violencia sobre la población afro descendiente; como por ejemplo, la incidencia desproporcionada del desplazamiento forzado, la negación al derecho del territorio hacia las comunidades y los altos índices de violencia en los municipios con alta población como es el caso de Buenaventura y todo el litoral pacífico (Rodríguez , Alfonso, & Cavelier, 2009, pág. 16).

Buenaventura se caracteriza además por ser el principal puerto del país, por sus altos índices de pobreza y marginalidad y por la amplia concentración de población afrocolombiana (Centro Nacional de Memoria Histórica, 2015). Los altos indicadores de violencia que se vienen presentando en la ciudad en los últimos años, han ubicado a Buenaventura como un referente importante tanto para los medios de comunicación y los actores políticos como para las investigaciones académicas. La siguiente ponencia tiene como objetivo, realizar un análisis de los fenómenos de violencia que se presenta en la ciudad de Buenaventura entrelazados con el eje de dominación racial, los procesos de orden económico, el conflicto armado y las condiciones de pobreza, desigualdad y marginalidad. Finalmente se busca ubicar las potencialidades de los movimientos identitarios y cívicos, como ejes de lucha para la superación de la violencia y las distintas problemáticas sociales.

Partiendo de la raza como una construcción social con un impacto en la forma en cómo se ordena, jerarquiza y estructura las sociedades, la ponencia se encuentra

estructurado en tres partes, en un primer momento tomaremos los aportes teóricos de Hering y Fanon sobre la categoría de la raza, la violencia estructural contra la población negra y la geografía racializada, posterior a esto, realizaremos una breve contextualización del conflicto y la violencia que se presenta en la ciudad de Buenaventura, para proseguir con un análisis de la relación violencia-raza, geografía racializada y dinámicas económicas de la ciudad portaria; finalmente se hará un análisis sobre las potencialidades de los movimientos ciudadanos que impulsaron el paro del 2017, tomando como marco de análisis la categoría de negritud de Cesarie, en clave de experiencias de vida, identidad y territorio.

Categoría de raza y violencia estructural contra la población afro

Para hacer un análisis sobre la violencia en Buenaventura, se tendrá en cuenta el concepto de raza para comprender cómo las dinámicas raciales definen las dinámicas de violencia en este territorio. Para profundizar en dicha conceptualización partimos del abordaje de Max Hering Torres, quien logra presentar de manera sociológica lo concerniente al concepto de raza y de racismo, donde históricamente la raza negra se presenta como la más violentada y subordinada. En ese sentido, el concepto de “raza” se ha caracterizado por diferenciar, segregar, tergiversar la otredad y “racializar” por medio del determinismo biológico las relaciones sociales (Hering, 2007, pág. 16).

Fanon realiza una denuncia sobre el capitalismo por su complicidad con las formas violentas contra la población negra que tiene como origen la colonización. Los procesos históricos de acumulación del capital, se encuentran regidos por una serie de condiciones que se modifican en el tiempo estableciendo distintos órdenes según sus nuevas necesidades, en este caso la dimensión económica se establece también como un fenómeno violento (1961, pág. 23)

La categoría de geografía racializada, cumple una importante función descriptiva sobre la forma en cómo se expresa las desigualdades y la discriminación racial. En esta se da cuenta tanto de la serie de características objetivas referidas a la separación territorial de distintos grupos humanos como a los imaginarios sobre determinados territorios que caen en la representación de alteridad, asignándole distintas características que se suman al color de la piel, como la condición de pobreza, la seguridad, los valores sociales e incluso una valorización sobre el territorio. El caso colombiano según el informe del observatorio de discriminación racial, las relaciones raciales se encuentran caracterizadas a lo largo de la historia por la separación geográfica entre las regiones con alta presencia afrocolombiana. Sumado a esto se plantean una serie de patrones de correlación entre el porcentaje de población afro descendiente con índices de pobreza, indicadores de violencia y carencia de políticas públicas por parte del Estado. Los imaginarios sociales en estas zonas, se configuran como lugares marginales y salvajes y de difícil desarrollo para la cultura humano

Contextualización económica y social de Buenaventura

Los indicadores socioeconómicos posicionan a Buenaventura en uno de los municipios más pobres del país, con tasas de 80,6% y con niveles de indigencia de 43,55% (DANE, 2010). Además de esto Buenaventura ha sufrido uno de los conflictos armados más degradados e intensos del país; los hechos de violencia, la presencia de los grupos armados y el número de víctimas han generado una profunda crisis humanitaria. Los grupos armados tienen como objetivo el control territorial y económico del municipio, cometiendo toda clase de crímenes contra la población que sobrevive en condiciones de inequidad y pobreza, en un contexto donde paradójicamente circulan grandes

cantidades de capital en bienes y productos comerciales, siendo su ubicación estratégica para el establecimiento de negocios y megaproyectos.

Buenaventura presenta un fenómeno paradójico entre la producción de riqueza por la actividad comercial y portuaria, y los altos indicadores de pobreza, desigualdad social y carencia de servicios. De forma paralela a la crisis humanitaria, el proyecto político de la ciudad, actualmente se encuentra enfocado en el crecimiento económico a través de la ampliación del puerto, el desarrollo de infraestructuras conexas y la privatización del territorio que buscan ampliar las opciones comerciales y turísticas. El modelo económico como lo señala Wacquant (Wacquant, 2014) tiene grandes efectos tanto de orden territorial como social, la cual se expresa de forma violenta contra la comunidad residente, ya que traería consigo la desintegración de los lazos sociales y de la organizacionales comunales y solidarias, siendo esto un factor importante en la explosión de la violencia y recrudeciendo las dinámicas de la guerra, el narcotráfico y el racismo.

De forma paralela al fenómeno de acumulación capital, el narcotráfico y el proyecto paramilitar se han apoderado del caso urbano de la ciudad en medio de una fuerte militarización cotidiana; al respecto se señala al accionar de estructuras armadas bajo la tolerancia de agentes estatales y en con el apoyo de ciertos sectores empresariales. Por otro lado se plantea una cooptación de la institucionalidad local con el poder de los grupos armados ilegales y a con las empresas vinculadas a la expansión portuaria (2015, pág. 22).

Potencialidades y resistencias

La población de Buenaventura, históricamente ha tenido procesos de resistencia, sin embargo el fuerte impacto de la violencia no ha permitido que dichos procesos se consoliden, haciendo del terror un instrumento permanente de control contra la población (CNMH, 2015). Las dinámicas de la violencia y la exclusión han generado un quiebre entre la comunidad afro, con una disolución de su identidad, cultura y de las organizaciones sociales.

En el 2017 se realizó un paro cívico dotado de una gran fuerza social que logro movilizar a grandes sectores de la población y a la opinión pública nacional. Sus líderes plantean que están frente a una expresión social que se viene gestando y creciendo de forma organizada y persistente y en la que confluyen centenares de expresiones unidas por un ideario común, como son las necesidades por el agua, la salud, la educación, el medio ambiente y el territorio (Lopez Rincon, 2017). Sin embargo este movimiento tiene como amenaza y sombra la violencia y los actores armados, quienes en función de sus intereses políticos y económicos, han hecho de los líderes sociales blancos de amenazas y de asesinatos.

La apuesta política por medio de los procesos de identidad y territorio que se forma en las experiencias de vida, como plantea Cesarie a través del concepto de negritud, entendido como un sobresalto de dignidad, rechazo a la opresión y combate a la desigualdad; cobra forma en la actual coyuntura del puerto y de un movimiento cívico lleno de potencialidades donde se deben seguir fortaleciendo las redes de solidaridad y los niveles de conciencia para dar el paso a una identidad que se defina por la resistencia y por la movilización contra el orden racial, las desigualdades socioeconómicas, la pobreza y los fenómenos de violencia.

.....

*** Gabriel Felipe Rosero Gutiérrez**

Universidad del Cauca-Unicauca. Popayan, Colombia

*** Maria Paula Buitrago**

Universidad Nacional de Colombia - UNAL. Bogota, Colombia

*** Yesid Camilo Lopez Martinez**

Universidad del Cauca-Unicauca. Popayan, Colombia

Resumen de ponencia

FAZENDO FUÁH: POR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PLURAL

*Daniele Damásia Cardoso Jacó

O presente trabalho busca analisar a influência de ações interventivas do Coletivo Fuáh em Serra Talhada - PE, que tiveram como objetivo a construção de uma prática pedagógica para o em-poderamento coletivo das crianças negras dentro das escolas públicas serra-talhadenses. A análise foi feita a partir do acompanhamento e da descrição das ações empreendidas pelo grupo em algumas escolas da cidade bem como das respostas e reações advindas dos alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino. As ações citadas são palestras, rodas de diálogo e contação de histórias que aconteceram durante os anos de 2016 e 2017 em algumas escolas da região, estando norteadas por dois temas principais: valorização da estética negra e história dos povos africanos de diáspora, suas lutas e conquistas.

A proposta do Fuáh é a de fazer com que as reflexões em relação às discussões de cunho étnico-racial alcancem de forma mais incisiva o sertão pernambucano e que as práticas educacionais dessa região possam ser contempladas por estas discussões pois há ainda uma presença ideológica do velho “coronelismo sertanejo” na maioria das cidades interioranas de Pernambuco. Serra Talhada não foge à regra.

A influência Negra na construção e desenvolvimento do município foi por décadas e décadas escondida de seus habitantes. O contexto foi mudado com a chegada da Secretaria de Direitos humanos e com a criação do MONIR, um coletivo Negro com o objetivo de recuperar, restaurar e propagar a história dos Negros que participaram da formação de Serra Talhada. Esse grupo também trabalha na descoberta e manutenção dos quilombos serra-talhadenses naquilo que diz respeito tanto a sua organização quanto ao seu reconhecimento público e estatal.

O FUÁH, por sua vez, surgiu da necessidade de um grupo que pudesse representar e disse-minar pautas da população Negra sertaneja, principalmente, das mulheres negras sertanejas. Sob forte influência do feminismo negro e do feminismo interseccional, nasceu em setembro de 2015, atualmente contando com seis integrantes na diretoria/organização e cerca de setenta pessoas envolvidas direta e indiretamente nas atividades realizadas pelo grupo.

A participação de movimentos como o MONIR, FUÁH e o grupo de Capoeira de mestre Cicero estão resgatando o passado da comunidade Negra serra-talhadense e colocando o Negro co-mo atuante social dentro da história política da cidade. Esses movimentos levam também Representação de força e subversão de padrões onde há, ainda, submissão às ideologias dos grandes “coronéis”, atualmente, travestidos de grandes empresários e políticos conservadores com toda carga de preconceito possível.

Assim, não é surpresa que o ambiente escolar esteja fortemente influenciado pelas ideologias que desfavorecem as minorias. Uma forma eficaz de desestruturar essa

dinâmica é compreender que os Movimentos sociais, quando interagem com a escola, são, como indica GOHN (2011, p.348), mecanismos capazes de gerar saber e de promover aprendizado político

Mesmo após avanços em relação às políticas públicas voltadas para a área da Educação, o racismo nas dependências da escola ainda continua latente. Infelizmente, as medidas institucionais nem sempre são aplicadas como deveriam ou, em muitos casos, nem chegam a sair do papel. A exemplo da própria Lei 10.639/03, promulgada em 2003 pelo presidente Lula da Silva, que versa sobre a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras nas escolas públicas e privadas, que serve como tentativa de recuperação da história política e social da luta do povo negro em território brasileiro (BRASIL, 2005, p 70) mas que ainda aparece em poucos momentos na organização das atividades escolares por todo o país.

Em boa parte das escolas nacionais o conteúdo sobre a história e cultura africana é passado para os alunos de forma superficial ou não é passado de maneira alguma.

Outras escolas até se empenham em algum projeto sobre Negritude e suas implicações, mas fazem isso apenas em novembro, mês da consciência negra. É necessário que as discussões sobre as relações étnico-raciais deixem de ser pontuais e passem a ser permanentes e contínuas e que sejam baseadas na noção intercultural de que as diferenças devem ser entendidas como caminhos para que se conheça o

“Outro”. É importante que a comunidade escolar não reflita sobre estas relações uma vez ao ano dentro de um projeto, apenas por obrigação, para cumprir carga horária.

O processo identitário dos alunos negros é um grande influenciador em boa parte de sua vida escolar (SILVA e BRANCO, 2011; FREIRE, 2008; MENEZES, 2003; CAVALLEIRO; 2000, OLIVEIRA, 1994). A interação com outros alunos, com professores e demais funcionários é parte fundamental na construção dessa identidade.

A pedagogia nas escolas sertanejas está aos poucos se desenvolvendo dentro deste novo contexto social onde as minorias estão, mais do que nunca, lutando para serem ouvidas. Mesmo assim, é árduo o caminho a ser enfrentado. E movimentos sociais como o FUÁH estão lutando para fazer a diferença na forma como os gestores e educadores encaram a temática étnico-racial. Ter um movimento social negro dentro das escolas conversando sobre racismo é algo transformador na vivência dos alunos. Esse diálogo sendo realizado sob a ótica intercultural, pode ser bastante eficaz na valorização do conhecimento e respeito das pluralidades sociais por parte dos estudantes. A necessidade do ensino que seja baseado em uma visão intercultural como colocado por Candau (2008), Morante e Gasparin (s.d) é justamente a de fazer com que a Escola pense de forma conscientemente plural. E que os educadores consigam tratar dos problemas decorrentes de situações preconceituosas com objetividade e segurança, sem inferiorizar ainda mais a autoestima da(o) aluna(o) negra(o) ou promover um conflito entre alunos negros e brancos. Cavalleiro (1998, p.12) afirma que a passividade do professor pode legitimar as ações preconceituosas e de discriminação na escola, podendo ser transpostas para outros espaços sociais.

O Fuáh busca trazer para dentro da escola uma visão mais sensível sobre as agruras sociais que estes alunos terão de enfrentar e a força e apoio que eles ganharão ao saber que existem coletivos e indivíduos que lutam por uma sociedade mais justa e menos racista. O diálogo entre o movimento social e a escola como um todo parece fortalecer a autoestima e a construção identitária desses estudantes e isso se reflete nas práticas pedagógicas dos educadores. O que se vê, portanto, é que a interação

entre movimento e espaço escolar modifica ou desperta na comunidade escolar uma postura inclusiva/democrática, reflexiva e crítica socialmente, transformando as experiências pessoais e coletivas da diversidade na escola, e possivelmente, fora dela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Orientações e ações para educação das relações étnico-raciais. Brasília, DF: SECAD, 2006.

_____. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03 / Organizador, Sales Augusto dos Santos. Brasília, DF SECAD, 2005.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p.45-56, abr. 2008.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. DO SILÊNCIO DO LAR AO SILÊNCIO ESCOLAR: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 1998. 223 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998

FREIRE, S.F.C.D. (2008). Concepções dinâmicas de si de crianças em escolarização: uma perspectiva dialógico-desenvolvimental. Tese de Doutorado não publicada. Universidade de Brasília, Distrito Federal.

MENEZES, W. (2003). O preconceito racial e suas repercussões na instituição escola. Cadernos de Estudos Sociais, 19, 95-106.

OLIVEIRA, I.M. (1994). Preconceito e autoconceito: identidade e interação em sala de aula. Campinas, SP: Papirus.

SILVA, Marcella Padilha Dantas da; BRANCO, Ângela Uchoa. Negritude e infância: relações étnico-raciais em situação lúdica estruturada. Psico: Revista de Psicologia da PUCRS, Porto Alegre, v. 42, p.197-205, jun. 2011.

.....

* Daniele Damásia Cardoso Jacó

Movimento de Mulheres de Negras - Coletivo Fuáh - FUÁH. Serra Talhada, Brasil

Resumen de ponencia

FORMAÇÃO E PRÁTICA DOS PROFESSORES DE ESPANHOL NO BRASIL: RASTROS DO EUROCENTRISMO E DA NEGAÇÃO AFRO-LATINA NA CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO UNIVERSITÁRIO.

*Rafael Dos Santos Lazaro

O ensino de Espanhol como Língua Estrangeira (E/LE) veio tomando espaço na educação Brasileira principalmente a partir do ano de 1991, com a assinatura do Mercosul. Embora seja um tratado comercial, o acordo veio permeado de falsos discursos de pluralidade linguística e integração continental (PARAQUETT, 2009) e impulsionou a busca pelo estudo da língua espanhola no país. Com a lei 11.161/2005 surge ainda mais interesse pelo hispanismo, pois esta torna obrigatória a oferta da língua espanhola no nível médio, mesmo sendo a matrícula facultativa ao aluno. É notável a existência de uma grande lacuna entre o estabelecido pela lei e a realidade que ocorreu nas instituições de ensino, porém não se pode negar a grande movimentação provocada no mercado de formação, fazendo crescer o interesse e a busca pelos cursos de licenciatura em E/LE. Todo esse combate que há décadas buscava posicionar o espanhol como uma língua importante para a aproximação linguística e cultural entre os países da América Latina sofreu um grande golpe quando a MPV 746/2016 foi aprovada no Senado sob a forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34/2016, tirando a obrigatoriedade da oferta do espanhol no Ensino médio. Mesmo com a gravidade dos fatos supracitados, segue-se a luta pelo respeito e posicionamento da língua espanhola em nossas instituições, como é o caso dos cursos de formação de professores que serão discutidos no presente trabalho. Apesar da desconstrução frequente no espaço acadêmico (Fanjul, 2004), o mito da existência de um espanhol da América e outro da Espanha persiste no imaginário popular, sendo o segundo tratado como de prestígio pela imposição eurocêntrica de conhecimentos. Esse fato já aponta linguisticamente para a posição inferior e subalternizada na qual são colocadas as referências oriundas da América Latina.

A percepção da América negra decorrente do tráfico de africanos escravizados e sua diáspora nos países por todo continente é praticamente apagada nas disciplinas de relacionadas ao espanhol no currículo dos cursos de Letras. Sabemos que os negros correspondem a quase 30% da população da América Latina, sendo que em países como Brasil e Cuba são a maioria, tendo ainda grande representação em outros, como a República Dominicana e a Colômbia.

A Lei 10.669 trouxe a discussão sobre questões de história e cultura negra também para a disciplina de E/LE. Uma revisão bibliográfica nos mostrou que, dentre esses trabalhos, não aparecem referências que tratem da questão étnico-racial na formação de professores de E/LE. Entendemos que o professor em formação não tem acesso a essas questões e, em sua prática, se deparará com salas de aula que demonstram a

diversidade étnico-racial do nosso país, mas com ela inúmeros conflitos oriundos do preconceito alimentado pelo mito da democracia racial tão difundido na cultura brasileira. Miranda e Riascos (2016) nos falam da ausência de estudos sobre redes de intelectuais afrodescendentes na América Latina. Walsh (2009) destaca a exclusão, subalternização e negação ontológica e epistêmica dos sujeitos racializados pelas práticas de desumanização e subordinação do conhecimento. Assim, esse afastamento do pensamento negro dos meios acadêmicos representa mais um fator que contribui para que o aluno em formação não tenha contato com os saberes e perspectivas latino-americanas e afro-latinas em sua formação.

Neste trabalho, discutimos como o currículo de formação de uma universidade pública brasileira foi construído de maneira eurocentrada, excluindo qualquer perspectiva epistemológica negra e reduzindo, muitas vezes anulando, a voz latino-americana dos conhecimentos e objetivos propostos nas grades e ementas curriculares. Discutimos também como o currículo vivido (MACEDO, 2006) permite que esses temas transitem nas salas de aula da universidade. Além disso, analisamos como os alunos recém-formados, em suas práticas, intervêm nos conflitos e desenvolvem temas relacionados às questões étnico-raciais. Dialogamos com Mignolo (2008 e 2010) sobre a construção da colonialidade do saber e todas as suas consequências para a estruturação do conhecimento baseado em referências e experiências eurocentradas. Por fim, trazemos Quijano (2005) para elucidar sobre as consequências da racialização como forma de domínio e inferiorização de negros e índios e todas as suas contribuições para a cultura da América-Latina.

Referências Bibliográficas:

- MACEDO, Elizabeth. Currículo como espaço-tempo de fronteira cultural. Revista brasileira de educação, v.11, n.12, maio/ago. 2006.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF 2 Dossiê: Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, nº 34, p 287-324, 2008.
- MIGNOLO, Walter D. Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad, gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.
- MIRANDA, C.; RIASCOS, F. M. Q.; QUINONEZ, J. H. A. . Pedagogías quilombolas y aprendizajes decoloniales en la dinámica organizacional de las poblaciones negras. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) - ABPN, v. 8, p. 25-43, 2016.
- PARAQUETT, M. As dimensões políticas sobre o ensino da língua espanhola no Brasil: tradições e inovações. Revista Hispanista, v. X, p. 37,2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. LANDER, Edgardo (org). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia Intercultural: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria. Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

.....

*** Rafael Dos Santos Lazaro**

Universidade Federal do Rio de Janeiro Unirio. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

HACIA UNA PEDAGOGÍA ANTIRRACISTA: PONER EL CUERPO, MOVILIZAR AFECTOS Y DESBORDAR EL CURRÍCULO ESCOLAR. EXPERIENCIAS DE FORMACIÓN DOCENTE UTILIZANDO METODOLOGÍAS ARTÍSTICAS, DESARROLLADAS POR EL COLECTIVO TRAMA - CHILE

*Leonora Beniscelli Contreras

El objetivo de esta ponencia es recapitular experiencias de formación desarrolladas entre 2013 y 2016 por el Colectivo Trama de Chile -colectivo de mujeres artistas y profesoras- en materia de migración, interculturalidad, derechos humanos y antirracismo y sistematizar aprendizajes que me permitan hilar/ensayar algunas nociones y propuestas que ojalá sean un aporte a otras experiencias educativas que tienen como horizonte la interculturalidad crítica y el antirracismo.

Las experiencias de formación que revisaré tuvieron la particularidad de estar atravesadas por el arte, la experiencia estética y las metodologías artísticas. Estas fueron:

- La primera muestra del Festival de Cine y Formación en Derechos Humanos de las Personas Migrantes - CineMigrante- realizado en Agosto de 2013 en Santiago de Chile.
- Un encuentro formativo denominado "Escuela e interculturalidad: "Construyendo herramientas de acción desde nuestra experiencia" (2014) desarrollado en conjunto con la Agrupación Fractal de Antofagasta en el que participaron profesores, directivos y educadoras de párvulos.
- Dos proyectos de formación docente desarrollados en liceos públicos con alta matrícula de estudiantes migrantes de la ciudad de Santiago, denominados "Mochila de historias" (2015) y "Chita Pale: Arte para una conversación entre culturas" (2016).

Las ideas que compartiré se han ido conformando principalmente en los espacios colectivos con las compañeras de Trama, en la puesta en común de aprendizajes, dificultades y sensaciones de cada una, pero también en el ejercicio de escritura y reflexión conjunta con integrantes de la Agrupación Fractal de Antofagasta, especialmente con Leyla Méndez Caro, psicóloga social con quién he intercambiado ideas, reflexiones y textos desde 2014. Así mismo, recogeré ideas desarrolladas por Carolina Garzón, integrante aún del Colectivo Trama, sobre cómo facilitar experiencias feministas en el aula incorporando otros referentes, otras lecturas, relacionándonos en meseta y con la amorosidad siempre por delante.

Los principales hallazgos que desprendo de estas experiencias desarrolladas por Trama tienen que ver por una parte con el cuerpo y los afectos y por otro con los contenidos que proponemos, ponemos a circular, "traficamos" en los espacios que creamos.

Respecto del cuerpo y los afectos, como colectivo creemos que es necesario poner el cuerpo y su experiencia vital en el centro del aprendizaje, para desde ahí intentar transformar la forma en que nos relacionamos con la alteridad (el/la supuesto 'Otro/a') y cómo percibimos la diferencia (usualmente como 'anormalidad'). Para aprender otros rituales (no sexistas, no opresivos, no discriminatorios) y otras formas de relacionarnos, tenemos que "poner el cuerpo" en la problematización de nuestra desmemoria como sociedades coloniales y en el necesario develamiento (visibilización) de la reproducción de prácticas y pensamientos racistas. Como mencioné, al respecto me valdré de las sugerencias que Carolina Garzón (2016) hace respecto de ¿cómo facilitar experiencias feministas en el aula? y de las dimensiones que Denise Najmanovich (2009) considera son necesarias para la metamorfosis del conocimiento y la construcción de una fiesta del aprender.

Respecto de los contenidos creemos que es necesario poner a circular otras palabras, otros referentes, otras historias, así como evidenciar el racismo y los estereotipos que se reproducen cotidianamente en nuestro lenguaje. Queremos -por un lado- reencontrarnos con palabras que nos permitan recuperar la memoria que ha sido acallada, silenciada a la fuerza o intentado ser asimilada y decir las palabras que no nos han enseñado -esclavitud, negritud, diáspora, resistencia, autonomía, etc. Y por otro queremos apropiarnos de la posibilidad de crear conceptos y de re-crear otros para decir aquello que no ha sido dicho y que nos es urgente nombrar por ejemplo, decir narrainvencrear, acuerpar, develar, cuidar, opresiones, privilegios.

A nivel curricular creemos que es fundamental valernos del espacio de "flexibilidad" que da el marco curricular nacional para introducir otras lecturas -fronterizas, mestizas, champurria, chicanas, híbridas, feministas como Gloria Anzaldúa, Daniela Catrileo, Audre Lorde, Pedro Lemebel, etc.- y otras historias -las historias de resistencia, de organización, de lucha contra la injusticia como fue la lucha obrera, el movimiento por los derechos civiles, y actualmente por ejemplo el movimiento Black lives matter en EEUU. Además ensayaré algunas ideas sobre cómo plantear objetivos de aprendizaje interculturales.

Para reflexionar acerca de la relevancia que cobra dar cabida a saberes "emergentes", en el actual contexto migratorio que vive Chile (de sostenido aumento de la migración proveniente de países vecinos y del Caribe) recogeré especialmente los planteamientos de Boaventura de Sousa Santos (2011) respecto de la sociología de las emergencias y el concepto de inédito viable de Freire (1992).

Construir una pedagogía antirracista es por ahora un horizonte. Pero creemos que si no nos afectamos como seres humanos, sino partimos por proponer experiencias de aprendizaje en que el cuerpo y su memoria sean lo central, no vamos a transformar la forma en que miramos, percibimos y (nos) sentimos. Descolonización y desescolarización van de la mano, creemos, pues la educación no se transforma si seguimos todos sentados mirando hacia adelante a la profesora, sin rozarnos, sin sentirnos, sin disfrute, sin mirarnos, sin saber quiénes somos, de dónde venimos, cuáles son nuestras historias y las historias de nuestros ancestros.

.....

*** Leonora Beniscelli Contreras**

Universidad Alberto Hurtado UAH. Santiago, Chile

Resumen de ponencia

HISTÓRIAS DE PAPEL E O PAPEL DA HISTÓRIA: MEMÓRIA E PEDAGOGIA NA ESCRITA HISTÓRIA DOS JORNAIS NEGROS PAULISTAS (1924-1937)

*João Paulo Lopes

Quem escreve a história? Quais histórias são ditas e tantas outras são silenciadas? Para quê serve a história e a quem serve a história? As questões acima foram guias para se chegar ao projeto aqui em desenvolvimento, cujos resultados da pesquisas aqui se apresentam.

A construção da narrativa histórica tornara-se alvo da disputa intelectual, cultural e política do Brasil republicano das primeiras décadas do século XX e o movimento negro na sua pluralidade entrou na disputa por suas narrativas ou, ao menos, a sua inclusão por um viés positivado e protagonista. Não passaria despercebido em nenhum dos setores o campo fértil e poderoso que a narrativa histórica tomava nesse momento.

Na imprensa negra também foram observadas e contestadas por outros discursos as funções há muito verificadas pela historiografia como fala de uma elite intelectual, como projeto de futuro sem a presença negra, como projeção de um passado seletivo e de clausura ao negro como escravo passivo e submisso, e talvez como forma de, simbólica e estrategicamente, recriar naquele presente da Primeira República, em São Paulo, as hierarquias dos vários grupos étnicos que compuseram a paisagem de formação da sociedade brasileira. As narrativas históricas dominantes no período ensinaram a figura dos negros, majoritariamente circunscrita à sua situação de escravizados, em outrora, mas uma marca que se tornava indelével para conter a ascensão a uma pretensa cidadania e igualdade. A vaga noção de cidadania atravessava os interesses e formas de modelar e controlar a liberdade para os vários grupos de negros do pós-Abolição. Mas a marca da cor da pele era um traço insubstituível que dava e marcava os significados da liberdade e os lugares e níveis da cidadania. Além da ideia bastante circulante de que os séculos de cativo e a origem africana o que indicaria certo infantilismo ou até um barbarismo original como marca de subumanidade não assegurariam uma igualdade que o corpo da Constituição de 1891 garantiria a todos os brasileiros.

A definição de qual a narrativa a ser contada sobre a formação da sociedade brasileira e a sua associação com a ideia de qual nação se queria confrontava e delimitaria a escrita da história como repertório em confronto, em disputa, que acabaria por envolver não só os consagrados historiadores, gabaritados com sua formação bacharelesca, os seus títulos e honrarias, para empreender e protagonizar as leituras possíveis do passado do país. Todavia e surpreendentemente alguns dos grupos subalternizados e tomados como objetos pelos sujeitos autorizados da construção da narrativa histórica encararam a disputa e reescreveram a história. Falo aqui que homens e mulheres subalternos falaram, e falam, sobre a história do país:

trabalhadores, negros, imigrantes, mulheres, camponeses. Nas três primeiras décadas do século passado, negros e mestiços usariam das diversas linguagens e até das novas ferramentas de comunicação em massa, como o livro, os jornais, o rádio (na reprodução de suas músicas), para traduzir suas versões da história, enquanto os outros sujeitos da fala histórica.

Negros, de São Paulo, reunidos em agremiações, clubes, centros, usando do espaço de sua imprensa alternativa aos jornais de grande circulação da cidade, divulgaram, analisaram, promoveram e criaram uma narrativa histórica que passara a incluí-los para além do papel de seus antepassados escravizados. Recuperaram figuras negras do passado e alçaram-nos ao lugar de uma tradição nacional que estava sendo forjada naquele período ou ampliaram as noções de quem eram os cânones do Brasil, os que faziam parte de uma suposta linhagem da nação. Também usaram da narrativa histórica para a criação de um vínculo identitário com negros de outrora, ou seja, para firmar uma identidade coletiva e social negra. Para os negros ativistas da capital de São Paulo, através de uma escrita histórica por mãos negras, pretendiam cobrir de maior legitimidade e reconhecimento a sua experiência e sua campanha antirracista e em prol do desenvolvimento social para os negros. Além de protagonizaram uma fala de si e saírem do posto de objetos da análise histórica predominante que lhes cravavam um lugar subalterno contínuo.

Falar da história foi mais uma das alternativas para descampar as ameaças, medos, insegurança e exclusão que a população negra vivenciava no cotidiano e noutros espaços, que levaria alguns deles para o entre-lugar da fronteira na tensão e embate de que não poderiam escapar. Foi na contramão a esse estado da arte do contexto racista no Brasil, e em São Paulo em especial, que as associações negras se portavam em sua campanha contra as ideias e imagens que lançavam. Que tinham a capilaridade e capacidade de maior inserção e impacto geral dentre a sociedade. Na imprensa negra, o repertório da escrita da história foi um dentre muitos na luta antirracista e para combater a discriminação que a população negra e mestiça vivenciava.

Podemos dizer que os jornais voltados para o público negro foram espaços privilegiados para a construção de um discurso paralelo ao oficial e/ou intelectualmente referencial a respeito das condições, aspirações e entendimento do que foi ser negro no Brasil, e especialmente em São Paulo, no início do século passado. É relevante tomar nota que a partir das publicações também se permite outra visão sobre o negro: de pensadores e de formadores de opiniões, de ativistas e promotores do debate intelectual. Nas narrativas ali criadas e lançadas, a visão do negro como artífice de construção do país é notável no que diz respeito ao trabalho, que é valorizado como obra de construção nacional sob a responsabilidade da população negra ao longo dos quatro séculos anteriores. As páginas dos jornais da imprensa negra também abordavam a produção, criação e circulação de uma cultura negra, assim como a conformação de certo tipo peculiar de comportamento social indicado, pedagogicamente, como o mais correto de aceitação e adaptação à modernidade. Além da importante invenção de uma linhagem formada por ícones negros, alçados à condição de heróis nacionais, fato que trataremos aqui como uma narrativa histórica alternativa que intentou valorizar a negritude e a trajetória negra no país, para além da escravidão.

Os anos 1920 trouxeram um momento de inflexão, em que a promessa de um novo discurso de identidade nacional brasileira foi se repaginando, sob o prisma da

redenção e aceitação da ideia de uma sociedade miscigenada, étnica e culturalmente. Era um contraste frente aos discursos nacionalistas hegemônicos de antes. O racismo científico sustentava a ideia de uma hierarquia entre supostas “raças”, o que para boa parte das cabeças pensantes do país atreladas às teses eurocêntricas relegava ao Brasil um status menor no concerto das nações. A mudança em curso se faz, paulatinamente, nos estudos e criações em que a emergência de mestiços e negros vai se tornando objeto importante e a regra. Grande parte da produção científica, artística e literária do período da Belle époque brasileira interpretou e engendrou o debate racial que acabava por consolidar e vulgarizar a ideia de que os negros e mestiços do país representavam um sinal de atraso e entrave ao processo civilizatório de padrão eurocêntrico, para onde se voltavam os olhares e as intenções das elites brasileiras. Durante a década de 1920 é possível apostarmos que continuou havendo uma constituição de redes e locais de concentração de uma camada intelectual composta por mulatos e negros para pensar e analisar a situação da população afrodescendente e sua situação no país. A criação de um circuito intelectual negro foi um ato de resistência, de enfrentamento ao establishment intelectual, instalado nas academias, institutos científicos, órgãos culturais, grandes editoras, faculdades e redações de jornais e revistas de grande tiragem. Mesmo esbarrando nas fragilidades do movimento, na possibilidade de malogro e nas dificuldades corriqueiras que a comunidade negra vivia.

Ao tentarem a organização da população afrodescendente como meio mais apropriado para a luta pelo reconhecimento de direitos e a busca por igualdade de direitos, desdobraram-se também na reparação ante o passado escravagista e num reparo da escrita histórica que também os excluía ou subalternizava-os. E entre os vários meios de atuar nessa frente, tomar o controle sobre uma escrita de si se tornou ferramenta de luta, pressão e de pedagogia da negritude e da nacionalidade. E também para a eterna campanha da luta contra o racismo e pela promoção social dos pretos e mulatos.

Escrita essa, publicada nos jornais típicos do movimento negro, aos quais damos o nome de imprensa negra. O destaque da pesquisa são os artigos e imagens lançados nos jornais Clarim da Alvorada, Progresso e A Voz da Raça, de São Paulo, entre o período de 1924 a 1937, e que deram vazão à escrita da história, dentro do viés da fixação de uma identidade negra, assim como nas campanhas contra o racismo e pela promoção da ascensão social do negro lutando por sua valorização. Também é passível de destaque a promoção de alguns traços da cultura negra, como a trajetória e a obra de produção e trabalho da população afrodiaspórica que durante os quatro séculos anteriores foram os artífices mais importantes de constituição da sociedade brasileira, nessa versão histórica que engendraram nos jornais da imprensa negra paulista. Foi um processo tanto de tradução do conhecimento histórico canônico quanto do entendimento de que a trajetória negra no país ia para muito além da escravização e da brutalidade do cativo. Esse passo de tradução promoveu uma vulgarização do conhecimento histórico nos jornais negros para uma margem da população que se via negativamente no discurso dominante de formação da sociedade brasileira, e paulista, em especial. Quais sejam? A população negra e mulata da cidade.

.....

*** João Paulo Lopes**

Univ Estado do Rio de Janeiro/ Boston University/ Instituto Federal do Sul de Minas Gerais UERJ/ BU/ IFSULDEMINAS. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

IDENTIDADES LÉSBICAS, SAPATONAS E BRANQUITUDE: SELETIVIDADE, PRETERIMENTOS E RACISMO NAS VIVÊNCIAS SÓCIO-AFETIVAS ENTRE MULHERES

*Cláudia Macedo

*Raíla Melo

O presente artigo visa propor uma reflexão acerca dos porquês do estudo da relação entre branquitude e racismo se mostram relevantes para se pensar as experiências-relações-práticas afetivas-sexuais-desejantes entre mulheres lésbicas. Por meio da realização de seis entrevistas com mulheres lésbicas brancas em Brasília-Distrito Federal-Brasil, calcada numa pesquisa essencialmente qualitativa, nós buscamos entender os impactos da centralidade e do exercício dessa branquitude por mulheres lésbicas brancas em suas relações como forma de se compreender a seletividade, os preterimentos e as manifestações racistas nas escolhas sócio-afetivas entre mulheres. A pesquisa foi desenvolvida sob o crivo do método qualitativo (SAUTU, 2005), por meio da realização de entrevistas com observações participativas, uma vez que, enquanto pesquisadoras e sapatonas (branca e negra), pensamos que a interação com as entrevistadas pudesse revelar um mundo de significados passíveis de análise. Nomear nossa posição racial (PIZA, 2002) enquanto pesquisadoras e explicitar a produção de saberes situados em suas localidades (HARAWAY, 1995) relaciona-se com a proposta de realização de uma pesquisa politicamente engajada (HALE, 2008).

Como feministas, para quem a afirmação de que “o pessoal é político”, pudemos perceber como os privilégios da branquitude perpassam e marcam nossos corpos de sapatonas negra e branca, seja em termos de preterimento, seja em termos de privilégios. Tivemos a oportunidade de realizar uma reflexão mais sistematizada sobre a branquitude e suas implicações sobre as identidades lésbicas-sapatonas, em termos de seletividade, preterimentos e racismo.

Nesse sentido, sob uma análise crítica da suposta objetividade das ciências, entre as sapatonas brancas, entrevistamos, cada uma, uma sapatona de nossa convivência e\ou amizade e outra que não temos vínculo afetivo. Além dessas 04 (quatro), entrevistamos conjuntamente uma sapatona. Nosso interesse, na realização de, pelo menos, uma entrevista conjunta, era perceber como nossas identidades raciais impactavam no processo de entrevista e, consequentemente, nas respostas e conclusões das entrevistadas.

A relação entre entrevistada e entrevistadora, considerando a identidade racial do/a pesquisador/a apresentou-se como ponto central na pesquisa, pois, ao realizar o campo de pesquisa, tanto pesquisadoras/es quanto participantes das pesquisas olham-se por meio de uma lente racializada (SCHUCMAN, COSTA, CARDOSO, 2012), mesmo que de forma tácita, e interação entre elas/es está relacionada com o modo como a ideia de raça é apropriada por ambas.

Como resultados da pesquisa e em diálogo com a escassa teoria produzida sobre a

temática, foi possível identificar que atribuídos, em parte, a posições de classe social ou mesmo de modo irrefletido, os relacionamentos afetivo-sexuais-desejantes de brancas majoritariamente com outras brancas demarcam o não-olhar, o não-reconhecimento presente nas interações e relações estabelecidas entre lésbicas-sapatonas. Pudemos observar como o exercício dos privilégios advindos da branquitude possibilita que mulheres lésbicas brancas não se vejam capazes de engajar uma luta anti-racista, colocando essa responsabilidade sobre as mulheres negras.

Considerando os preterimentos advindos de escolhas afetivas engendradas num pacto narcísico (BENTO, 2002), notamos que o posicionamento de lésbicas brancas em um polo de inércia na luta anti-racista e no próprio questionamento moroso de suas escolhas afetivas. Além disso, o traço da violência racista no exercício dos privilégios da branquitude por mulheres lésbicas torna possível o estabelecimento de uma relação de perseguição entre o sujeito negro e seu corpo (SOUSA, 1983).

Confirmamos a urgência e relevância do debate e promoção de reflexões em diferentes espaços - inclusive o acadêmico - sobre a posição racializada da branquitude e as consequências do racismo para a proposta sapatônica que se pretende subversiva do regime político da heteronormatividade.

.....

* Cláudia Macedo

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas - CEPPAC/UNB. Brasília, Brasil

* Raíla Melo

Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas - CEPPAC/UNB. Brasília, Brasil

Resumen de ponencia

INSTRUMENTO TERMINOLÓGICO E QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: A TERMINOLOGIA FEMINISTA HEGEMÔNICA DO TESAURO DE ESTUDOS DE GÊNERO E DA MULHER

*Miriam Moraes

O confronto de estratégias entre o poder constituído e a resistência em nível da linguagem é aqui analisado por meio da luta das mulheres negras no campo do feminismo, que se distingue pela busca do empoderamento com a priorização de termos e conceitos que representam as especificidades da mulher negra. No bojo do projeto de pesquisa Revisitando o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres (TEG) tomamos por referencial empírico um instrumento terminológico construído por feministas brasileiras, no final da década de 90 do século XX, coordenado e apresentado pela pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Cristina Bruschini em 1998. Os Tesouros são instrumentos de controle terminológico em campos específicos do conhecimento. Instrumentos terminológicos, para além da sua função de representação e organização de uma especialidade de conhecimento, são aqui apresentados como um referencial para a identificação de práticas identitárias no momento em que se constituem como terminologias.

Pesquisas no campo da linguagem e práticas identitárias apontam para a linguagem ou discurso como formadores da sociedade, uma vez que os processos identitários estão imbricados nas práticas sociais. Nesta comunicação pretende-se analisar a prática social como formadora de identidades, tendo como foco a prática social de linguagem como mediadora da ação social humana, e a construção de terminologias como instrumento desta prática.

Na década de 90, o Tesouro para Estudos de Gênero e sobre Mulheres se propunha a ser o instrumento síntese de uma epistemologia crítica feminista. No Brasil, evidenciavam-se os primeiros indícios da existência de uma postura crítica no âmbito de algumas instituições de conhecimento, principalmente relacionada à visão feminista do conhecimento. Poderia-se falar então em uma epistemologia crítica e feminista, e o TEG se propunha a representar e organizar este conhecimento. Identificam como características da crítica feminista a posição que consiste em não aceitar totalidades universais ou balizas fixas. Tal posicionamento busca historicizar os conceitos com os quais se trabalha, tais como os de feminino, reprodução, família, público, particular, cidadania, sociabilidades a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina.

Estas condições, no entanto, não foram estritamente observadas na construção do primeiro Tesouro de Estudos de Gênero e da Mulher no Brasil, que mesmo assumindo um discurso feminista, evidencia que o mesmo é hegemônico e mantém no esquecimento, a herança cruel que coube às mulheres negras no Brasil.

Os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades da sociedade pós-abolição conduziram a experiências sociais diferentes

para mulheres negras e brancas e o instrumento terminológico construído neste processo evidencia a representação de um feminismo hegemônico, de classe média e branca, gestado no meio acadêmico, que compartilha um conceito de feminino como uma ideia universal sem explicitar qualquer conflito, ou a diversidade da práxis feminista no Brasil.

Ao reconhecer essas diferenças, as mulheres negras no movimento feminista passaram a desafiar noções generalizadas da opressão de mulheres que não levavam em conta a relação entre ideologia patriarcal e racismo; e a noção de que o racismo é um fenômeno Individual, e não um fenômeno estrutural.

No Brasil, a tensão das mulheres negras com o movimento feminista “hegemônico” se estabeleceu a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertiooga em 1985, quando surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras, época em que aconteceram alguns Encontros Estaduais e Nacionais de Mulheres Negras. Conforme relato de Caldwell (2000), como resultado destes encontros a elaboração de um manifesto chamou a atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras uma vez que a maioria dos estudos feministas brasileiros não reconheceu a importância da raça e das diferenças raciais na constituição do gênero e das identidades das mulheres. Caldwell (2000) elegeu como marco da resistência a participação de mulheres negras durante o Congresso de Mulheres Brasileiras em junho de 1975 quando foi lançado o manifesto das Mulheres Negras.

Esta resistência do feminismo negro deu visibilidade à ausência, nos estudos de gênero e da mulher desenvolvidos no Brasil nas décadas de 80 e 90 do século XX, da questão raça e gênero. Foucault, em vários momentos da sua trajetória, destaca sua noção de formação do sujeito, criando-se uma base teórica na análise das relações de poder que se estabelecem no âmbito das relações de gênero e da afirmação das sexualidades. O filósofo francês aponta que a compreensão de uma nova economia das relações de poder consiste em vislumbrar a conexão entre as formas de resistência aos diferentes tipos de poder evidenciadas em suas manifestações, e nos conflitos poder/resistência. Esse confronto de estratégias entre o poder e a resistência pode encontrar-se nas relações entre minorias, tais como a luta das mulheres negras no campo do feminismo e que se distingue pela busca do empoderamento no reconhecimento de um feminismo negro.

Como constatações do trabalho desenvolvido, que foi precedido de um panorama temporal sobre o feminismo e gênero do final dos anos 80 até a década de 90 do sec. XX, período este identificado como terceira onda do feminismo, são apresentadas características da terceira onda, presentes na década de 90, a saber: desenvolvimento de um conceito liberal dentro do feminismo, o qual definia que a luta de gênero e pelas mulheres não é coletiva, não é pública e não é política, é algo individual. Ilustrando esta bandeira do pessoal é político na elite do feminismo brasileiro, Zirbel (2007) relata que as organizadoras do material e integrantes do corpo de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, Cristina Bruschini e Fúlvia Rosenberg, na Introdução ao livro *Vivência, História, sexualidade e imagens femininas* (1981), comentam sobre a prática de seu grupo, onde as vidas pessoais e cotidianas eram “trazidas à pauta” no intuito de estimular as reflexões (p.9): “éramos mulheres estudando mulheres, pesquisadoras estudando mulheres, feministas estudando mulheres [...] por vezes escolhíamos integrar nas discussões a esfera do privado e do

profissional”.

Para se ter uma dimensão da extensão desta visão na construção do TEG, podemos exemplificar registrando a frequência dos termos corpo/corpos, que aparecem 97 vezes entre as entradas do Tesouro, sendo que o termo cor inexistente neste vocabulário. A partir da análise do TEG, constata-se que as autoras optaram por um arranjo do campo semântico dos estudos de gênero e da mulher que contradiz uma epistemologia crítica, reproduzindo alguns conceitos que não condizem com as mudanças na visão de mundo que o movimento feminista se propôs. Além disso, este vocabulário controlado não contempla o conceito de “Interseccionalidade”, que estuda as interações nas vidas das minorias, entre diversas estruturas de poder e serve como categoria de análise para estudar a condição não apenas da mulher, mas o fato de ser negra, ser LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgênero). O termo “lésbicas” foi relacionado a “amazonas” e imagens de mulher”, apontando para uma relação um tanto sem sentido. Além disso, foram encontrados poucos termos que representassem o protagonismo e empoderamento do feminismo negro. Ademais, a análise do TEG apontou que a representação vinculada aos assuntos referentes à mulher e às questões de gênero indica que as abordagens que englobam a criação de um tesouro podem facilitar bem como dificultar a quebra de padrões de forma a permitir ou embaraçar a inserção de novos termos. Como salienta Barité (et al., 2010), há de se confirmar que instrumentos terminológicos como os tesouros se encontram norteados pelo padrão patriarcal comum à literatura produzida nos marcos epistemológicos dominantes e o TEG não fugiu à regra.

.....

*** Miriam Moraes**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

INTERSECCIONALIDADES DE RAÇA E GÊNERO E A MORTE VIOLENTA DE MULHERES

*Suelen Aires Gonçalves

O artigo proposto tem como motivação compreender quais são as razões para as diferentes configurações da violência letal contra as mulheres negras com relação as não negras no Brasil na última década e justificativa desta pesquisa consiste em contribuir para a discussão com a devida importância da temática e a construção de campo de pesquisa, aonde os feminicídios vão para além do mundo privado, fruto da violência doméstica e vão para o espaço público. A análise sobre o feminicídio é um tema latente na sociedade contemporânea, bem como a questão do debate com o recorte racial. Tal recorte analítico é pouco trabalhado nas Ciências Sociais, por tal motivo contempla o campo de estudos.

Este trabalho utilizará, num primeiro momento, como autores basilares na parte bibliográfica teórica sobre violência de gênero como Heleieth Saffioti (1995) onde a violência de gênero se caracteriza por ser cometida no âmbito de relações privadas e familiares. No refere o debate racial, apresento as reflexões sobre o “[i]nvisível e o visível”, com as obras de DuBois (1999) e Franz Fanon (1952). Eu início com a metáfora do “véu”, ou seja, o Invisível. Tal metáfora simboliza a separação de dois mundos, o negro e o branco. O primeiro nos apresenta que o “Negro” deveria adotar sua condição e não continuar se sujeitando aos olhares opressores, olhares esses desenvolvidos desde o processo da escravidão. Uma vez apresentada o lugar da invisibilidade na obra de Du Bois, o presente trabalho estará em diálogo com a produção sobre a visibilidade do negro apresentada por Frantz Fanon, em *Pele negra, máscaras brancas* (1952). Nesta obra, Fanon constrói a hipótese de que a alma negra é uma “criação de brancos”, sendo o preconceito de cor um fenômeno superestrutural na sociedade. Na mesma obra, o autor não enfoca unicamente seu estudo sobre o racismo em relação ao Negro, mas deixa nítida sua rejeição contra todas as formas de preconceito e exploração, “[t]odas as formas de exploração são idênticas, pois todas elas se destinam a um mesmo objeto: o homem.” (FANON, 1983, p. 75).

Achille Mbembe na obra *Crítica da razão negra* (2014) apresenta a elaboração sobre o conceito de “Negro”, onde inicia por fazer um arranjo entre o conceito de “Negro” como imagem de uma experiência subalterna, com sua humanidade negada, para uma condição comum, ou seja, universal. Neste sentido, todos seríamos “Negros” subjugados no sistema neoliberal e pelos seus novos modelos de exploração e submissão. O autor mantém atualizado a análise da condição econômica na percepção da questão racial, vendo-as como indissociáveis: a subjugação do ser “Negro” e a exploração no sistema capitalista. Mbembe apresenta ainda como, desde a colonização o conceito de escravo confunde-se com o de “Negro”, que em um certo momento, tornam-se iguais. O racismo ter-se-ia, assim, desenvolvido com exemplo legitimador da opressão e da exploração, ao serviço do capitalismo, o qual carecia de

pressupostos raciais para sua existência.

Nesta tensão dialética entre o debate sobre gênero, apresentada por Scott (1994/95) e Bourdieu (1999); o conceito de violência, apresentado por Adorno (2002) e Misse (2006); e o debate sobre o recorte racial apresentado por DuBois (1999), Fannon (1952) e Mbembe (2014); importantes para nossa reflexão, apresento o conceito de interseccionalidades para trazer possíveis diálogos sobre gênero e raça para com o fenômeno da violência letal contra as mulheres negras, em nosso caso, o crime de feminicídio.

O conceito de interseccionalidades cunhado por Kimberle Crenshaw (1991), em sua obra *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*, nos apresenta um tema relevante para as ciências sociais e para o objeto de pesquisa desenvolvido: a perspectiva das interseccionalidades, sobretudo da raça e do gênero. Tal perspectiva busca contemplar com mais atenção a complexidade das identidades por meio de um olhar para além do reconhecimento da sua multiplicidade dos códigos de opressão sobre as categorias acima citadas, mas constata, em sua análise, o processo de produção e reprodução das desigualdades sociais. Neste texto, a autora apresenta temas fundamentais para análise do objeto dessa tese, o primeiro versa sobre a organização das mulheres negras nas últimas décadas do século XX contra as inúmeras violências sofridas, tais violações que anteriormente eram tratadas como algo do privado, ganham na atualidade a esfera pública. O segundo ponto da análise, versa sobre a articulação do racismo e do patriarcado como formas de dominação que afeta diretamente as mulheres negras.

.....

* Suelen Aires Gonçalves

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

LA RACIALIZACIÓN EN MÉXICO, NEGACIÓN DE LOS ORÍGENES HISTÓRICOS

*Maria Del Carmen Quintero Romo

Planteamiento y marco del análisis

La presente propuesta de exposición busca explorar algunas articulaciones históricas que forjaron a México como nación racializada, así como algunas de sus proyecciones actuales, tanto de refuncionalización como de liberación.

El análisis se orienta por los cauces abiertos por el pensamiento decolonial, del cual destacan dos aspectos para los propósitos de este ejercicio.

Por un lado, dicha corriente se sitúa desde las realidades de América Latina. Un planteamiento que emerge de estas, es que la colonización de la región parece haber sido locus de gestación del racismo en la modernidad occidental capitalista. Así, la perspectiva no se encierra en la región, sino que esta es analizada en el contexto de la escala mundial que alcanzó la expansión del sistema.

Por otro lado, tan importante como lo primero, es el análisis del sociólogo Quijano sobre la vinculación del surgimiento del racismo con la organización y control del trabajo de los colonizados, a partir de las posiciones y roles escalonados que se asignaron a los diferentes grupos (“indios”, africanos, descendientes del mestizaje entre estos y con españoles). (El entrecomillado de las palabras indios o india se usa en esta propuesta para mantener presente el equívoco de la denotación).

En ese sentido, el concepto de identidades raciales formulado por el autor, aporta al análisis de identidades el fuerte componente económico de su estructuración dentro del patrón de poder de la colonialidad. Entre los aspectos que sobresalen de este hallazgo, pueden señalarse las implicaciones de tales posiciones y funciones en la gestación de los lugares sociales anclados a posiciones de poder/no poder, y las subjetividades que generan.

Lo anterior sugiere que el racismo surgido en la modernidad occidental capitalista, es parte de la codeterminación entre estos tres procesos, como condición y mecanismo de tal sistema. Si es así, el racismo, o racialización, es de carácter estructural, y circula a través de los vasos comunicantes de las sociedades.

Comporta, como una cinta de Möebius, por una parte, la supremacía del orden civilizacional occidental, el cual se afirma sobre la negación de las otras formas civilizacionales. Y, por la otra, imprime esa desigualdad a través de los rasgos corporales externos distintivos de lo que llegó a codificarse como razas, hondamente enraizada bajo el patrón representativo de la diferencia blanco/de color.

Si el racismo es estructural, sus diversos niveles, expresiones o componentes necesitan ser atendidos. En ese sentido, se puede considerar que irradia hacia diversos ámbitos que parecen difíciles de articular, por ejemplo, la materialidad económica de su origen y la de la corporalidad, pasando por el discurso que lo ha construido simbólicamente.

El proceso socio histórico de la actual fractura racializada

La vía de aproximación al racismo en México aquí propuesta, es la de la negación y relegación de los pueblos originarios, como eje en el que se cimentó la dominación, primero colonial, y cuya herencia se plasmó en la formación del Estado nacional. Para ello, se revisarán algunos rasgos significativos del orden de dominación colonial que cincelaron la actual composición social. Señaladamente, la organización del despojo, explotación y control social y político de los colonizados, en función del principio de pureza de sangre. A través de las reglas que de él derivaron, se definieron posiciones y roles escalonados bajo el imperativo de una única forma civilizacional. Hoy, los rasgos fenotípicos, que asoman a través de la aguda brecha socioeconómica y cultural, denuncian que las posiciones en la escala social, y la movilidad en el sistema, llevan la marca del esquema colonial: prevalencia del privilegio de la descendencia de españoles, y de europeos y angloestadounidenses en general.

En contraste con esa estructura, se revisarán las implicaciones de la ideología del mestizaje. Esta ha corrido por la historia de México como mecanismo para construir identidad y unidad. Pero, paradójicamente, alienta en ella, como lo enuncia su nombre, un sentido racial.

La ideología del mestizaje ha sido creación y argumento de los criollos, al inicio de la colonia, para reclamar privilegios económicos y políticos. Así, no obstante que el poder colonial se asentaba sobre la dominación de los invadidos, los primeros criollos se autoadscribieron pasado azteca, como signo de prestigio que abonaría al que se atribuían por la conquista.

Más tarde, a fines del siglo XIX y principios del XX, el mestizaje biológico -descendencia de hombre español y mujer “india”- se vio como solución a lo que, terminado el régimen colonial, políticos e intelectuales llamaron el “problema indígena”. En realidad, lo que veían como problema era la posibilidad de que los pobladores originarios, la mayoría, reivindicaran la propiedad de sus territorios y el fin de su sujeción.

Después de la Revolución de 1910, aunque se reconoció la deuda histórica con los habitantes originarios, se dio fuerza a la ideología del mestizaje como fusión de culturas, bajo la primacía occidentalizante. Así se diluiría la indianidad, en favor de la unidad de un Estado nacional que hasta ahora no acaba de cohesionarse, en la medida de las desigualdades anteriormente señaladas.

Y, quizá, sobre todo, porque el Estado nacional se ancla en la aspiración a la modernidad occidental, y su correlato de negación e inferiorización de otras formas de habitar en el mundo y organizar la vida. Pero dichas formas coexisten con, y a pesar, o, quizá, a causa, del impacto mayor de la modernización: corresponden a los pobladores originarios y a los descendientes de africanos, gran parte de los cuales habitan en los márgenes del sistema, que los ignora, o los desplaza, o relega.

Por último, se propone revisar implicaciones del tránsito de la ideología del mestizaje a la política neoliberal del multiculturalismo, que México abrazó en los años noventa del siglo XX.

Por un lado, el principio de tolerancia, en el cual se fundamenta la ideología neoliberal, revela sus límites capitalistas y occidentales. De manera destacada, cuando las comunidades, generalmente originarias [entre tantos otros, los rarámuris, koot (huaves), otham (pápago)], defienden sus territorios ante las concesiones de explotación de recursos naturales y proyectos de infraestructura que se otorgan a

empresas extranjeras y nacionales. En torno a los territorios, capitalismo y anticapitalismo expresan sus visiones de mundo.

Por otro lado, el mismo principio de tolerancia, que parece abrir a la diversidad cultural, en realidad la refuncionaliza dentro del circuito moderno occidental. Al respecto, se explorará la posible relación de este proceso con el sentido de blanqueamiento social, el cual ha operado históricamente como mecanismo de incorporación a la cultura predominante.

.....

*** Maria Del Carmen Quintero Romo**

*Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos. Área de Coordinaciones de Posgrado, Facultad de Filosofía y Letras.
Universidad Nacional Autónoma de México - PPEL/UNAM. México, México*

Resumen de ponencia

LA REEMERGENCIA DEL RACISMO EN LOS DISCURSOS SOBRE NEUROCIENCIA EDUCATIVA. REFLEXIONES ACERCA DE SU IMPACTO EN LAS REPRESENTACIONES SOCIALES DE DOCENTES SOBRE EL DESEMPEÑO ESCOLAR DE NIÑOS DE ORIGEN MIGRANTE.

*Romina Paola Tavernelli

El racismo se ha ido sosteniendo y afirmando en el tiempo como una acción orientada a colaborar en la reproducción de un determinado orden social, dando cuenta de ser una ideología que sirve, de manera contundente, al interés que los grupos dominantes tienen por mantener su posición de privilegio en el orden social. Por consiguiente, el racismo, es mucho más que una percepción acerca de los sujetos construidos como "otros", es una ideología del poder.

Asimismo, cabe mencionar que, debido a que "las censuras en relación con las formas de expresión del racismo se han reforzado" (Bourdieu, 1978), éste adecuó, cambió, adaptó sus fundamentos explicativos, apelando a discursos que buscaron naturalizarse y/o que al menos se presenten como neutrales. En definitiva, puede afirmarse que, a lo largo de la Historia, las bases argumentativas del racismo han ido cambiando, presentando ciertas rupturas, continuidades y reemergencias discursivas, lo que posibilitó su perpetuación.

En este sentido, ya no puede hablarse de racismo sino de racismos, en plural, de distintas formas en las que éste se expresa y se sostiene, se legitima y se reproduce, circula y pervive.

Es por ello que, en el pasaje de sus fundamentaciones biologicistas a los más recientes "determinantes culturales", el racismo apela a distintos recursos discursivos en los que se presenta de manera eufemizada. Siguiendo a Bourdieu, afirmamos que "la forma de eufemización más común hoy en día es, claro, el aparente carácter científico del discurso" (1978, pág. 68).

Por otro lado, América Latina -en un contexto de aumento de los niveles de pobreza y pobreza extrema, alcanzando en el 2016 al 30,7% de su población (CEPAL, 2017)- está siendo escenario de un retroceso en cuanto a sus políticas de inclusión social.

Particularmente en países como la Argentina, el cambio de gobierno a finales del año 2015 conllevó también un cambio en las políticas de gobierno en lo que refieren a sectores vulnerables -tales como los migrantes regionales- y el acceso a derechos fundamentales -como el derecho a la educación-. Este es el escenario, además, de una trama discursiva que reinstala al migrante como un sujeto sospechoso, amenazante; que exalta el individualismo -al tiempo que el Estado se retira de sus funciones sociales- y que apela a la meritocracia como forma de ascenso individual en la estructura económica.

Sin duda tales circunstancias favorecen la reemergencia de discursos de base racista

que buscan culpar a todo "otro", ya sea éste migrante, pobre, joven, mujer, de todo aquello que se presenta como un "mal social".

Frente a estas condiciones imperantes, el presente trabajo busca abordar la cuestión del racismo en los discursos emergentes en el campo de la neurociencia educativa.

A partir de una investigación en curso, analizamos el vínculo entre tales discursos de poder y las representaciones sociales docentes acerca de la otredad de origen migrante y su desempeño escolar. La hipótesis en la investigación propone que tales representaciones se ven influenciadas por el auge de los discursos normalizadores y estigmatizantes de las neurociencias educativas.

Consecuentemente, algunas de las preguntas que guían el trabajo, son: ¿De qué modo las representaciones sociales acerca de la otredad presentes en el discurso de las neurociencias educativas contribuyen a la naturalización, la perpetuación y la reproducción de las desigualdades socioeducativas? ¿De qué forma la percepción meritocrática del éxito y fracaso escolar en relación a los alumnos migrantes se ve permeada por los postulados de la neurociencia educacional?

¿Qué representaciones sociales construidas por los docentes sobre los migrantes externos se vinculan con los procesos de estigmatización y creación de factores de exclusión de dichas comunidades? ¿De qué forma entran en tensión los discursos sociales acerca del rol integrador de la escuela con aquellos que postulan el éxito escolar fundado en nociones meritocráticas? En definitiva, nos proponemos reflexionar acerca de qué modo los discursos de la neurociencia educacional, en los que subyacen formas discursivas racistas, tienden a la normalización de las poblaciones, a partir de explicaciones biologicistas. Asimismo, buscamos rastrear en las representaciones sociales de los docentes, los discursos acerca de la otredad migrante, fundados en los llamados "neuromitos".

Trabajos citados

Bourdieu, P. (1978). El racismo de la inteligencia. *Cahiers, Droit et Liberté*, (págs. 67-71).

.....

* Romina Paola Tavernelli

Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires - IIGG/UBA. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

LITERATURA, NEGRITUD Y RESISTENCIA EN DIÁRIO DE BITITA DE CAROLINA MARIA DE JESUS

*Anderson Henrique Gonçalves Dos Santos

*Calila Das Mercês

La escritora negro-latina brasileña Carolina Maria de Jesus (1914-1977), tras la publicación del aclamado *Quarto de despejo: diario de una mujer que tenía hambre* (1960), escribió *Diario de Bitita*, novela publicada primero en Francia con el título *Journal de Bitita*, para solo después, pero no coincidentemente, ser reconocido en Brasil en 1986. Esa novela narra, por medio de la voz de una niña negra favelada, la trayectoria, de la infancia a la adultez, de una mujer negra, junto con las de otras mujeres negras y hombres negros, evidenciando las facetas injustas de la sociedad, de la cultura y de la política en Brasil. Trascienden en la narrativa distintas representaciones de individuos negros que intentan sobrevivir sumergidos en los problemas estructurales del país como el racismo y sus desdoblamientos, por ejemplo, el genocidio de la población negra. Buscamos establecer, a partir de la novela escrita en 1960, pero cuyo contenido se presenta todavía actual, discusiones acerca del racismo y negro-latinidades y resistencia de la población negra brasileña.

En lo que se refiere a la formación de las elites en Brasil podríamos empezar nuestro análisis desde la colonización, problematizando la esclavitud en dicho periodo, ya que ésta fue “el factor más negativo para la ciudadanía en Brasil” (CARVALHO, 2017, p. 25). Empero, es en el fin del siglo XIX e inicio del XX que se forma el Estado brasileño y su burocracia. Por ello, sin olvidar la historia colonial, dicho periodo histórico nos interesa. Según Sergio Adorno (1988), los hijos de los terratenientes, estudiantes de las primeras facultades de derecho, aunque públicamente hayan escogido distintas corrientes políticas (monarquistas, republicanos, liberales y conservadores) en realidad, buscaban hacer parte de la burocracia nacional, en puestos de poder. No había ningún interés de promocionar la igualdad de facto o incluir a las camadas populares.

Cabe subrayar que, además de formar la burocracia nacional, dichas escuelas de derecho junto con las de medicina eran centros de difusión de teorías racistas europeas. Para los “intelectuales” de ese entonces la presencia de negros y mestizos representaba una amenaza al futuro de la nación, es decir, no había futuro posible. De ahí surgen los estudios acerca de la supuesta inferioridad de dichos pueblos y la necesidad de blanquear el país por medio de la inmigración europea (SCHWARCZ, 1993).

Carolina Maria de Jesus denuncia los abusos, violencias y dificultades enfrentadas por la población negra y, a la vez, los privilegios de los blancos, la impunidad, la autoridad de los licenciados en Coimbra, Portugal. Según el paradigma dominante de la sociología brasileña, dichos rasgos tienen que ver con el patrimonialismo, con una continuidad de las ideas lusitanas, como si la esclavitud no hubiera configurado modos

de sociabilidad violentos característicos de Brasil.

El sociólogo Jessé Souza (2000) señala una serie de aspectos que contrarrestan el pensamiento dominante. Según él, la esclavitud tiene un rol central en la formación de Brasil. La urbanización, la modernización, el ascenso social de los mestizos por medio de la erudición, la estratificación social, la creación de binomios de diferenciación (barrios nobles/favelas, entre otros) son hechos que comprueban como la esclavitud marginalizó a los individuos negros mientras concedió "superioridad" a los blancos y, con esa, posibilitó las siguientes consecuencias: la tiranía, el distanciamiento con relación a los pobres, el servilismo y demasiado respeto de las clases más pobres hacia la clase media, la creencia en el mérito - ocupó el lugar que ocupó gracias a mis esfuerzos y, luego, el vaciamiento de cualquier responsabilidad con las atrocidades del sistema de esclavitud).

Los aspectos de sociabilidad mencionados por Souza están evidentes en la novela escrita por Carolina Maria de Jesus en numerosos ejemplos. La literatura es el arma que ella utiliza para denunciar el racismo y para resistir. Al hablar de sí misma y de su entorno, trascienden en la narrativa otros actores involucrados con la coyuntura social de aquel entonces. Según Conceição Evaristo (2010) son estos los rasgos que caracterizan a una Literatura Negra: el hecho de que las escritoras y los escritores negros se vean y se identifiquen en tanto sujetos negros para que puedan, por medio de la literatura, proponer narrativas que vayan más allá de los discursos institucionalizados y estereotipados acerca de las poblaciones negras.

"La literatura negra nos trae la re-vivencia de los viejos griots africanos, guardianes de la memoria, que iban de aldea en aldea cantaban y contaban la historia, la lucha, los héroes, la resistencia negra contra el colonizador. Nos devuelve una poética del suelo, del hombre africano, trasplantada, re-elaborada en las tierras de la diáspora" (EVARISTO, 2010, p. 5). De hecho, igual que la autora de Diario de Bitita, Evaristo denuncia, por medio de su escritura, las violencias cometidas hacia la población negra.

Voces-mujeres

Conceição Evaristo

La voz de mi bisabuela resonó

Niña

En los sótanos del barco.

Resonó lamentaciones

De una infancia perdida.

La voz de mi abuela

Resonó obediencia

A los blancos-dueños de todo.

La voz de mi mamá

resonó bajito revuelta

en el fondo de las cocinas ajenas

bajo los montones

ropas sucias de los blancos
por el camino polvoriento
hacia la favela.

Mi voz todavía
resona versos perplejos
con rimas de sangre
y
hambre.

La voz de mi hija
resuena a todas nuestras voces
reúne en sí
las voces mudas calladas
como nudos en las gargantas

La voz de mi hija
reúne en sí
el habla y el acto
El ayer y el hoy y el ahora.
En la voz de mi hija
se hará oír la resonancia
el eco de la vida-libertad.

El profesor, escritor y activista, Abdias do Nascimento (1914-2011) en "O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado", señala el camuflaje y el blanqueamiento como estrategias del genocidio de la población negra brasileña, y lo escribe entre comillas, para ejemplificar la "perfecta asimilación de los negros en los estándares de la sociedad prospera", aquí se trata de las condiciones de vivienda de los negro-brasileños, lo que nombra como los vertederos del país. Para estos vertederos, él trae otros sinónimos como "mocambo", sótano, favela y dice que "el retrato del cuerpo entero de la favela paulista está en el libro de Carolina Maria de Jesus, Quarto de despejo, un terrible testimonio acerca de la vida de la autora en la favela" (NASCIMENTO, 2016, p. 99), memorias que son una vez más destacadas en Diario de Bitita, las favelas para la escritora son como un "quarto de despejo", es decir, un vertedero. Él añade que la autora, "a pesar del éxito internacional de su libro", falleció en São Paulo aún favelada. Al escribir sus libros en el intento de contar su vida y la de otros, por medio de una pluralidad de personajes, Carolina Maria de Jesus, aunque haya logrado suceso de ventas con su libro, es deslegitimada en tanto escritora hasta hoy día, por haber sido mujer negra favelada. A pesar del acceso a la información y a la ciencia a través de la educación, las creencias racistas no retroceden, como lo afirma Kabengele Munanga (2017), y en Brasil a las personas les da vergüenza asumir sus prejuicios y aún más sus prácticas discriminatorias, sobre todo por el hecho de que el mito del paraíso o democracia racial todavía reverbera en la sociedad.

Referencias:

ADORNO, Sérgio. Os aprendizes do poder: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Ed. 23ª - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma voz quilombola na literatura brasileira. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

_____. Vozes-mulheres. Disponível em: Acesso em: 08/04/2018

JESUS, Carolina Maria de. Diário de Bitita. São Paulo: SESI-SP Editora, 2014.

MUNANGA, Kabengele. As ambiguidades do racismo à brasileira. In: O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise. KON, Noemi. M; ABUD, Cristiane C.; SILVA, Maria Lúcia (org). 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo: Companhia das. Letras, 1993.

SOUZA, Jessé. A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.

.....

* Anderson Henrique Gonçalves Dos Santos

Universidade de Brasília - UnB. Brasília, Brasil

* Calila Das Mercês

Universidade de Brasília - UnB. Brasília, Brasil

Resumen de ponencia

MOBILIZAÇÕES QUILOMBOLAS: RUPTURAS E CONTINUIDADES NAS LUTAS ÉTNICO-RACIAIS NO MARANHÃO/BRASIL

*Igor Thiago De Sousa

Em meio às lutas de redemocratização nacional, ganham força formas de reivindicação pautadas em pertencas coletivas, vínculos históricos e baseadas na politização da vida cotidiana, de hábitos, modos de vida e práticas socioculturais, como a luta de povos indígenas, dos camponeses e a luta do movimento negro urbano. Cada segmento a sua maneira imprimiu marcas na nova Carta Magna, tentando fixar demandas nos marcos Constitucionais, bem como intervir em debates (re)iniciados com a abertura política e pela sensação de euforia causada pelas possibilidades de mudanças advindas com a Nova República. Este trabalho tem como objetivo analisar o processo de emergência de uma entidade específica do movimento negro no Maranhão, a saber, o CCN (Centro de Cultura Negra), bem como sua interface e interferência direta na garantia de direitos territoriais às chamadas “comunidades remanescentes de quilombos” ou, conforme nomenclaturas de época, “as comunidades negras rurais” em âmbito nacional e regional. Parte significativa do material que subsidiou as discussões nacionais adveio do Maranhão, tendo sido iniciadas atividades relacionadas ao conhecimento desse tipo de comunidades ainda em meados da década de 1970, a partir do trabalho voluntário de militantes do movimento negro, com especial atenção para Mundinha Araújo. Assim, interessados na realidade organizativa de comunidades rurais, em memórias pós-escravidão, calendários de festas, formas de cultivo e uso da terra desenvolveu-se um trabalho de registro. Essa experiência inicial ganha forma coesa e subsidiará a experiência do projeto de mapeamento de práticas socioculturais e assessoria jurídica intitulado Projeto Vida de Negro (PVN), realizado em comunidades quilombolas no interior do Maranhão entre 1988 e 2005 em parceria com a SMDH (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos). Entre os resultados deste projeto, tem-se a mobilização das comunidades quilombolas em um polo organizado, com o posterior surgimento em 1997 de uma entidade específica destas comunidades, a ACONERUQ (Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas), funcionando como um “fórum de representação das comunidades quilombolas”, conforme seu estatuto. Por sua vez, os caminhos políticos e estratégias de intervenção na garantia de direitos territoriais não são unitários, apresentando-se de forma multifacetada e sob diferentes visões sobre os caminhos de interface frente o Estado e instituições públicas, o que coloca em questão a unidade política da ACONERUQ e culmina com a eclosão do MOQUIBOM (Movimento Quilombola do Maranhão) em meados de 2010, apontando divergências nas formas de ação política das comunidades quilombolas. Estes polos organizados têm entre si estratégias diferenciadas e certos antagonismos públicos, o que coloca em pauta as percepções políticas das organizações quilombolas, que politizam seus laços comunitários e práticas a partir de entendimentos, formas de

mobilização e parcerias políticas. Por sua vez, o surgimento de setores organizados que representam comunidades quilombolas em suas demandas frente instâncias públicas também tem novos registros, como a partir do MOQBEQ (Movimento Quilombola de Bequimão) e da UNIQUITA (União dos Quilombos de Itapecuru), evidenciando caminhos múltiplos em termos de ações e formas organizativas, seja em nível mais local, como ocorre no município de Bequimão ou em processos mais regionais, como ocorre na microrregião do Itapecuru.

Nesta pesquisa, realizou-se levantamento de material bibliográfico que possibilitasse o entendimento das características gerais dos movimentos sociais, bem como o processo de reorganização do movimento negro no Brasil e que culmina com a criação de uma entidade específica do movimento no Maranhão, bem como os desdobramentos que propiciam a organização dos quilombolas enquanto ator político. Utilizou-se como recurso metodológico a realização de entrevistas com lideranças do movimento negro estadual e com lideranças quilombolas tanto da ACONERUQ, quanto do MOQUIBOM, visando entender as representações sociais desses setores entre si e confrontando entendimentos como forma de compreender as configurações de poder em jogo, bem como estratégias políticas.

.....

*** Igor Thiago De Sousa**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

MODERNIDAD Y COLONIALIDAD: GENEALOGÍAS DE LA RAZA Y CIUDADANÍA EN AMÉRICA LATINA.

*Susana Villavicencio

El trabajo indaga sobre la articulación entre modernidad y colonialidad, cuestión que nos interpela tanto desde el interés teórico por la formación de los estados nacionales modernos, como desde la demanda ética y política de la emancipación. Hannah Arendt afirma que hubo formas de colonialismo en otros momentos de la historia, pero sólo el colonialismo moderno ha producido una clasificación y jerarquización racial de las poblaciones, conjugado con el proceso de dominación económica mundializada. Las raíces de un pensamiento racial se arraigan profundamente durante el siglo XVIII y aparecen simultáneamente en todos los países occidentales durante el siglo XIX. (Arendt, 1948)

Nos proponemos en esa clave analizar las tensiones que atraviesan la realización del proyecto político moderno en los antiguos dominios coloniales hispanoamericanos e indagar en el discurso político de inicios del siglo XX la fábrica de la "raza argentina" y el tratamiento de la alteridad. Finalizadas las guerras de la Independencia, el término raza aparece en los discursos políticos de las elites letradas en referencia a los obstáculos para instaurar las formas republicanas de gobierno en los antiguos territorios coloniales. El tratamiento en términos raciales del conflicto de poblaciones, producto del mismo proceso de colonización, provee una base natural a las narraciones que, a través de consignas como "civilización y barbarie", marcaban una fisura en las nociones modernas de ciudadanía y de nacionalidad. Esta tensión, reiterada y extendida a un amplio arco político (no sólo liberales, sino republicanos y socialistas se valieron de esta noción), expresa la ambigüedad propia del republicanismo americano que oscila entre el ideal universalista de los principios modernos herederos de la Ilustración y la imposibilidad de conformar una identidad nacional que se quiere homogénea. Por el contrario, la heterogeneidad social heredada del mundo colonial, con la manifiesta presencia de indios, negros y mestizos -al decir de la época- despertaba todo tipo de desconfianzas. Así, las preguntas que Sarmiento se formula en *Conflicto y Armonía de las Razas en América*: "Quiénes somos? ¿Somos europeos, somos indígenas, desde cuándo, hasta dónde?" [1883] serán retomadas y resignificadas en el proceso de construcción discursiva de la nación a finales del siglo XIX e inicios del siglo XX. Si bien esta cuestión atraviesa la experiencia revolucionaria en toda Sudamérica -Simón Bolívar ya la expresaba en su discurso de Angostura [1819] considerando nuestro caso como "el más extraordinario y complicado"-, el momento constitucional argentino es particularmente representativo de esa voluntad homogeneizadora de la nacionalidad. La guerra por la conquista del territorio ocupado por las tribus indígenas nativas de América y la construcción de un paradigma racial en el marco de la cultura científica que se consolidaba en el país a principios del siglo XX, son la base del mito de una Argentina blanca. La segunda

inmigración, en el cambio de siglo, dará el perfil poblacional definitivo de la nacionalidad, tanto institucional como social, invisibilizando el componente indígena. ¿Qué es la raza? ¿Cuál es su genealogía en tanto concepto? ¿Qué uso se hizo de esta noción al momento de la instauración de la república? Entendemos que el período post revolucionario representa un laboratorio donde se elabora la identidad de los nuevos ciudadanos en contextos adversos. La ruptura independentista de la metrópolis no comporta el fin de las formas de dominación colonial, por el contrario, perdura la minoridad jurídica y social. Sostenemos que el denominador común de la historia post-colonial de las naciones en Sudamérica ha sido la exclusión del otro: los pueblos autóctonos, los descendientes de esclavos o las distintas formas de mestizaje que complicaban las identidades hipostasiadas y homogéneas de la nacionalidad del imaginario republicano. Nuestra interrogación se dirige entonces al proceso de racialización de sectores de la población originaria de América, causa primera de su posterior despojo y marginación del todo nacional.

.....

*** Susana Villavicencio**

Instituto de Investigaciones Gino Germani. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires - IIGG/UBA. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

MOVIMENTO NEGRO E ESPAÇO URBANO NO RIO DE JANEIRO: DISPUTAS DE LUGAR E O CASO DA PEQUENA ÁFRICA

*Renato Emerson Dos Santos

A proposta de reconhecimento pela UNESCO do Cais do Valongo (e, junto dele, uma “Zona de Amortecimento”) como patrimônio da humanidade lança luz mais uma vez sobre as dimensões espaciais das relações raciais numa região outrora chamada de “Pequena África”. Tal emergência, tendência recente que tem como marcos a criação do Circuito da Herança Africana (no âmbito do projeto de renovação urbana “Porto Maravilha”), mas também a descoberta de um cemitério de africanos sequestrados e traficados para serem escravizados no século XIX, transformado no Instituto dos Pretos Novos, além do reconhecimento da Pedra do Sal como quilombo urbano, não pode se furtar aos paradoxos em curso. Se de um lado traz a valorização simbólica da história negra da região, por outro ela está inserida num processo urbano que tem a exclusão da presença negra como um de seus impactos mais marcantes. A própria valorização de marcas negras, de caráter amplamente seletivo e conflituoso, é na verdade fruto das resistências a esta exclusão.

A história local da parte da cidade em que se situa o Cais do Valongo é repleta de eventos e processos característicos do que em outros trabalhos chamamos de “branqueamento do território”. Num diálogo com historiadores e antropólogos, este conceito aponta para as dimensões espaciais (geograficidades) do projeto de branqueamento da população, central nas estratégias de formação da composição populacional e do ideário nacional brasileiro pelas elites entre meados dos séculos XIX e XX. Envolvendo desde políticas de importação de imigrantes, até o extermínio, expulsão e/ou assimilação subalternizante dos grupos não-brancos no território (negros e indígenas, principalmente), incluindo a própria miscigenação e a invisibilização e desqualificação de matrizes históricas e culturais destes grupos, o projeto de branqueamento teve, segundo esta leitura, uma pluralidade de dimensões espaciais. Três vertentes então são apontadas: o branqueamento da ocupação, com a substituição de não brancos (negros e indígenas) por brancos na composição populacional de porções do território (através de assentamentos de imigrantes, expulsão ou extermínio dos indesejados); o branqueamento da imagem do território, com narrativas de histórias locais que se iniciam a partir da chegada dos brancos, e eliminam a presença de outros grupos enquanto protagonistas de processos históricos; e o branqueamento cultural do território, com a imposição da primazia de matrizes, signos e símbolos culturais que constituem e identificam territórios, lugares e regiões. Tais feições marcam diferentes momentos e processos da história da região do Cais do Valongo e da Pequena África. A remodelação do Cais em 1843, para receber a princesa Teresa Cristina, transformando-o no “Cais da Imperatriz”, já foi um primeiro apagamento da história e presença negras, ainda dentro da ordem escravocrata: um

branqueamento da imagem do território, com a tentativa de imposição de outra significação para aquele que foi um dos principais pontos de chegada nas Américas de homens e mulheres sequestrados da África e traficados para serem escravizados. Esta disputa simbólica e da memória reemerge agora.

A Reforma Pereira Passos, no início do século XX (quando o branqueamento da população era a ideologia hegemônica das relações raciais para a formação da nação), baseada em discursos de transformação estética, sanitária e viária, para dar ar de modernidade à cidade num contexto agrarista-exportador, teve na expulsão de populações (em sua maioria, negras) dos cortiços uma das principais ações. O branqueamento da ocupação da região só não foi maior porque, na fase histórica posterior, em que a industrialização vai transformando a cidade em metrópole, esta porção vai desempenhar o papel de zona periférica do centro. Nesta estrutura de organização interna da cidade, segundo Roberto Lobato Corrêa (1989) esta porção que circunda o núcleo central se caracteriza por um uso semi-intensivo do solo, uma menor verticalização e adensamento que aquele (incluindo terrenos não edificadas), bem como usos residenciais de baixa classe média e populares (até mesmo, cortiços e outras formas de habitação coletiva). Assim, permanece um contingente significativo de população de maioria negra.

Sendo o Rio de Janeiro uma cidade portuária, esta zona contempla também o retroporto, conjunto de equipamentos voltados ao apoio das atividades portuárias, como galpões e armazéns. A gradativa mudança do padrão de industrialização em escala planetária engendra a reestruturação também do transporte e logística, tornando obsoletos muitos destes equipamentos do retroporto. No caso da zona portuária do Rio de Janeiro, muitos deles se tornam instalações de apoio a escolas de samba, compreendendo barracões para fabricação e armazenamento de carros alegóricos, fantasias, instrumentos e outros itens, mas também para atividades como escolas mirins, ensaios, entre outras. Permitiram, assim, a instauração de circuitos econômicos e culturais do mundo do samba, e se tornaram, portanto, objetos do espaço geográfico diretamente vinculados a uma das mais importantes manifestações da cultura negra no tempo presente.

É sobre este tecido social da zona periférica do centro que vão incidir os planos de renovação preconizados pelo plano urbano Porto Maravilha. Dentro de um plano de cidade pós-industrial, propõe-se a “renovação” e “revitalização” da região. As transformações preconizadas prenunciavam mais um processo marcado pelo branqueamento do território, tanto na dimensão da ocupação (o plano inicial previa um incremento populacional de 30.000 para 100.000, ampliação que traz em seu bojo propostas de remoção de populações em áreas de maioria negra e novos moradores para a região, de classe de renda superior, o que em nossa sociedade significa serem, em sua maioria, brancos), quanto na dimensão cultural, com a demolição dos armazéns que serviam de instalações utilizadas por escolas de samba. Entretanto, no tocante às relações raciais o processo vem sendo ainda mais complexo, marcado por ambiguidades diante das resistências que vem se constituindo.

Além do recuo do poder público em relação às remoções, a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana traz um paradoxal dado novo: pela primeira vez na história urbana do Rio de Janeiro um processo de transformação espacial confere alguma positividade à presença negra, e de maneira manifesta. Enquanto nas grandes intervenções anteriores a tônica era a expulsão e/ou

remoção de população negra, ainda que sob discursos aparentemente desracializados, como o estético (da reforma do Valongo no século XIX), sanitaria (da Reforma Pereira Passos), ou urbanístico (de erradicação de favelas, como as remoções de favelas da Zona Sul na década de 1960), desta vez emerge no bojo das transformações um conjunto de equipamentos, patrimônios históricos reveladores da história das populações negras na cidade. Um museu de percurso com itens a céu aberto e outros imobiliários, contendo artefatos de grande valor histórico e arqueológico, o Circuito se torna importante vitrine do Projeto Porto Maravilha, apresentado com algo que agrega valor à transformação urbana pretendida.

Tal valorização, por outro lado, é marcada por paradoxos. Primeiro, sua própria criação não é fruto dos idealizadores do plano inicial, mas sim, das resistências articuladas dos ameaçados atores locais, que de pronto alardeiam e provocam os órgãos competentes à salvaguarda do patrimônio histórico e arqueológico quando do início das obras na região. Surge, assim, o Cais do Valongo enquanto marco da região, ocultado numa reforma anterior e agora novamente revelado nas escavações. Este fato novo reorienta a ação do poder público, e dele surge o Circuito – o que não significa, necessariamente, uma valorização dos atores e da presença negra do presente. Ao contrário, a emergência do Circuito da Herança Africana marca, no planejamento das transformações, uma valorização da presença negra do passado, em detrimento da presença negra do presente – o que configura um segundo paradoxo do processo.

Valorizam-se os marcos que remetem ao passado negro, mas são invisibilizados, desqualificados e relegados ao deslocamento para fora da região os marcos negros do presente, que vão desde a população negra que lá habita (fadada à remoção pelo poder público através da SMH, Secretaria Municipal de Habitação, pelas forças de mercado, ou ainda ambas juntas) até os elementos da cultura negra contemporânea, como as instalações das escolas de samba (que, além de não serem integradas ao circuito, o que em si já é bastante significativo, também estão fadadas a se mudarem do local, desarticulando redes econômicas e de sociabilidade fundamentais para a reprodução da cultura contemporânea).

Há outro aspecto sutil e paradoxal nesta subalternização da presença negra do presente: os atores sociais do território ligados à luta anti-racismo (através de resistências históricas, manifestações culturais, entre outras formas) são desprivilegiados na promoção do território. Com efeito, as forças agenciadoras das transformações (ex. a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Porto, CDURP) até dialogam com alguns atores, mas na comparação com outros, as instituições “negras” são visivelmente secundarizadas. Grupos como o Instituto dos Pretos Novos, o Afoxé Filhos de Gandhi, o Quilombo da Pedra do Sal, entre outros, são secundarizados ou mesmo ignorados no processo. Grupos que, desde antes do Projeto Porto Maravilha, já vinham com suas práticas culturais e disputas simbólicas, lutando pela ressignificação dos lugares na Pequena África, a partir da cultura e da presença negra – por isso, aqui, tomamos o lugar como a categoria espacial mais adequada para a apreensão dos processos em curso no caso em tela. São “políticas de lugar”, no sentido atribuído por Doreen Massey, ou, “disputas de lugar”, dimensões da espacialidade da luta anti-racismo no espaço urbano.

.....

*** Renato Emerson Dos Santos**

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

MUJER AFRO-PUERTORRIQUEÑA Y EL MOVIMIENTO SOCIAL EN FACEBOOK: ESTUDIO DE CASO DE DIOSAS AL NATURAL Y RIZOS DIVINOS.

*Julie Pacheco Robles

Las redes sociales son la arena para plasmar ideas, creencias y, ideologías que en otros medios no serán consideradas. Además, han servido para representar a aquellos que no tienen un espacio en los medios tradicionales. En Puerto Rico, el racismo ha sido un tema que no se le ha dado la importancia que merece y este a su vez es perpetuado a través del lenguaje o microagresiones raciales. A las mujeres negras en la Isla se les construye una imagen de cómo deben ser o cómo deben presentarse. Desde pequeñas les enseña a usar distintos productos para que su cabello sea más lacio y menos crespo en su afán por ocultar su descendencia africana. No obstante, con la evolución de las redes sociales se ha creado diversos movimientos que buscan revitalizar el cabello crespo y rizado.

Según el estudio de Redes Sociales en Puerto Rico (2011), Facebook es la red social más utilizada en la Isla. Esta red social, es el centro para que surjan diversas páginas que promuevan celebrar las raíces puertorriqueñas que se manifiestan a través del fenotipo del cabello. Con ello se busca que las niñas y las mujeres sientan orgullo y confianza de exhibir sus cabellos tal cual son, naturales, rizos o crespos.

La mujer negra en Puerto Rico es caracterizada por ser una mujer curvilínea, de anchas caderas, con una nariz y labios pronunciados y el cabello crespo o rizado. Dentro de este concepto presentan a la mujer negra de dos maneras como una mujer poco común y exótica y, por otro lado, como una mujer “no tan bonita” y folclórica.

Creando a su vez una contradicción en la construcción de la mujer negra (Rivera Saniel, 2017). Por tal, la mujer negra ha sido objeto de polémicas y debates cuestionando si realmente representa a la mujer puertorriqueña.

En la Isla podemos escuchar diversos refranes coloquiales acerca del cabello crespo, entre ellos: “pelo malo, pelo de escoba, pasurín y pelúa” que inconscientemente afectan y perpetúan el discriminan y la burla de tener el pelo crespo. Como si el hecho de tener este tipo de cabello fuera desagradable, inusual y excéntrico, pero no en el buen sentido de la palabra. Es por eso que en el espacio cibernético ha proliferado diversos movimientos que buscan resaltar la belleza de los cabellos rizados y crespos. En Facebook existen varias páginas dedicadas a la mujer negra puertorriqueña. Dos esas páginas son “Diosas al Natural” y “Rizos Divinos”. Ambos “fan pages” sobre pasan más de los 20.000 me gusta. Incluso una de estas páginas llega casi a los 130.000 “likes”. Tanto “Diosas al Natural” como “Rizos Divinos” se consideran un movimiento social que busca demostrar lo hermoso que es cabello crespo y natural sin ningún tipo de químico. Ambas páginas difunden esas ideas por medio de las fotografías, videos, eventos, artículos y enlaces.

A través de un análisis de contenido cuantitativo y cualitativo se observó los

contenidos de las páginas de “Diosas al Natural” y “Rizos Divinos” durante el mes de mayo 2017. Para alcanzar este objetivo, primero se realizó un análisis cuantitativo de la totalidad de las publicaciones que aparecen en muro de “Diosas al Natural” y “Rizos Divinos”. En la página de Facebook de “Diosas al Natural” durante el mes de mayo se difundieron 6 publicaciones. Mientras que en el “fan page” de “Rizos Divinos” se publicó 104 contenidos. Esto muestra que “Rizos Divinos” es una página que constantemente está difundiendo contenidos, contrario a Diosas al Natural. Luego de realizar este análisis, se categorizó las publicaciones de “Diosas al Natural” y “Rizos Divinos” según las categorías presentadas por Summer Harlow (2011). Este análisis arrojó que durante el mes de mayo “Diosas al Natural” publicó 3 contenidos que pertenecen a la categoría de cobertura de prensa o blog y las otras dos categorías pertenecen a apoyo al movimiento y la otra categoría restante corresponde a la categoría de otros. Para conocer si las páginas “Diosas al Natural” y “Rizos Divinos” constituyen un espacio para movilizar a mujeres afro-puertorriqueñas a empoderarse de su belleza natural en el mundo offline o si en cambio prevalece una lógica de difusión de contenidos se analizaron los enlaces, artículos, vídeos o fotos que contenían las categorías propuestas por Summer Harlow (2011). Por un lado, casi todas las publicaciones (excepto una) de “Diosas al Natural” presentaban las categorías (apoyo al movimiento y cobertura de prensa), pero se debe tener en cuenta que tres de estas cinco publicaciones no eran producidas por las personas que administran la página, sino que eran enlaces compartidos de periódicos o blogs. En el caso de “Rizos Divinos” de 104 publicaciones solo tres presentaron una de las categorías, lo cuales fueron apoyo al movimiento y cobertura de prensa.

“Diosas al Natural” empodera a las mujeres afro-puertorriqueñas de una manera débil debido a que es escaso el contenido que discute el problema racial que experimentan las mujeres de tez negra en la Isla. Aunque “Diosas al Natural” promueve eventos y encuentros en el mundo offline, la mayoría de las informaciones que publican no se presenta como una red para la construcción de un diálogo participativo. Mientras que “Rizos Divinos” prevalece con una lógica de difusión de contenido orientado a la motivación y admiración a cabellos crespos “bonitos” y bien cuidados. En otras palabras, es una página que “sirve para inspirar”. Por tal, “Rizos Divinos” aparece como un espacio online que publica informaciones que no propician el diálogo ni el debate. También esta página en todas las publicaciones que realizó en el mes de mayo nunca fomentó ni explicó el por qué la mujer negra debe empoderarse de su cabello. Más bien es una página que genera contenidos de otras páginas acerca de distintos tipos y cortes de pelos rizados o crespos.

El análisis que esta ponencia presenta sobre las páginas de Facebook de “Diosas al Natural” y “Rizos Divinos”, revela que ambas páginas ven a la red social como un medio de información tradicional, donde se difunde información y la interacción/retroalimentación entre el movimiento y los usuarios es limitada y tampoco se puede afirmar que estas páginas empoderan a las mujeres negras de Puerto Rico. Aunque no se puede negar que estas páginas visibilizan a esta minoría, éstas no presentan de manera concreta el movimiento que están tratando de manifestar ya que solo impera una conexión distante entre los usuarios, un compromiso limitado y una participación superficial (Gladwell, 2010). Además, se deduce que los movimientos sociales que desarrollan en línea solo traen reconocimiento y disfrazan el problema del racismo en Puerto Rico. Esto debido a que,

no profundiza sobre la cosificación y el fetichismo de los cuerpos negros y simplemente se queda en lo banal del problema.

.....

*** Julie Pacheco Robles**

*Escuela Graduada de Administración de Empresas . Facultad de Administración de Empresas. Universidad de Puerto Rico -
Recinto de Río Piedras - EGAE/UPRRP. San Juan, Puerto Rico*

Resumen de ponencia

NÓS E OS OUTROS: UMA ANÁLISE ACERCA DAS CATEGORIAS DE COMPREENSÃO UNIVERSALIZANTES A PARTIR DO CONCEITO DE DIFERENCIAÇÃO ANTROPOLÓGICO

*Danusa De Oliveira Jeremin

O objetivo deste ensaio é discutir a questão da diferença, mobilizando conceitos dos estudos pós-coloniais para analisar categorias hierarquizantes no que tange a diversidade cultural neste contexto moderno ocidentalizado. Para tanto partiremos da obra *Da diáspora* (2009) do autor Jamaicano Stuart Hall, de forma a levar em consideração os efeitos que binômios estruturantes tiveram tanto no senso comum quanto na construção da identidade de grupos minoritários e os desdobramentos normativos que culminaram nos movimentos sociais de diversos grupos na busca por reconhecimento. Portanto, em um primeiro momento, analisaremos como categorias de entendimento universalizantes influenciaram a percepção de mundo sobre o que seria considerado civilizado e incivilizado ao cristalizar diferenças de forma hierarquizantes, não só mas principalmente naquilo que tange as relações-étnico raciais. Em seguida, analisaremos o conceito de diferenciação presente na obra de Stuart Hall, debatendo sobre os efeitos da diferenciação enquanto saída alcançada pelos Estudos culturais para a utilização dos binômios estruturantes. E para concluir, analisaremos quais perspectivas teóricas, tentaram desdobrar políticas normativas para esses grupos minoritários, tentando compreender como em uma sociedade plural de multidões seria possível levar em consideração as demandas destes grupos. Para analisar o tema da diferença naquilo que tange diversidade cultural, e principalmente nas relações étnico-raciais se faz necessário antes informar que operaremos através do viés metodológico dos Estudos Pós-coloniais focando na análise dos Estudos Culturais que pensam a partir de uma métrica Foucaultiana, em que o sujeito é uma posição na cadeia discursiva enquanto forma de subjetivação. Ou seja, que tenta produzir uma “ontologia histórica dos nossos modos de sujeição em relação ao campo do poder”, explicitando os mecanismos de ação de uns sobre os outros; e a ética, onde busca uma ontologia histórica relacionada à subjetividade humana e os questionamentos que tornam os indivíduos “agentes morais”. Sendo que, o poder exercido nas instituições era um feixe de uma relação mais ou menos organizada, hierarquizada e coordenada. Que arriscavam dirigir a consciência e tentava impingir na sociedade discursos persuasivos indicando quem demandava o poder e quem o acatava, (FOUCAULT, 1999) Portanto é a isso que Hall (2009) se refere ao dizer que, “Os estudos culturais são uma formação discursiva, no sentido foucaultiano do termo” (p.188). Entretanto, na análise das práticas sociais nos estudos culturais sua intenção é ir além, no sentido de que se para Foucault, a relação de poderes e saberes na construção de “verdades” com efeito

auxiliam na dominação do homem através de práticas políticas e econômicas na sociedade capitalista (FOUCAULT, 1999). Já para Stuart Hall, o exercício do poder pressupõe um lugar para o sujeito, uma vez que os discursos, ou regimes de verdade, só ganham sentido a partir do posicionamento dos sujeitos, ou pelo processo de subjetivação, pelo qual os sujeitos lidam com as formações discursivas, ao produzirem a “narrativa do self”, (DE CASTRO, 2014)

“O Estado condensa práticas sociais muito distintas e as transforma em operações de controle e domínio sobre classes específicas e outros grupos sociais. A maneira de chegar a essa concepção é não substituir a diferença pelo seu oposto especular, a unidade, mas repensar ambas em termos de um novo conceito – a articulação. É justamente esse passo que Foucault se recusa a dar”. (HALL, 2009, p.163)

Assim, os estudos culturais que estão dentro da corrente pós-colonial, pois fazem uma crítica ao pensamento moderno eurocentrado, mesmo porque a maioria dos intelectuais dos estudos pós-coloniais são intelectuais imigrantes, portanto eles vivem essa subjetividade de experiências entre mundos sociais. E partem de uma análise da construção discursiva que representem também o espaço de fala do oriente e do ocidente, em um movimento que na época pensava a construção de identidades pós-independência. Ou seja, a corrente pós-colonial parte do pressuposto que a partir do olhar do colonizador o mundo colonizado é construído discursivamente, afetando diretamente o colonizado que constrói suas categorias de pensamento a partir do ideal colonizador.

Portanto, Stuart Hall na obra *Da diáspora* (2009), afirma que este conceito fechado de diáspora faz parte de uma concepção binária de diferença. Ou seja, essa concepção binária pode ser compreendida enquanto um padrão recorrente, que dispõe um diretamente oposto ao outro, como por exemplo o de cima versus o de baixo, esse movimento afirma Hall (2009) é excludente, é por esse fato que nesta obra ele trabalha o processo de *différance* ao invés de pensar categorias binárias. Assim, partir do exemplo sobre a diásporização, é possível perceber que, sujeitos que perpassam por uma diáspora não são nada mais que um reflexo “pálido de uma origem verdadeira”. Em uma linha que, o pertencimento cultural dos grupos diaspóricos, não poderia se apegar a modelos unitários, homogêneos e fechados, mas abarcar processos mais amplos, de forma a se introjetar na trajetória de um povo moderno e de uma cultura moderna.

Mesmo porque, neste momento pretendemos nos ater aquilo ao que concerne à formação cultural a partir do exemplo do Caribe desenvolvida por Hall (2009), mas que muito serviria enquanto análise para a América Latina, principalmente naquilo que tange as relações étnico-raciais no Brasil, pois no caso do Caribe o autor afirma existir, traços, costumes que são considerados enquanto elementos de ascendência, em comparação com os aspectos negros que foram sempre posicionados em termos de subordinação e marginalização. Nesta linha, a intelectual Gislene Aparecida dos Santos no livro *A invenção do “ser negro”: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros* (2002, p.55). Afirma que, “O ser do negro é investigado, especulado, demonstrado que constituía um fenômeno diferente. Quer por obra da natureza, quer por obra divina, havia se produzido um ser que merecia explicação, um ser anormal. Essa explicação tornava-se quase sempre justificativa de sua inferioridade

natural.”

Não porque a África seja um ponto de referência antropológico fixo – a referência hifenizada já marca o funcionamento do processo de diáspora, a forma como a “África” foi apropriada e transformada pelo sistema de engenho do Novo Mundo. A razão para isso é que a “África” é o significante, a metáfora, para aquela dimensão de nossa sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente desonrada e incessantemente negada e isso, apesar de tudo que ocorreu, permanece assim. Essa dimensão constitui aquilo que Franz Fanon denominou “o fato da negritude”. A raça permanece, apesar de tudo, o segredo culposos, o código oculto, o trauma indizível, no Caribe. É a África que a tem tornado “pronunciável”, enquanto condição social e cultural de nossa existência”. (HALL, 2009, p. 41)

Portanto, era concebido enquanto barbárie a cultura desse povo, pelo simples fato de ser diferente, e não entrar nas categorias de compreensão daqueles “ocidentais”. Deste modo, diante dos europeus todas as relações sociais dos africanos, a partir do primeiro contato predatório foi sendo considerado devasso portanto reprimido e diminuído, (SANTOS, 2002). Este fato nos leva a problematizar as categorias de pensamento europeu, e as práticas que os fizeram criar categorias de pensamento binárias inferiorizantes, como a de civilizados e incivilizados, que fez do mundo Ocidental sinônimo de luz e de todo o resto trevas. Logo, seria isso aquilo que Hall (2009, p.36) chama de “subversão dos modelos culturais tradicionais orientados para a nação”. Sendo esse um movimento de “desterritorialização” parte do processo de globalização cultural. Em que as concepções impulsionadas por novas tecnologias, alargam laços entre a cultura e o lugar, causando assim uma compressão do Espaço-tempo. Muniz Sodré em sua obra “O Terreiro e a cidade” (1988), parte desse mesmo pressuposto para explicar quais foram os resultados dessas mudanças cognitivas na sociedade, para tanto ele retorna para a história, para contextualizar por quê e quais foram os efeitos na sociedade dessa mudança ou melhor dessa compressão do espaço-tempo. Assim, no decorrer do artigo pretendemos demonstrar quais foram os efeitos dessas categorias inferiorizantes nos grupos minoritários principalmente naquilo que tange as questões étnico-raciais.

.....

* Danusa De Oliveira Jeremin

Faculdade de Ciências e Letras-Unesp. Campus de Araraquara. Universidade Estadual Paulista - FCL/CAr. Araraquara, SP, Brasil

Resumen de ponencia

PEDAGOGIA PRETA: DIÁLOGOS ENTRE EDUCAÇÃO E INSURGÊNCIAS DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL

*Filipe Lopes

*Isis Natureza

*Ivana Doralí

O conhecimento e valorização da história e cultura dos povos afrodescendentes, dos africanos e dos povos indígenas possibilita a desconstrução de preconceitos, sendo de suma importância para a construção da nação. Neste sentido, os diálogos entre educação e insurgências da população negra no Brasil pode colaborar para a construção de pensamentos outros para o que o aluno compreenda o sentido do respeito, reconhecimento, valorização, convívio construtivo (SILVA, 2014), sendo possível por exemplo combater o racismo nas escolas, que não diferente de outras instituições, marca as relações entre as pessoas. (SILVA, 2014).

Ao considerarmos tais aspectos, foi crucial considerarmos recompor uma agenda de pesquisa com foco nas narrativas contra-hegemônicas de educação.

A Lei no 10.639/2003, cuja promulgação completará quinze anos em 2018, é uma das políticas públicas proposta pelo Movimento Negro, em diferentes momentos do século XX, que impactaram a realidade educacional. Neste sentido, compreende-se que demandas como sustentabilidade e produção das diferenças, desigualdades e diversidade, etc., foram impulsionadas não pelo Estado para a sociedade, mas pelos movimentos sociais, bem como coletivos sociais diversos (GOMES, 2017).

Neste sentido, o diálogo entre educação e insurgências da população negra no Brasil é de suma importância, uma vez que será dado protagonismo a um povo historicamente subalternizado e invisibilizado, uma vez que sua história na maioria dos casos não é contada, dificultando a construção de saberes para além de uma perspectiva colonial. Quanto a decolonialidade, Walsh afirma que implica partir da desumanização e considerar as lutas dos povos historicamente subalternizados pela existência, para a construção de outros modos de viver, de poder e de saber. Desta forma o conceito seria visibilizar as lutas contra a colonialidade.

As insurgências trazem para nós a possibilidade de um pensamento decolonial.

O Brasil é conhecidamente o país com a maior população negra fora da continente africano. Segundo o IBGE, com base nos dados sobre moradores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua de 2016, 54,9% foram autodeclarados pretos ou pardos. No entanto, dentro desse contingente significativo de negros e negras existentes no país, ainda é um número pequeno que conhece e se apropria de sua própria história e cultura.

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão, dentre todos os países que se beneficiaram do tráfico de africanos no mundo. Diante disto, a integração de elementos da cultura trazida de vários povos daquele continente foi assimilada por aqui, sendo a cultura negra um dos pilares da produção cultural, pedagógica, filosófica

e também científica do país.

Pesquisadores que dedicaram aos temas da insurgência, identificaram que no Brasil, os africanos deixaram fortes traços de sua identidade na religião, na história, nas tradições, etc. Esses traços, recriados pelos afro-brasileiros são o que melhor define a identidade nacional.(Lopes, 2008)

No entanto, por viver em um país que tem em seu âmago o racismo ainda profundamente enraizado, a grandiosidade dos feitos de seus ancestrais mantém-se invisibilizada e despercebida por grande parte dos brasileiros. Trazendo prejuízos especialmente para a população negra, que permanece, involuntariamente, ignorando a própria história.

Muito fomentado, alimentado e difundido pelos mais diversos meios culturais, midiáticos, pedagógicos, entre outros, o racismo atua como elemento enfraquecedor e desarticulador da comunidade negra brasileira. Absorvendo uma postura de autonegação e auto ódio, o negro/a brasileiro, numa tentativa de impactar-se menos com o racismo (direto e/ou estrutural) passa a rejeitar sua própria cultura, com intuito de ser acolhido pela cultura branca/europeia e, desta forma, conseguir ocupar lugares e conceitos mais valorizados socialmente. A desumanização provocada pelo racismo acaba por provocar uma perda de identidade do indivíduo negro, que vai além da simples negação. Muitos negros, apesar da tonalidade da pele, não conseguem identificar-se como negros, enxergam-se distanciados de qualquer elemento étnico, cultural ou histórico que tenha a ver com sua ancestralidade africana.

Convém ressaltar que, no período escravista brasileiro, diversos grupos étnicos foram traficados do continente africano e trazidos para o país. Dentre eles, os Malês e os Bantos ocupam certa posição de destaque por terem sido as etnias mais comercializadas pelos portugueses. Eram denominados Malês todos os negros trazidos da África que provinham de cultura islâmica. Esses indivíduos vinham de etnias que dominavam o árabe e seguiam o alcorão. De acordo com Nei Lopes, esse islamismo foi que criou a mítica do negro altivo, insolente, insubmisso e revoltoso.

Outrossim, conhecimentos estratégico-pedagógicos foram utilizados também por povos de etnia Banto para se organizar e combater a escravidão. Essas outras formas de insurgir foram responsáveis pela mais significativas formas de introjeção da cultura negra no país, conforme infere Sandra Haydée Petit.

Em 1889, período de pós-abolição, as irmandades, grêmios, clubes e associações foram os principais movimentos insurgentes dos negros ex-escravos e seus descendentes . Tinham como principal com objetivo garantir a sobrevivência de uma população, agora, marginalizada. A Irmandade dos Homens Pretos, em Salvador, é uma das mais antigas que se tem registro no Brasil, fundada em 1685, ganhando status de terceira ordem em julho de 1899. Outros grupos de negros surgiram pelo Brasil diante a situação de vulnerabilidade social desses indivíduos, conforme aponta Domingues. Importante destacar que, em que pese o letramento banto tenha ocorrido de maneira distinta à dos malês, aquele foi de suma importância para a articulação daquele povo, sendo capaz de produzir resultado eficaz na insurgência em questão.

Assim, as insurgências elencadas mostram que articulações e pedagogias outras, dentro de uma perspectiva afrocentrada, são possíveis. As mentes estão contaminadas pelas vertentes eurocêntricas, dos seus racionalismos e cartesianismos que apregoam nas formações acadêmicas a incapacidade africana e ensinam com desenvoltura o “saber” desenvolvido no mundo ocidental branco.

.....

*** Filipe Lopes**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil

*** Isis Natureza**

Universidade Federal do Estado Rio Janeiro - UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil

*** Ivana Dorali**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

PRÁXIS CURRICULAR ANTIRRACISTA: PENSAR E AGIR PARA DESCOLONIZAR A EDUCAÇÃO E AS RELAÇÕES SOCIAIS

*Michele Guerreiro Ferreira

O presente trabalho toma como ponto de partida as demandas que integram a antiga agenda de enfrentamento do racismo no Brasil no cenário educacional, as quais alcançam um importante espaço após a alteração dos artigos 26A e 79B da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 9.394/96), ao tornar obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todo o sistema de ensino brasileiro. Nesse sentido, nosso objetivo é identificar as possíveis confluências entre o enfrentamento do racismo e a construção de práxis curriculares antirracistas, por meio da descolonização dos currículos.

A conquista do direito à educação no Brasil no final do século XX evidenciou, por um lado, a diminuição das assimetrias cor/raça relativas ao acesso à escola, mas por outro lado, revelou o quanto os currículos escolares são/eram colonizados e colonizadores (FERREIRA, SILVA, 2015), pois o paradigma epistemológico vigente que orienta(va) as práticas hegemônicas ignora(va) os movimentos de resistência.

As práticas hegemônicas que nos referimos são as mesmas que Freire (2005, p. 86) chamava de “prática bancária”, aquela que se pautava na desumanização por meio de um “intelectualismo alienante” e autoritário que ratificava o sentimento de inferioridade e mantinha as consciências imersas nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos.

Sendo que a naturalização do lugar de cada sujeito é quase um dogma estabelecido desde as primeiras relações de dominação, as quais operam por meio da colonialidade do ser para manutenção do status quo: dominadores, dominando; dominados, dominados!

Todavia, a instituição da educação das relações étnico-raciais como escopo das práticas pedagógicas sugere quesitos outros que devem ser considerados ao se avaliar as condições de oferta da educação, evidenciando que não basta ter acesso a uma educação que ratifica(va)m apenas uma visão de mundo (colonizada) que deveria ser seguida (colonizadora). É necessário compreender que há resistências, discordâncias, conflitos e tensões que não podem ser ignoradas no processo de descolonização do currículo.

Tal qual se evidencia nas lutas pela educação das relações étnico-raciais não apenas como a inclusão de novos conteúdos, mas promovendo um giro epistêmico ao valorizar o pensamento de fronteira como modalidade gnosiológica válida e valorizada. Nesse sentido, o currículo enquanto proposição não neutra de informações, conhecimentos, epistemologias, deve ser compreendida no contexto de vários condicionantes que incorporam não apenas aspectos econômicos, mas também questões culturais, identitárias, históricas, geopolíticas. Assim, o currículo vai

corresponder ao conjunto de finalidades que se situam numa construção contínua traduzidas nas relações de comunicação que traz significados epistêmicos, sociais, históricos, culturais, políticos, geográficos válidos de acordo com o projeto de sociedade que se quer construir, como podemos perceber nos objetivos das DCN [2] Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 2004b) que apontam a necessidade de se divulgar e produzir conhecimentos, atitudes, posturas e valores os quais, por meio da educação das relações étnico-raciais, tornem as/os cidadãs/ãos aptas/os tanto a interagir como a negociar objetivos comuns que não infrinjam os direitos legais e que promovam o respeito e a valorização identitária com o propósito de consolidar a democracia no país. Em síntese, as DCN exortam: “Temos, pois, pedagogias de combate ao racismo e a discriminações por criar” (BRASIL, 2004a).

É em sintonia com este desafio que nos debruçamos neste trabalho sobre o currículo, no intuito de definir categorias centrais ou elementos estruturantes para a análise de práxis curriculares que expressem pedagogias de combate ao racismo.

Despatriarcalizar, desracializar, desheteronormatizar, desocidentalizar são desafios que se colocam na agenda do dia e, conseqüentemente, aos currículos.

.....

* Michele Guerreiro Ferreira

Universidade Federal de Pernambuco UFPE. Recife - PE, Brasil

Resumen de ponencia

PRESIDENTE NIETO: UN CARIBE INTEGRAL RECONSTRUCCIÓN DE UNA HISTORIA DE DISCRIMINACIÓN, BLANQUEAMIENTO E INVISIBILIZACIÓN

*Emmanuel De La Cruz Palma

El texto es una investigación histórica que desarrolla en primera instancia los hechos más importantes de la vida Juan José Nieto Gil, paralelamente se narran los momentos donde el mismo Nieto es víctima de discriminación, la cual es la causa primordial de la invisibilización y anonimato al cual ha sido condenado históricamente el caudillo popular más brillante y sobresaliente del Caribe colombiano durante el siglo XIX.

En Cartagena, Juan José Nieto, se abrió paso en una estupenda carrera pública, a pesar de no ser hombre de ascendencia adinerada, publico un folleto denominado Derechos y Deberes del Hombre en la Sociedad, para las clases populares de la ciudad, para qué estás conocieran sus derechos y sus deberes, en donde se da muestra del pensamiento liberal y humanista propios de una persona fuertemente influenciada por la literatura francesa, Nieto fue un claro defensor de los derechos humanos. Logro ocupar grandes cargos durante el desarrollo de su vida política, donde alcanzó grandes gestas como firmar, siendo Gobernador de la Provincia de Cartagena, el decreto donde se abolía la esclavitud. Nieto cerró bocas al convertirse en el Presidente de los Estados Unidos de la Nueva Granada, hoy Republica de Colombia, el 25 de enero de 1861 hasta junio del mismo año.

En 1844 publicó, según consideran expertos, la primera novela colombiana: Yngermine o La Hija de Calamar, una novela histórica dentro del romanticismo donde Nieto realiza unos aportes sobre el tema del mestizaje. Más adelante publica otras obras como: Los Moriscos, Rosina, un diccionario mercantil y algunas piezas teatrales, entre ellas “El Hijo de sí propio”. También fundo dos periódicos: El Cartagenero y La Democracia, Nieto fue sin duda alguna un pensador de la época, logrando entregar aportes a distintas ciencias y artes.

Geografía Histórica, Estadística y Local de la Provincia de Cartagena es el resultado de una investigación que realiza Juan José Nieto, utilizando valiosas técnicas de investigación, que hoy las mismas ciencias sociales han vindicado, Nieto se encargó de estudiar todos los pueblos de la antigua provincia de Cartagena, realizando una descripción de las características que observo en las sociedades de cada uno de las parroquias, caseríos y poblaciones, allí específicamente observo las prácticas culturales y su vida cotidiana.

Lo que realizó Nieto en Geografía Histórica, Estadística y Local de la provincia de Cartagena, son claros estudios sociales, cercanos a una sociología, se dedicó durante un tiempo a visitar distintos pueblos, donde entrevistó, observó y describió a sus habitantes, Nieto mostró originalidad en esta obra que es evidentemente una

investigación social de riqueza metodológica para la época.

El desconocimiento del Primer presidente afrodescendiente de la historia de Colombia es consecuencia de la discriminación que históricamente, hasta la actualidad, ha sido víctima Nieto. Es evidente esto, con la historia del cuadro blanqueado de Nieto en París, así lo reconstruye Fals Borda y Gonzalo Guillén.

El caso Nieto es un evidente asunto de discriminación racial, esto se puede analizar desde la mirada de John Rex, sociólogo sudafricano quien describe las relaciones raciales en su país durante la mitad del siglo XX, desde una mirada del pluralismo en Sudáfrica desarrollando el concepto de segregación racial, aunque el autor la plantea desde la urbanidad, en el siglo XIX en Cartagena, los afrodescendientes vivieron constantes luchas por su reivindicación.

Tal como la afirma el mismo Juan José Nieto: “De la nada hemos visto salir muchos grandes hombres”, como él mismo de la nada salió y hoy es uno de los grandes hombres de la patria, pero irónicamente durante 150 años, por su condición social y étnica, históricamente discriminado e invisibilizado.

El sueño de Nieto, desde cuando escribió una carta al general Santander, el 7 de agosto de 1835, pidiendo mayores recursos para los pueblos de la costa, fue la regionalización. Esta idea que el mismo Fals Borda la desarrolla con gran importancia durante su obra, está fundamentada en la ponencia “Provincias y Asociaciones (rurales) de Municipios”, presentada por el sociólogo ante la Asamblea Nacional Constituyente. En este documento son visibles las similitudes entre los pensamientos de Nieto y de Fals Borda, este último hace énfasis en la desaparición legal de la provincia debido a las tendencias centralistas del Estado Nación.

Nieto sueña con estado federalista fundamentado en la fuerza y pujanza de las provincias quienes deben ser mayormente autónomas en el manejo de los recursos, como se lo reclama a Santander, y Fals Borda sueña con la creación de nuevos entes territoriales más amplios y autónomos, con la conformación de provincia por municipios y territorios étnicos continuos, en donde existe un vínculos sociales, históricos, culturales, económicos y ecológicos. La región se plantea entonces como una categoría sociológica por Orlando Fals Borda, pero tiene su origen en la mirada del mismo Nieto.

Es ilógico teniendo en cuenta todos los aportes que Juan José Nieto Gil realiza a las ciencias sociales y su papel transcendental como político, que por su raza, el legado se haya invisibilizado, es entonces en el marco de la celebración de los 150 años de su muerte, la oportunidad propicia, como sueño de Orlando Fals Borda, para reivindicar la vida de un grande.

.....

* Emmanuel De La Cruz Palma

Corporación Universitaria Minuto de Dios - UNIMINUTO. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

PROCESOS CREATIVOS EN DANZA, REFERENTES Y CONSTRUCCIÓN DE UNA ESTÉTICA “AFRO” (CASOS DE ESTUDIO)

*Aidaluz Sánchez Arismendi

*Diana Carolina Varón Castiblanco

*Laura De La Rosa Solano

La ponencia aborda las representaciones de África y Afroamérica que se producen desde el cuerpo, la institucionalidad y la creación en el ámbito de la danza en Bogotá entre los años 2016 y 2018. La metodología incluye análisis documental, observación de montajes de danza, observación participante y entrevistas a bailarines, coreógrafos y directores de grupos.

A partir de la proclamación de la Constitución de 1991 mediante la cual Colombia se reconoce como una nación multiétnica y pluricultural y de la ley 70 de 1993 la cual establece los derechos para las comunidades afrocolombianas, palenqueras y raizales, un conjunto de políticas de la etnicidad han sido diseñadas con el fin de garantizar los derechos de estos pueblos.

Sin embargo, muchas de estas políticas han sido concebidas bajo el modelo de grupos étnicos rurales y se han concentrado en la territorialidad como derecho a garantizar. Este enfoque ha planteado múltiples desafíos para llevar a cabo el reconocimiento de los afrocolombianos habitantes de las ciudades quienes en el Censo de 2005 fueron el 30% de los 4.300.000 que se autoreconocieron como “afrocolombianos, afrodescendientes, palenqueros o raizales”.

Al mismo tiempo, una de las opciones del Estado ha sido vincular las políticas de la etnicidad a las políticas de fomento de las artes así por ejemplo una de las líneas de inversión dentro del Programa Nacional de Concertación en el área de Danza es el Fortalecimiento cultural a los contextos poblacionales específicos dentro de los cuales se incluye a las comunidades negras (República de Colombia 2010). Así mismo, en los lineamientos del Plan Nacional de Danza Para un País que Danza la Formación a Formadores incluye un programa de promoción a la investigación - creación en las comunidades afrocolombianas.

A nivel distrital, el programa de Apoyos Concertados, en consecuencia con las Políticas de la Etnicidad, ha abierto las siguientes convocatorias de Estímulos dirigidos a la población afrocolombiana en el 2017: Beca “Semana Raizal”; Beca “Semana de la Afrocolombianidad” y Beca Bogotá Diversa - “Proyectos dirigidos a comunidades afrocolombianas”, en esta última la danza es una de las disciplinas artísticas en las

cuales se pueden presentar proyectos. En la línea de Festivales Danza en la Ciudad, Bogotá en Movimiento, uno de los ejes era “Cuerpo y comunidades Afro”. Por otro lado, desde la Gerencia de Danza del Instituto Distrital de las Artes IDARTES, varias de las becas que se presentan en el marco de la Ley General de Cultura abren el espacio para la participación de grupos que se reivindican “afros”: Danza Urbana, Danza de Tradición y Proyección Folclórica Colombiana y Circulación Nacional e internacional. Al mismo tiempo, en la convocatoria de Danzas del Mundo, África o los países donde vive la diáspora africana no se encuentran explícitamente.

En paralelo, a nivel comercial y publicitario existe un etnoboomb (Arocha 2007) que promociona aspectos estéticos de las culturas africanas y de sus diásporas el cual tiende a invisibilizar las discriminaciones cotidianas de las que las comunidades negras son víctimas (Carvalho 2002). Incluso muchos símbolos que se han usado como referentes de resistencia política se resignifican en la moda.

En este contexto de intersecciones entre reconocimientos multiculturales, fomento de las artes y auge estético, varios grupos de danza en Bogotá realizan creaciones que reivindican África, Afroamérica y Afrocolombia. Ahora bien, las representaciones hechas desde el cuerpo por los bailarines que ejecutan una obra, las creadas por los directores que producen la pieza y las imaginadas por quienes elaboran los programas, planes y convocatorias desde las instituciones distritales no necesariamente coinciden pero muchas veces unas están influenciando las otras, frente a lo cual surgen preguntas como ¿los términos de las convocatorias se basan en las creaciones existentes o las obras se crean para poder presentarse a la convocatoria? ¿los grupos que se consideran “afro” hacen parte de los grupos de “folclor” o de los contemporáneos? ¿Cuáles son las características de los grupos de danza “afro”? Ante estos cuestionamientos, nuestra ponencia da cuenta de la multiplicidad de referentes y dinámicas que se involucran en los procesos de creación de la danza “afro” en el Distrito Capital.

.....

*** Aidaluz Sánchez Arismendi**

Universidad Santo Tomás. Bogotá, Colombia

*** Diana Carolina Varón Castiblanco**

Universidad Santo Tomás. Bogotá, Colombia

*** Laura De La Rosa Solano**

Universidad Santo Tomás USTA. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

PROCESOS DE IDENTIDAD AFROCOLOMBIANA EN EL CONFLICTO NACIONAL : UN ANÁLISIS DE CONTEXTO

*María Angélica Cruz Herrera

*Maximiliano Rincon Garcia

A partir del año de 1991 en el territorio colombiano se ha venido consolidando un hecho trascendental vagamente desarrollado con anterioridad a esta fecha en la historia del país: el reconocimiento de identidades y derechos para las comunidades étnicas (para nuestro caso afrodescendientes). Es desde la Constitución Política de Colombia de 1991 y las leyes siguientes a estas fechas que se ha pretendido que estas comunidades étnicas en el sentido general del término adquieran en el ámbito nacional y local una mayor presencia en las tomas de decisiones a fines de asegurarles sus derechos como sujetos con identidad cultural diferencial, mayormente a causa de su fuerte tradición cultural, así como el reconocimiento de la igualdad que requieren tanto en la participación política, como en la obtención de bienes y servicios públicos. Luego de casi veintisiete años desde que proclamo la constitución política nacional, y de veinticuatro en el que esta se fortaleció bajo la ley 70 de 1993 la cual hace reconocimiento de los derechos e igualdades para las comunidades negras, el Estado colombiano ha desarrollado una serie de avances en temas de atención a comunidades negras, partiendo de que estas corresponden a sujetos de derecho a los cuales se les deben asegurar una serie de garantías diferenciales frente los de las demás miembros del pueblo nacional. Dichos avances nos permiten la posibilidad de realizar un análisis en concreto de cómo ha sido el impacto de la gestión pública en los territorios frente a la atención de estas comunidades haciendo hincapié en el aseguramiento de las voluntades de las comunidades por su cualidad de autorreconocimiento étnico, así como el derecho a la igualdad que se proclama por dicha ley.

Así las cosas, el presente trabajo se fundamenta sobre la siguiente idea: si bien han existido avances en la gestión pública nacional que han tratado en cierta medida de asegurar los derechos proclamados por el marco legal vigente para las comunidades afrocolombianas, estas comunidades resultan en su mayoría afectadas o vulneradas en las regiones del país a consecuencia de la fuerte presencia de actores al margen de la ley y del contexto del conflicto armado existente durante las últimas décadas, lo que ha llevado a la incapacidad de garantía de derechos por parte del Estado sobre estos territorios y consigo la existencia de vulneración de sus derechos como sujetos diferenciales.

De esta forma, la investigación desarrollada se propuso, a partir de un estudio descriptivo y analítico de casos, dar cuenta de cómo el conflicto armado se ha expresado en Colombia en una vulneración de los derechos étnicos para las comunidades negras y de cuales han sido aquellos casos en donde se puede registrar situaciones de lucha por parte de las comunidades negras para el aseguramiento de sus derechos en vista de las dificultades por parte del Estado para el aseguramiento de estos.

Para ello, el ejercicio referenció como punto de análisis la zona del Cauca y del Chocó, departamentos ubicados en el Bajo Pacífico desde el periodo de 2005 y hasta el 2017, en donde se registra una transformación del conflicto en este territorio y consigo una modificación de las dinámicas de vida más notables en los ámbitos económico, social y ambiental.

Esta investigación se realizó mediante la articulación entre miembros pertenecientes a los proyectos de investigación “Análisis Multicriterio al Ordenamiento Territorial en la Zona de Influencia de Quibdó y Popayán de 1997 a 2017, un Insumo para el Postconflicto” y “Laboratorios de Innovación en Administración Pública, Estado del Arte de Herramientas y Metodologías para la Acción”, en calidad de proyectos de investigación consolidados pertenecientes a la Escuela Superior de Administración Pública ^{ESAP} y los cuales proclaman la necesidad de evaluar la incidencia de la administración pública colombiana en el territorio frente al ámbito de gestión pública y transformación de los espacios para el aseguramiento de derechos y garantías a las comunidades étnicas.

Adicionalmente la investigación permite la posibilidad de usarse como insumo para la consolidación de los procesos por parte del Estado colombiano para materializar las dinámicas en las cuales se puede consolidar la participación de estas comunidades en el desarrollo del acuerdo firmado en el año 2016 por parte del gobierno nacional y la anterior organización denominada FARC.

.....

*** María Angélica Cruz Herrera**

Facultad de Investigaciones - FI/ESAP. BOGOTÁ, Colombia

*** Maximiliano Rincon Garcia**

Facultad de Investigaciones - FI/ESAP. BOGOTÁ, Colombia

Resumen de ponencia

PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES NEGRAS NO MARANHÃO: FRONTEIRAS TERRITORIAIS, LUTAS SOCIAIS E EQUACIONAMENTO DE CONFLITOS

*Cíndia Brustolin

Os processos de reconhecimento de direitos territoriais às comunidades remanescentes de quilombos nas regiões norte e nordeste, em especial na Amazônia legal, têm se confrontado com a implementação de projetos infraestruturais (duplicação de rodovias, estradas de ferro, hidrelétricas, gasodutos, etc.) relacionados às políticas desenvolvimentistas adotadas pelo estado brasileiro e aos empreendimentos de setores como a mineração, o agronegócio, as indústrias madeireiras. Em muitos territórios reivindicados pelos grupos negros encontram-se projetos de implementação ou de expansão dessas atividades e também de sua logística de escoamento de bens destinados à exportação (ferro, soja, cana-de-açúcar, celulose, etc.).

A configuração das dinâmicas de poder ligadas aos projetos desenvolvimentistas implementados na Amazônia brasileira durante o período ditatorial e retomados mais recentemente nos planos governamentais fornecem pistas para ampliar as análises e reflexões sobre os processos de reconhecimento de direitos territoriais aos quilombolas no Brasil. Estudos apontam as dificuldades do estado brasileiro em titular os territórios quilombolas relacionadas a um Estado que apesar de reconhecer formalmente direitos aos grupos negros não criou estruturas para fazer valer esses direitos. A falta de estrutura estaria ligada a herança do processo de estruturação da nação brasileira sob o regime escravista, como a Lei de Terras de 1850, que colocou em desvantagem o reconhecimento das formas de apropriação territorial dos grupos negros. Os empecilhos também seriam encontrados nas ações dos setores ruralistas que tem empreendido esforços em dismantelar as conquistas constitucionais dos quilombolas e aos violentos processos de expulsão das terras e redução das áreas ocupadas pelos grupos negros por parte dos fazendeiros e setores do agronegócio. De forma a complementar à abordagem em torno dos impasses da regularização de territórios quilombolas, argumenta-se que as políticas desenvolvimentistas revelam um processo crescente de relativização dos direitos formalmente reconhecidos aos grupos negros via meios legais e administrativos. Soma-se então a esse cenário de desvantagem estrutural uma série de ações propositivas do estado brasileiro que relativizam os direitos territoriais formalizados. Pergunta-se então se o legado da escravidão não revelaria mais do que a falta de estrutura, mas uma desqualificação sistemática dos pleitos por terra dos grupos negros? Ou seja, expressaria um conjunto de ações políticas, administrativas que operam um processo de desconsideração dos direitos conquistados aos povos negros no Brasil. Enquanto os processos de luta conseguem garantir formalmente algumas conquistas, ações administrativas e políticas produzem uma relativização sistemática desses direitos.

Trata-se de atentar ao que Castro (2012) e também Almeida (2012) vão trabalhar como mudanças geoestratégicas de reordenamento territorial promovidas em consonância com políticas estruturais do Estado brasileiro e de parte de agências multilaterais. Como a configuração do que Almeida (2012) vai chamar de estado protecionista em que instituições e órgãos governamentais se inserem numa situação estratégica para equacionar crises econômicas e do meio ambiente, logrando uma posição central na promoção do “desenvolvimento sustentável” via grandes projetos que preveem o deslocamento de populações tradicionais ou a ocupação de parte de seus territórios. Conforme analisado por Esteva (2000), a noção de desenvolvimento acabam sendo agregados adjetivos que suavizam as estratégias neocolonialistas presentes nos projetos propostos e os apresentam como alternativas social e ambientalmente promissoras. As posturas críticas ao desenvolvimento vêm mostrando que as propostas desenvolvimentistas assumem um discurso salvacionista que acaba definido e nomeado o “terceiro mundo” como um espaço propício a receber ajuda, que passa por uma via de mão única para a saída da situação do “subdesenvolvimento”.

Nesse sentido, enfatiza-se o choque entre direcionamentos distintos à destinação de espaços territoriais no Brasil e a “relativização” de direitos socioambientais reivindicados pelas comunidades negras rurais. Em muitos casos, os processos de reconhecimento de territórios tradicionais das comunidades remanescentes de quilombos e os projetos desenvolvimentistas projetam sobre os mesmos espaços territoriais formas de vida e de ocupação do espaço, usos econômicos e sociais, edificações, expectativas completamente opostas. Argumenta-se que na equação desses interesses distintos, direitos vêm sendo constantemente relativizados. O trabalho proposto concentra-se justamente nesse espaço de disputas pela definição dos espaços territoriais no Maranhão em casos que envolvem comunidades negras rurais e projetos desenvolvimentistas ligados a mineração, estradas e expansão portuária.

.....

* Cíndia Brustolin

Brasil

Resumen de ponencia

RACISMO DE ESTADO E RESISTÊNCIA: O HOMICÍDIO DOS JOVENS NEGROS E A NARRATIVA "DAS QUE FICAM"

*Andressa Das Neves Teixeira

A presente proposta de trabalho está inspirada no meu projeto de dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tal projeto trabalha com dimensões relacionadas a gênero e raça, focando nos efeitos “indiretos” do que os movimentos negros do Brasil têm chamado de “genocídio da juventude negra”. Tal ideia de genocídio está associada ao perfil que dados sobre mortalidade permitem traçar sobre as vítimas de homicídios no País. Segundo o estudo “Os jovens do Brasil: mapa da violência 2014” a face dessas vítimas no Brasil é de homens jovens negros: a publicação, que utiliza dados de 2012, mostra que cerca de 53% das vítimas eram jovens e destes jovens 77% eram negros e 93% eram homens. Esse mesmo perfil se observa nas “mortes decorrentes de intervenção policial”: de acordo com o infográfico “Segurança Pública em Números 2017” formulada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2016 ocorreram no País 4.224 mortes causadas por policiais civis e por policiais militares em serviço e fora de serviço e 99,3% dessas vítimas eram homens, 81,8% tinham entre 12 e 29 anos e 76,2% eram negros.

Estudos na área da saúde, como Psicologia e Saúde Coletiva, destacam que é insuficiente que as investigações se concentrem apenas nas vítimas diretas ao interpretarem homicídios como fatos que não são pontuais, mas acontecimentos que reverberam na vida daqueles que formavam parte do círculo social da vítima e no território no qual ela estava inserida. Luciane Rocha no seu artigo intitulado “Black mothers’ experiences of violence in Rio de Janeiro” se utiliza deste pressuposto e o complementa sustentando a importância de voltar o olhar às mulheres negras ao afirmar que ainda que os homens negros sejam as principais vítimas de mortes violentas, são as mulheres negras que vivem as experiências as consequências desta violência.

Compreendo os homicídios dos jovens negros a partir do que Veena Das propõe como “evento crítico” - no capítulo “The Act of Witnessing” do livro “Life and Words”, por exemplo, analisa o processo de partição da Índia da década de 1940 como evento crítico, retomando a biografia de Asha. Para a autora, eventos críticos são acontecimentos que geram um impacto no dia-a-dia dos indivíduos. É relevante utilizar-se desta noção neste estudo, pois Das sustenta que para compreender tais contextos é necessário fazer um “descenso ao cotidiano”. É nele que se perceberá como as pessoas respondem a estes tipos de acontecimentos. Esse olhar ao diário permite identificar as condições de possibilidade de resistência, o que se relaciona com o que James C. Scott em “Formas cotidianas da resistência camponesa” - propõe como “resistência cotidiana”, visto que é uma categoria que interpreta ações que num primeiro momento são vistas como meramente individuais como algo digno de

investigação.

Desse modo, tenho como objetivo analisar a narrativa de mulheres negras familiares e companheiras de jovens negros (15 a 29 anos) vítimas de homicídio em Porto Alegre (a quinta capital brasileira com maior taxa de homicídios de jovens negros). A partir da narrativa dessas mulheres, que chamo de “as que ficam”, buscarei observar seus possíveis processos de resistência e como reorganizam suas vidas após a perda.

Respondendo a sugestões concedidas pela banca na defesa deste projeto e tendo o modo de fazer o “descenso ao cotidiano” adotado por Das como inspiração, optou-se a nível metodológico coletar a narrativa de poucas mulheres: duas ou três. Serão escolhidas mulheres não muito jovens, que já tenham perdido seu companheiro ou familiar há um número considerável de anos que permita apreender como elas têm se reorganizado e interpretado sua perda. Essa decisão permite que se faça um trabalho de coleta e análise de dados mais detalhados, assim como se compromete a não fazer do trabalho acadêmico algo que sirva como “gatilho” e gere mais sofrimento às mulheres que são os sujeitos desta pesquisa.

Diante de todos os aspectos mencionados anteriormente, resta apresentar o problema de pesquisa nas seguintes indagações: Como “as que ficam” se reorganizam após o homicídio do jovem negro? Como dão significado e tal evento crítico e, a partir dele, como dão seguimento às suas vidas?

.....

*** Andressa Das Neves Teixeira**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE BRANQUEAMENTO DO TERRITÓRIO NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

*Denise David Caxias

*Larissa Lima

*Paula Fernandes Da Silva

O presente trabalho visa discutir as políticas de branqueamento da nação brasileira através da contribuição geográfica acerca dos desdobramentos territoriais desse projeto, que, pretendia viabilizar o apagamento da população negra dos dados e das representações oficiais do Brasil. A geografia tem evitado avaliar essa postura e acreditamos estar no momento de fazermos tal enfrentamento teórico e metodológico.

Mesmo após 300 anos de migração forçada e escravização de povos africanos em seu território, a sociedade brasileira ainda tinha expectativa de se tornar gradativamente branca. Inclusive, essa foi a solução encontrada para “resolver” o problema da sociedade mestiça de características coloniais pelas elites no final do século XIX e início do século XX, especialmente a partir da Proclamação da República em 1889 (SKIDMORE, 1976; SCHWARCZ, 1993; TELLES, 2003).

Os ideais de progresso e modernidade reverberaram em legislações políticas, sociais e econômicas cujo objetivo era “elevar” o Brasil e libertá-lo da “suposta inferioridade do negro e do mulato, fruto de um pensamento determinista das teorias da degeneração racial e tropical” (TELLES, 2003). A mestiçagem era associada a ideias negativas como as de deterioração/degeneração e deficiência/infertilidade (daí o termo “mulato”, oriundo de “mula”), sendo “uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação.” (SCHWARCZ, 1993, p.13). Tais ideias eugenistas, elaboradas entre 1870 e 1930, revestiam-se de ares científicos e eram bastante divulgadas em estabelecimentos de ensino e pesquisa, como o IHGB e o Museu Nacional do Rio. Em 1911, por exemplo, na ocasião do 10º Congresso Internacional das Raças, João Baptista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi convidado a representar o Brasil e apresentou uma tese racista em que exaltava o branqueamento como “perspectiva de saída e solução” para o Brasil. Lacerda também apresentou um ensaio cuja abertura era através do quadro A Redenção de Cã, para reforçar a possibilidade de o país se tornar branco em um século (SCHWARCZ, 1993).

Lilia Schwarcz (1993) analisa, como, paradoxalmente, liberalismo (fundamentado na responsabilidade pessoal dos indivíduos) e racismo (cuja centralidade da argumentação está no desempenho de um grupo racial como resultado de características biológicas inatas a ele), foram dois modelos teóricos que se combinaram naquele momento para tentar justificar (pseudocientificamente) as desigualdades raciais presentes no Brasil. Dessa maneira, o darwinismo social, decorrente do liberalismo, e o evolucionismo social, decorrente do racismo enquanto ideologia, serviram como “saída original encontrada por esses homens de ciência”

(SCHWARCZ, 1993, p. 18). Esta autora aponta, ainda, que a partir do evolucionismo social “sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e “aprimoramento”, obliterando-se a ideia de que a humanidade é uma.” (SCHWARCZ, 1993,p.18); nesse sentido, a sociedade ocidental representaria o ápice da evolução da “raça humana”. Como forma de pôr em prática os ideais de progresso e modernidade, foi tarefa principal da república recém-proclamada transformar a população brasileira de modo que esta se enquadrasse nos parâmetros de “civilidade”, ou seja, se tornasse branca. Esta política se expressa na lei da “Grande Naturalização” (Decreto nº 200-A de 8 de Fevereiro de 1890), do Governo Provisório de Deodoro da Fonseca, responsável por naturalizar todos os estrangeiros que estavam no território brasileiro, garantindo-lhes direitos políticos – como o voto, negado para os analfabetos (maioria negra). A maior facilidade de fixação da população imigrante (em sua maioria portugueses, italianos e alemães) permitiu a política oficial de imigração no Brasil, importando tipos brancos caucasianos, considerados pelos eugenistas como “raça superior”.

Durante as duas primeiras décadas do século XX com a diminuição dos fluxos migratórios vindos da Europa, a preocupação retorna: qual seria o futuro do Brasil em termos raciais? Surge uma nova geração de eugenistas que consideravam a miscigenação como característica positiva num povo, a partir da formação de um tipo humano mais forte e original, que incorporasse os benefícios das “três raças”.

Fernando Magalhães, por exemplo, afirmou na Primeira Conferência Eugênica Brasileira (1929), que “somos todos mestiços e teríamos que excluir a nós mesmos [os “brancos”]” (TELLES, 2003,p.49), caso o Brasil seguisse o caminho de legalização da segregação racial, como ocorria nos Estados Unidos. Os eugenistas acreditavam que a miscigenação contribuiria para a eliminação da população negra e, aos poucos, resultaria em um total embranquecimento da população nacional (TELLES, 2003). A miscigenação (valorizada quando clareava, mas não quando escurecia a população) somar-se-ia à política de imigração branca no Brasil, culminando na predominância branca da população nacional (SKIDMORE, 1976).

Compreendemos que a expressão territorial do projeto de branqueamento é uma das formas de operacionalizar o racismo na formação sócio-espacial brasileira: a tentativa de eliminar a presença negra da narrativa da história e da descrição do território brasileiro, através da miscigenação da população e do incentivo à imigração europeia, mas também da invisibilização das lutas negras contra o sistema escravocrata, e da negação do racismo produzido e reproduzido pelas elites brasileiras. Santos (2009) diz que foram construídas outras estratégias para este projeto de nação, que passam também: pelo extermínio e subjugação dos grupos racialização através de confrontos armados (como o pelotão de ex-escravizados durante a Guerra do Paraguai que lutaram desarmados), da eliminação da representatividade e do poder dos grupos não brancos (quando importantes personalidades negras na literatura e política nacional são retratados como brancos), e da eliminação e inferiorização de práticas, manifestações ou comportamentos (como a perseguição policial aos capoeiras e candomblés).

Aqui, pretendemos abordar uma das estratégias do Estado brasileiro de materializar o projeto de branqueamento da cidade no território, através das intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro. O discurso do higienismo (iniciado com as Juntas Centrais de Higiene a partir da década de 1850), mobilizado enquanto

sustentáculo ideológico-científico para o reordenamento da cidade, colocou o alvo as habitações coletivas, porque elas representavam a degeneração social que a modernização queria combater. O primeiro projeto de intervenção urbanística que pensará o ordenamento da cidade como um todo, orientando as políticas de urbanização nas áreas de expansão (subúrbios e arrabaldes) e remodelamento da área central – coincidentemente a mais densamente povoada pelas “classes indesejadas” – irá ocorrer nas décadas posteriores, 1876. A escolha dos sujeitos a serem eliminados por meio desse instrumento de poder (o embrião do planejamento urbano) seguiu uma orientação étnico-racial e de classe social: os mais afetados pelas remoções seriam os pobres e negros da sociedade carioca. Não bastava marginalizar os indesejáveis, era também necessário garantir a vida dos grupos escolhidos: o mesmo período da história do Brasil é marcado pelo incentivo do Estado à imigração europeia, e a população mais afetada pelas epidemias de febre amarela e mais protegida pelas políticas de saúde da mesma época. Dessa forma, concordamos com Chalhoub (1996) quando este afirma que as políticas de vacinação e combate a esta epidemia foram direcionadas à manutenção da vida de italianos recém-chegados ao Brasil, a maioria dos mortos pela febre amarela, doença pouco expressiva nas taxas de mortalidade da população carioca em geral.

Os brasileiros inventaram um racismo à sua feição: ao combater a febre amarela e negligenciar as doenças que flagelavam a população negra, os doutores, na realidade, procuravam mudar o ambiente com o intuito de auxiliar a natureza. E o trabalho da natureza, coadjuvada pela imigração e pela miscigenação, era a eliminação paulatina da herança africana – isto é, a herança da “raça inferior” – presente na sociedade brasileira. (CHALHOUB, 1996:95 [grifo nosso])

A saída à brasileira para isolar os “indesejados” (pretos e pobres urbanos) foi basear-se no discurso da higiene pública, cuja característica eugênica se torna latente na escolha dos grupos a serem removidos da área central da cidade: moradores de cortiços, em sua maioria mestiços, pretos livres e escravizados. A orientação étnico-racial da desterritorialização urbana ganha expressividade nessa época.

Lira (1999) afirma que o embrião do urbanismo (os projetos de intervenção urbanística do século XIX e sua materialização no século XX) não é neutro, não surge neutro, mas atravessado por todas as questões latentes na sociedade no período. No caso do Rio de Janeiro, esse projeto carregado de intencionalidades, consolidadas no imaginário das elites brasileiras no contexto da formação da identidade nacional, surge alinhado ao discurso sanitaria/higienista e ao de raça/cultura. Estes novos contornos propostos para a cidade influenciaram também o campo dos sentidos, e são esses que ambicionamos discutir aqui: a restrição de acesso dos grupos racializados a áreas de interesse urbanístico e a destruição de ambientes e símbolos de trocas culturais.

.....

* Denise David Caxias

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Nova Iguaçu - RJ, Brasil

*** Larissa Lima**

SEEDUC - Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro - RJ, Brasil

*** Paula Fernandes Da Silva**

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE . Nova Iguaçu - RJ, Brasil

Resumen de ponencia

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA UNIVERSIDADE: REFLEXÕES DE UM PESQUISADOR NEGRO EM FORMAÇÃO

*Paulo Gustavo Da Costa Santos

O racismo faz parte da realidade da população negra, que vem a mais de quatro séculos vivendo em uma sociedade racista e ainda com traços da colonização. Mesmo que muitas vezes velada, a discriminação racial tem consequências que acarretam em exclusão, silenciamento e segregação. O Programa de Educação Tutorial (PET) é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que visa realizar o modelo de indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. O PET desenvolvido na Faculdade de Educação, Campus Belo Horizonte, da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE/CBH/UEMG), desde abril de 2013, tem como título: “Formação docente para o trabalho com relações étnico-raciais na educação infantil: uma proposta de fortalecimento acadêmico e de combate às desigualdades raciais”. Seu eixo articulador é o tema da “Educação das relações étnico-raciais na educação infantil” e uma de suas principais metas é aprofundar o estudo e a reflexão em torno de um conjunto de referências, sobre as relações étnico-raciais, capazes de contribuir para a qualificação da intervenção a ser feita pelo/a professor/a no âmbito dessa etapa escolar. As população negra, sobretudo, são atingidas pelo preconceito desde o começo de suas vidas e a escola, que deveria ser um ambiente acolhedor, muitas vezes se torna espelho do sistema racista presente na sociedade e reproduz atitudes e métodos preconceituosos. Com base nos estudos de raça do campo da educação, este texto tem como objetivo pautar a questão do racismo em ambiente escolar e procura orientar e analisar em uma perspectiva socio-histórica a construção de identidade das pessoas negras e negros no território brasileiro. Segundo a autora Nilma Lino Gomes (2005, p.52), racismo é “um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores (...) resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira”. Sua prática pode variar em função do contexto social e cultural em que o sujeito negro está inserido. Uma dessas práticas consiste em mecanismos de rejeição a tudo aquilo que foge ao padrão hegemônico, ou seja, branco. No período escolar, tais mecanismos são perceptíveis a partir, por exemplo, do diferente tratamento de professoras perante as crianças e adolescentes brancos, que recebem mais atenção e afagos. Sobre a diferenciação de cuidados, Oliveira (2004) aponta que as crianças negras passam menos tempo nos colos de suas professoras, recebem menos carinho e são chamadas por apelidos inferiorizantes. Esse tratamento diferenciado acaba por contribuir para que as crianças negras sejam vistas a partir de um olhar estereotipado, fruto de uma percepção distorcida do que diz respeito às suas identidades, fomentando o racismo. A identidade negra é entendida aqui, como afirma Gomes (2004), como sendo parte da “construção social, histórica, cultural e plural” de um povo. Essa se configura em meio

a relações de poder, de forma gradativa e em contextos complexos. Além disso, identidade é algo construído a partir das relações entre os sujeitos pertencentes e não pertencentes a ela. Sendo assim, mesmos sujeitos não negros participam da construção da identidade negra, e tal influência pode afetar de forma positiva ou negativa a identidade do povo negro. Kabenguele Munanga (1994, p.187) define identidade negra como sendo uma tomada de consciência de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, para a qual contribuiu economicamente, com trabalho gratuito como escravo, e também culturalmente, em todos os tempos na história do Brasil. Sendo assim, para a construção de uma identidade negra positiva, que rompa com visões negativas, historicamente construídas sobre o que é ser negro/a, vê-se a necessidade de se pensar em uma educação que não reproduza concepções racistas. Tal educação contrapõe-se àquela vigente nos sistemas escolares que, segundo Santiago (2015, p. 446), é praticada para “garantir privilégios aos não negros, fundando abismos sociais pautados em diferenças fenotípicas que cunham processos de exclusão”.

.....

*** Paulo Gustavo Da Costa Santos**

Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG. BELO HORIZONTE, Brasil

Resumen de ponencia

REPRESENTACIONES LITERARIAS DE LA RELIGIOSIDAD AFROCUBANA: ANÁLISIS DEL CICLO CENTRO HABANA DE PEDRO JUAN GUTIÉRREZ (1990-2003)

*Isabel Cristina Naranjo Noreña

De manera temprana en Cuba, los mitos, sus interpretaciones y las prescripciones sacrificiales para la realización de las liturgias de la Regla de Ocha fueron registrados con meticulosidad por los babalaos en cuadernos conocidos como odus. Estos fueron la fuente primaria para las investigaciones que posteriormente realizarán pioneros del pensamiento social cubano como Fernando Ortiz, Lydia Cabrera y Rómulo Lachatañeré entre otros. Por su parte, la literatura cubana en las figuras de Nicolás Guillén y Alejo Carpentier exaltaron la belleza y la fuerza liberadora de las religiones de matriz africana en la isla. No son escasos los vínculos que el arte, la literatura y las ciencias sociales establecen con los orishas y su culto. Heredero de esta tradición, Pedro Juan Gutiérrez expone la potencia del culto afrocubano en un escenario de crisis profunda y de descrédito del régimen político. Ante el desplome de las referencias éticas nacidas del proceso revolucionario y su posterior consolidación oficial, la Santería mantiene la observancia de diversas regulaciones morales que transfieren su eficacia a otros ámbitos de la vida comunitaria.

Teniendo en cuenta lo anterior, la presente propuesta de trabajo sugiere rastrear las formas en las que el culto a los orishas tienen lugar en la obra del escritor cubano Pedro Juan Gutiérrez, específicamente en las novelas y cuentos que componen su Ciclo Centro Habana escrito entre 1998 y 2003. Los textos de Pedro Juan Gutiérrez serán abordados, desde una clave de lectura que rescate su valor descriptivo y representativo de las heterogéneas realidades que conforman los sectores marginales de La Habana durante el “Periodo Especial en Tiempos de Paz” prestando singular atención a la huella dejada por los orishas en los solares habaneros.

Subsidiario de la tradición etnocentrista que durante siglos ha ubicado a los habitantes de África y América en las antípodas de la civilización, el mundo editorial europeo junto a sus lectores-consumidores contemporáneos demandan crudas realidades protagonizadas por sujetos marginados en los países del llamado tercer mundo. Las representaciones literarias que durante las décadas de 1960 y 1970 encuadraban las realidades de América Latina en una dimensión mágica, fueron substituidas a finales del siglo XX por interpretaciones y figuraciones más próximas al terreno de lo sucio, miserable y abyecto. En Cuba, la producción narrativa de la década de 1990 provee de nuevos significados a los elementos denostativos y estigmatizantes de los discursos emanados desde las esferas de poder, para integrarlos a un discurso disidente que propone nuevas representaciones del cuerpo, de la vida en comunidad y de los ámbitos público y privado. Estas nuevas miradas, sin embargo, se enmarcan en una tendencia de “fetichización de la diferencia cultural” que adecúa estas construcciones narrativas al consumo de masas.

En este contexto, la obra de Pedro Juan Gutiérrez y en especial, los cuentos y novelas escritos durante 1998 y 2003 comprendidos dentro del "Ciclo Centro Habana" ofrece un escenario desolador donde sus protagonistas padecen los rigores de la debacle política y moral que significó la desarticulación del socialismo y la caída de la Unión Soviética con la subsecuente suspensión de los auxilios económicos que recibía la isla. Con un lenguaje duro que evoca hasta la saciedad las excreciones corporales, el autor diseña un universo de miseria, hambre y violencia dentro del cual sus personajes hacen frente a las faenas diarias sin esperanza en una mejora futura. En un doble juego que articula la minuciosa descripción de las características de Centro Habana y de las vidas de sus habitantes con el interés de turistas y lectores extranjeros atraídos por la marginalidad cubana de la década del 1990, el autor construye un relato urdido por representaciones subjetivas en torno a aspectos de la cultura popular habanera. Las críticas condiciones materiales que caracterizaron al período especial en Cuba actualizaron formas de exclusión social que el optimismo del proyecto revolucionario creía haber extirpado; los márgenes urbanos retratados en la prosa de Gutiérrez están definidos por el estatus racial y económico de los residentes del solar habanero, la mayoría de estos afrocubanos víctimas de la discriminación y el racismo históricos. Considerado reducto de la espiritualidad afrocubana, el solar recupera su centralidad en la década de 1990 al albergar expresiones artísticas y religiosas incorporadas al conjunto de símbolos que han dado forma a la identidad cubana dentro y fuera de la isla. Los orishas y su culto, pueblan el imaginario del cubano común adaptándose a nuevas formas sociales y culturales. En el presente trabajo abordaremos las prácticas cotidianas vinculadas al ejercicio de la religión a través de las múltiples referencias expuestas por Gutiérrez en el Ciclo Centro Habana colocando especial acento en la tradición académica y literaria que insiste en asociar las manifestaciones de lo negro a la sensualidad, la irracionalidad y el erotismo.

.....

* Isabel Cristina Naranjo Noreña

Centro de Estudios Avanzados . Universidad Nacional de Córdoba - CEA/UNC. Córdoba, Argentina

Resumen de ponencia

TRAYECTORIAS EDUCATIVAS DE MUJERES AFRODESCENDIENTES: UNA INDAGACIÓN INTERSECCIONAL EN COLOMBIA

*Lubi Jehins Granada Angulo

La configuración de universidad en Colombia ha estado marcada por diferentes momentos, orientándola a formar desde un grupo selecto o de élite de la población colombiana para la construcción de conocimiento, hasta el punto de dar apertura a la formación para el trabajo y la producción a un grueso poblacional diverso, pluriétnico y multicultural. En esta transformación, pareciera que las universidades se disponen a expandir sus horizontes con las diversas comunidades, pero privilegiando el conocimiento de “forma occidental” para un cierto grupo de la población -élite-, alejándose de las cosmovisiones, necesidades y características de las poblaciones afrodescendientes, las cuales han sido vinculadas en mayor medida a procesos de formación de habilidades técnicas para el trabajo. (Bruner, 1985; Guido y Guevara, 2009)

Al respecto, la universidad como escenario de referencia en la construcción de conocimiento, ha centrado su atención en procesos meritocráticos (Pérez y Botero, 2013), en los cuales se establece una relación de competencia entre aquellos y aquellas que poseen mayores herramientas en el transcurso de su trayectoria de educación básica y media, con otras y otros que afrontan problemáticas de desventajas acumulativas en comunidades históricamente excluidas por condiciones de raza, género y clase social principalmente, las cuales muestran mayores dificultades para acceder, permanecer y participar en dichos espacios de construcción y reflexión.

La universidad y el sistema educativo en el país han naturalizado los mecanismos de discriminación hacia las comunidades históricamente excluidas, sintiéndose éste fenómeno con mayor fuerza en las comunidades afrodescendientes. Esto se debe en parte a las representaciones racializadas que desde la época de la colonia se instauraron y que se han reconfigurado a lo largo del tiempo, pero no han desaparecido, pues se relaciona permanentemente lo afro con estereotipos racializados vinculados a la pobreza y la marginalidad, distante de la racionalidad, la investigación y la producción de conocimiento. (Soler, 2009; Mena, 2011;)

Los precedentes argumentos dejan múltiples cuestionamientos y abarcarlos en su totalidad es un ejercicio utópico y pretencioso. Sin embargo, la acción investigativa se dedicará al acercamiento y comprensión de las experiencias de seis mujeres afrodescendientes con estudios doctorales en las ciudades Medellín, Cali y Bogotá Colombia, con el fin responder a la siguiente pregunta: ¿Cuáles son las trayectorias educativas de las seis mujeres afrodescendientes con estudios doctorales, revisadas desde la perspectiva interseccional entre género, raza y clase y cómo se expresan en la vinculación con el contexto educativo, social y cultural colombiano entre el año 2000 al

2017?

Ahora bien, con el fin de dar inicio a una labor de profundización, que me permita indagar acerca de las realidades de mujeres afrodescendientes que hacen parte de procesos de educación doctoral, propongo como objetivo central: Analizar y comprender desde la perspectiva interseccional entre género, raza y clase, las trayectorias educativas de seis mujeres afrodescendientes con estudios doctorales, tomando como referente el contexto educativo, social y cultural colombiano desde el año 2000 al 2017.

La base teórica que fundamenta el estudio, corresponde a la interseccionalidad como herramienta de comprensión para el análisis de dimensiones y relaciones categoriales constitutivas de las experiencias múltiples de las mujeres afrodescendientes en el país. Esta apuesta teórica nace en la reflexión y la inconformidad de la homogenización y la universalización de discursos, prácticas, políticas, apuestas teóricas e investigativas, que han optado por incluir bajo los mismos preceptos a personas diversas, a partir de una sola categoría de identidad. Así pues, la interseccionalidad se centra en mostrar las relaciones entre distintas categorías de identidad, con el propósito de avanzar en la comprensión de la diversidad y de las construcciones, que alrededor de ésta se establecen.

Las posturas que dan forma a la interseccionalidad y que resultan las más representativas teniendo en cuenta las propiedades de la investigación en desarrollo son: Kimberlé Crenshaw

(1991), pues desde una perspectiva legal pone en evidencia los distintos tipos de desigualdad «estructural, política y representacional» que sufren las mujeres, debido a relaciones interdependientes entre el género, la raza y la clase social; por su parte, Patricia Hill Collins (1990, 1998), con una lectura sociológica, presenta una matriz de dominación configurada en una estructura de organización de la desigualdad y del poder, que puede variar en diferentes contextos; sin embargo, desde una línea feminista decolonial, María Lugones (2008) establece una conjunción entre la interseccionalidad y la construcción de la colonialidad del poder en torno a los sistemas de raza y género; Sylvia Walby (2009) argumenta, desde un referente sociológico, que las categorías o «dominios» se relacionan mutuamente y no poseen el mismo peso, así pues se generan «interacciones asimétricas» y se posibilitan transformaciones mutuas entre los distintos ejes; Nira Yuval-Davis (2006) plantea un análisis complejo y articulado, más allá de la sumatoria de desigualdades debido a la raza, la clase y el género; Leslie McCall (2005) propone, desde la sociología económica y política, una lectura de la interseccionalidad como «paradigma metodológico», que permite analizar las desigualdades sociales a través de enfoques anticategoriales, intracategoriales e intercategoriales; y por último, Angie Marie Hancock (2007) expone las diferentes formas de configuración de políticas para poblaciones.

Teniendo estas propuestas como puntos de referencia, es importante consolidar y puntualizar lo que desde una perspectiva situada puede guiar las reflexiones, los análisis, los diseños metodológicos y las puestas en escena, para lograr la consolidación de mapas de realidades en las trayectorias académicas de mujeres afrodescendientes con estudios doctorales en Colombia.

La investigación se asume desde un enfoque cualitativo empleando el método de

estudio de casos, bajo la tipología de multicaso instrumental (Stake, 2010), el cual permite comprender cada una de las experiencias de las mujeres afrodescendientes en su complejidad dentro del panorama interseccional entre género, raza y clase; para luego, buscar relaciones entre las diferentes experiencias académicas, tomando como referente el contexto educativo, social y cultural de Bogotá, Cali y Medellín.

Para el desarrollo investigativo se contemplan cinco momentos: planeación y diseño, en el que se convoca, selecciona las seis participantes (casos de estudio) y se diseñan las técnicas de apoyo para la siguiente fase; construcción de la información, a partir del uso de relato temático de vida, las entrevistas a profundidad e informales, el cuaderno de investigación y el análisis documental; codificación, categorización, triangulación y estructuración de la información; análisis de la información de manera interseccional y holística; y por último, la escritura del informe final.

.....

* Lubi Jehins Granada Angulo

Universidad Pedagógica Nacional UPN. Bogotá, Colombia

Resumen de ponencia

TRENZANDO NUESTRAS RAÍCES: UNA EXPERIENCIA QUE DEVELA EL RACISMO ESTRUCTURAL EN COLOMBIA

*Libia Jimena Díaz Ulabares

Trenzando nuestras raíces, corresponde a la experiencia resultado de un proceso de investigación que teje la memoria colectiva de una comunidad negra/afrodescendiente, ubicada en un territorio del área rural del municipio de Jamundí, departamento del Valle del Cauca. El objetivo de la investigación fue comprender el proceso inicial para la construcción de ese territorio llamado El Peón. El logro de ese objetivo implicó transitar dos caminos. El primero se centró en fijar la mirada en África desde el pensamiento decolonial, a partir de los aportes de Angela Davis, Aimé Césaire, Valentín Moreno Salazar, Manuel Zapata Olivella, Walter Rodney, Cheikh Anta Diop, entre otros pensadores y pensadoras de diferentes lugares del mundo. En otras palabras, la concepción sobre África en esta experiencia fue construida desde el pensamiento de personas negras/afrodescendientes que han dedicado sus estudios a redescubrir las historias ocultas sobre este continente y su diáspora. La importancia de hablar sobre África desde esa mirada, permite dimensionar cómo ha funcionado el racismo como estructura a escala mundial y cómo se ha instalado siendo una forma de dominación posterior a la abolición de la esclavización; del mismo modo, cómo esa globalidad influyó en la memoria colectiva de El Peón, determinando su devenir. El segundo camino, tuvo que ver con adentrarse en esa época en la que un grupo de familias negras/afrocolombianas, desterradas del Norte del Cauca a causa de ese racismo estructural, encuentra un nuevo espacio que comienza a transformar en su territorio, que más adelante sería nombrado como El Peón.

Trenzando nuestras raíces constituye una investigación de carácter cualitativo que se construyó metodológicamente con la historia oral desde la perspectiva de Maria Eumelia Galeano (2007). En ese marco se realizaron entrevistas semiestructuradas a los abuelos y abuelas de mayor edad en el territorio, que conservan en sus mentes los recuerdos de esos primeros esfuerzos de la comunidad por habitar y reinventar un lugar para vivir con dignidad. También se desarrollaron grupos focales usando el método que Galeano (2007) denomina “bola de nieve”, el cual consiste en encontrar otros informantes claves, por medio de unos iniciales, que ayuden a ampliar la información que hayan proporcionado los primeros. Por tanto, los informantes que resultaron luego de aplicar el método, fueron familiares de los abuelos y abuelas, puesto que conocían parte de los relatos sobre los inicios de El Peón y poseían otros detalles acerca de ese proceso. De la misma manera, se llevaron a cabo actividades de cartografía social materializadas en la construcción de un mapa que daba cuenta de la percepción de los jóvenes frente a su territorio El Peón. En este ejercicio se encontró que mientras los abuelos sienten un arraigo hacia el territorio porque han sido conocedores del proceso comunitario y han sido herederos directos de los fundadores,

los jóvenes por su parte sienten la necesidad y anhelo de irse para mejorar sus condiciones de vida, ya que tienen el imaginario de que en las ciudades se vive mejor. A partir de esas estrategias en términos metodológicos, se pudieron evidenciar los hechos históricos que marcaron negativamente a la comunidad de El Peón en la construcción de su territorio; pero también los sucesos que mostraron a una comunidad negra/afrodescendiente que trató de ser autónoma e intentó buscar estrategias para enfrentar sus dificultades. A la vez, se pudo identificar que es necesario potenciar el reconocimiento de la memoria colectiva en todos los integrantes de la comunidad, debido a que una de las causas por las que los jóvenes no sienten el mismo arraigo que sienten los abuelos hacia El Peón, es el desconocimiento de su pasado.

A través de esta experiencia local, de un municipio del Valle del Cauca, se logra develar el racismo estructural en Colombia, que ha obstaculizado la garantía de derechos a estas comunidades históricamente racializadas en el país. Es por esa razón que Trenzando nuestras raíces da cuenta de destierros, luchas simbólicas y resistencias por mitigar los efectos de ese racismo.

Esta experiencia no es única; por el contrario, es el ejemplo de muchas otras que han tenido que vivir pueblos negros en Colombia, otros países de América Latina y el mundo para hacer frente a la pobreza y al olvido.

.....

* Libia Jimena Díaz Ulabares

UNIVERSIDAD DEL VALLE UNIVALLE. CALI, Colombia

Resumen de ponencia

UMUNTU: QUINZE ANOS DA LEI 10.639/2003, UM ANO PARA COMEMORAR

*Izabel Espindola Barbosa

A Lei nº 10.639, de 09 de Janeiro de 2003, que alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, torna obrigatório, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Em sua redação a lei também obriga, nas instituições de ensino superior, a criação de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) para desenvolver, em conjunto com os alunos e servidores, discussões que perpassam temas transversais, sobre a diáspora africana, nossa herança histórica e os desdobramentos que fazem o “racismo à brasileira” ser um das mais ardilosas formas de preconceito e de difícil combate. O reconhecimento do Estado Brasileiro sobre a importância da “cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional” atestam a participação fundamental dos negros nas mais diversas áreas do conhecimento colaborando decisivamente pois como lembra Theodoro, em sua obra *Buscando caminhos nas tradições*, os afrodescendentes brasileiros carregam características culturais de diversos países africanos, sendo essas características significativas em todos setores da vida no Brasil. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas, NEABI do Instituto Farroupilha é parte integrante das Políticas de apoio ao discente dentro das Políticas Institucionais Inclusivas, tendo o dever de trabalhar de forma pluridisciplinar na elaboração de projetos de ensino, extensão e pesquisa o que abrange o acompanhamento de qualquer servidor, assim como qualquer discente, por esta deliberação seus projetos têm a colaboração de quaisquer interessado em ações afirmativas para as relações étnico-raciais na busca pela igualdade de oportunidades e valorização da herança africana e/ou indígena. Nessa perspectiva, o projeto de ensino Umuntu: Memórias e Identidades Afro, foi elaborado para difundir o conhecimento sobre espaços, resistência e identidade Afro Brasileira. Tendo como objetivo principal capacitar os alunos e estimular grupos de pesquisas sobre territórios negros na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, Brasil, valorizando a identidade Africana na região. O projeto Umuntu, em 2018, foi estendido para atender a demanda dos alunos e da comunidade externa. Os novos temas visam sanar conceitos específicos para entendimento das relações étnico-raciais no estado brasileiro, como o colorismo, branquitude e pedagogia griôt. Ser um grupo de estudos proporciona o aprendizado pela filosofia Ubuntu, onde todos vão juntos, aprendendo e ensinando. Para além de novas pesquisas, estabeleceu comportamentos e proposições que enriquecem o diálogo e a cidadania consciente como enfrentamento ao racismo, formando um cidadão crítico e um agente da cultura da paz, da igualdade de oportunidades e um oponente de qualquer tipo de discriminação. Diante da proposta do projeto foi criado o grupo de trabalho (GT) Aiyê, sendo o responsável pelo desenvolvimento da pesquisa “Territórios negros na fronteira Oeste: mapeamento dos municípios de São Borja e Uruguaiana - RS”. O mapeamento dos espaços de luta e

remanescência negras possibilita conhecer diversos lugares presentes mas escondidos no cotidiano local, seja pela história, pelo uso comum, pelo medos e, claro, pelo racismo inserido na sociedade. O maior impacto foram as visitas a terreiros de umbanda. O território-terreiro possui um imaginário social intensamente mistificado. Assim, aos alunos pesquisadores foi proposto a visita. O imaginário dos alunos estabelecia as imagens televisivas como referências, as baianas e seus vestidos. Entre relatos, destacam-se pré-conceitos, medos e dúvidas: “Que era macumba, macumba... sei lá, tipo fazer macumba pra pessoa, ...tipo feitiço.” O fato da pesquisa envolver duas cidades distantes cerca de duzentos quilômetros possibilita o comparativo entre alguns eventos. Em São Borja foram meses de tratativas até a entrada em um centro de umbanda para acompanhamento de rituais. Em Uruguaiana uma ligação de telefone e o centro umbandista estava à espera dos jovens pesquisadores. A organização de entidades negras faz-se outro aspecto, onde São Borja com mais de trezentos anos de história não apresenta nenhum grupo ou associação organizada e Uruguaiana com pouco mais de cento e setenta anos de fundação possui Movimento Negro, duas associações de Povos de Terreiro e uma associação comunitária quilombola. Os desdobramentos desse aprendizado foram e serão apresentados em eventos, mas o posicionamento dos jovens envolvidos demonstra amadurecimento e compromisso com a igualdade de oportunidades. Alunos de Gestão de Turismo percebem nos territórios mapeados, possibilidade de roteiros pedagógicos e históricos como a rota da alforria. Alunos do curso de Tecnologia em Gastronomia exigiram que na disciplina de “Gastronomia Internacional” fosse colocado a culinária africana, na disciplina de “Gastronomia Brasileira” apresentaram o cardápio como oferendas da Umbanda causando surpresa inclusive nos professores, que após toda a desconstrução no relato da elaboração, degustaram e aprovaram o trabalho. Durante a semana acadêmica desse mesmo curso, o artigo elaborado pelos alunos sobre os usos da Marafa nos terreiros foi escolhido para fazer parte do livro de gastronomia da instituição. Mas a gastronomia também dedica-se a questões patrimoniais. Uma aluna do curso optou por pesquisar sua cidade natal, Bossoroca, Brasil, local que mantém, ainda em bom estado de conservação, o antigo Cemitério dos Cativos onde apenas um não negro está enterrado. A equipe multidisciplinar de alunos de todos os cursos criaram ações em suas áreas ou não. Esses estudos, possibilitaram o desenvolvimento de um documentário sobre o Quilombo Rincão dos Fernandes, a ser lançado ainda em 2018. Alunos do curso técnico em Eventos realizaram um desfile só com modelos negros, o desfile teve audiodescrição e renda para entidade assistencial. Dos cursos ligados a informática um aplicativo está sendo desenvolvido onde estará o mapeamento dos territórios negros. Esse resumo não pretende ser um artigo ou seguir normas técnicas de publicação. Ele pretende apenas dividir a certeza de que, quando realizada, a legislação que obrigou o estudo de história e cultura africana e afro-brasileira torna-se um incentivo ao desenvolvimento acadêmico e cidadão. Fazendo assim, a proposta da educação profissional e tecnológica que é a formação integral do aluno.

.....

*** Izabel Espindola Barbosa**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA IFFAR. SÃO BORJA, Brasil

Resumen de ponencia

VISIBILIZACIÓN DE LA AFRICANÍA Y LA AFRODESCENDENCIA DESDE EL GÉNERO FEMENINO EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LATINOAMÉRICA.

*Martha Elena Silva Pertuz

VISIBILIZACIÓN DE LA AFRICANÍA y LA AFRODESCENDENCIA DESDE EL GÉNERO FEMENINO EN EL CONTEXTO DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE.

Epistemológicamente, la afrodescendencia hunde sus raíces en la historicidad, la conciencia cimarrona y libertaria, los valores, las prácticas de producción, los saberes ancestrales, conocimientos, valores axiológicos, ontológicos, antropológicos, lingüísticos, sociológicos, estéticos, artísticos, políticos, epistemológicos, éticos, filosóficos, la capacidad creativa y revolucionaria heredada de las comunidades, naciones e imperios africanos más allá del proceso del holocausto africano y las reconstrucciones a partir de las luchas cimarronas en los contextos americanos (palenques y asentos, entre otras formas), acorde con lo anterior, el presente texto tiene como objetivo establecer un diálogo entre las políticas estatales en torno a la etnoeducación, las maestras y su actividad en el aula, a través de la construcción de la historia de vida de una maestra afrodescendiente del Caribe Colombiano, en el ámbito de la educación superior, en una universidad privada caribeña, como es la Universidad Metropolitana, en Barranquilla - Colombia.

La Universidad Metropolitana destaca su proyecto educativo, basado en la pedagogía interaccional y dialógica, que utiliza el conocimiento como catalizador del aprendizaje, y éste como promotor de la estructura cognitiva del-a educando-a que se constituye en instrumento fundamental y estimulador de los procesos de transformación del quehacer educativo y conduce a la formación de profesionales creativos, investigativos y reflexivos, en que el profesor-a / maestro-a se convierte en orientador de dicho aprendizaje. En esta IES (Institución de Educación Superior), partir del 17 de junio de 1980 asumió como Rector de la Universidad el Dr. Eduardo Acosta Bendek y en cumplimiento de lo establecido en el Decreto 080 de 1980, la Institución presentó la documentación necesaria al Ministerio de Educación Nacional, la cual fue sometida a consideración del ICFES, quien aprobó, el 2 de diciembre de 1982 la Reforma de Estatutos de la Corporación y el cambio de razón social de la Corporación Metropolitana para la Educación Superior que en adelante se denominaría Corporación Universitaria Metropolitana. Bajo la dirección del Dr. Eduardo Acosta Bendek, Rector y representante legal, se solicitó al Ministerio de Educación Nacional, por intermedio del ICFES, el reconocimiento institucional como Universidad, el cual le fue otorgado mediante la Resolución 08687 del 24 de julio de 1987.

La Universidad Metropolitana, en su Misión explicita que, es una institución de educación superior dedicada a la formación de profesionales integrales, con el apoyo de la investigación, la innovación y el desarrollo tecnológico, en áreas de la salud, la educación, las ciencias sociales y humanas y las ciencias básicas con una pedagogía dialógica que promueve el aprendizaje basado en problemas, la interdisciplinariedad y la flexibilidad; comprometida con la búsqueda permanente de la excelencia, el mejoramiento continuo, la aplicación del conocimiento al servicio de la sociedad y el desarrollo humano sostenible a nivel local, regional, nacional e internacional. Entre algunas de sus políticas estratégicas promueve el desarrollo integral de la comunidad educativa, diseñando y ejecutando acciones dirigidas a la atención de las dimensiones del ser humano, con un enfoque interdisciplinario, inclusivo, con reconocimiento y atención a la diversidad y al medio ambiente, con programas de intervención interna y externa, orientados a la excelencia y a la responsabilidad social universitaria.

Es en este ethos universitario o escenario de la educación superior (o terciaria, como ahora suelen algunos autores denominar a este ciclo / etapa educativo-a), en el cual se contacta e investiga, para construir la historia de vida a / de la maestra (profesora e investigadora) Margarita Filott Támara. El objetivo general del macroproyecto internacional, interinstitucional e interdisciplinario en que se fundamenta este texto, es analizar y comparar las experiencias investigativas y formativas que han surgido en la ejecución del proyecto marco, “Maestras Indígenas, Africanas y Afrodescendientes en Colombia, Brasil, Guatemala, Venezuela, Jamaica, Guinea Ecuatorial, Jamaica. Siglo XX a XXI”, con el fin de analizar los imaginarios culturales indígenas y afro, en las maestras, a través de su historia de vida y el desempeño docente correlacionado con los proyectos educativos del ámbito escolar, en las transformaciones de contexto socio- cultural para establecer en qué forma las tradiciones culturales se mantienen vigentes en el currículo con los proyectos educativos desde la identidad de unas naciones multiculturales en Colombia, Brasil, Cuba, Guatemala, Venezuela, Jamaica y Guinea Ecuatorial en los siglos XX y XXI. Como objetivos específicos, para orientar la elaboración de este documento, se desglosan: a) Analizar sobre las diferentes maneras, los modos y las diversas metodologías de hacer investigación en las historias de vida para construir un paradigma teórico sobre las mismas. b) Visibilizar y dar a conocer los resultados de las investigaciones que se han construido con las historias de vida de las maestras para incidir en la escuela situada y, c) Incentivar y fomentar la investigación, de recuperar la memoria histórica de las maestras, en los estudiantes de los pregrados, docentes, jóvenes investigadores para impactar en los contextos socio-culturales en la recuperación de tradiciones culturales.

Algunas acotaciones metodológicas

Este macroproyecto se inscribe el Paradigma Fenomenológico (Comprensivo), con un Tipo de Investigación Cualitativa, con el Método de investigación: Historia de Vida e Instrumentos /Herramientas Investigativos, tales como la entrevista semiestructurada, los diarios de campo, la observación participante, la autobiografía, la biografía y la prosopografía, que permiten ubicarse y dialogar contextualmente con la (s) maestra (s) sujeto o miembro participante de la investigación, su(s) contexto (s) vital (es), así como con sus estudiantes, sus colegas, sus docentes e referentes pedagógicos, los miembros de su familia, amistades, entre otros y el aporte de esta a su ámbito vital, en el

momento histórico-educativo que le es propio. Considerar y valorar el aspecto étnico (o racial para muchos autores-as, aun) connota varias categorías, entre estas: lo político, cultural, territorial, intercultural e identitario en torno a la pertenencia, auto-percepción y alo-percepción relacionadas con las etnias. En la lectura de la afrodescendencia, resulta valioso e importante rastrear y hurgar en las raíces de la presencia histórica, así como en la negación estructural de la vigencia y persistencia del aspecto étnico; importa entonces, tanto la lectura del pasado en el presente, como la visibilización de las correspondencias en la geopolítica racializada y en extensivo, a la educación primaria, secundaria y terciaria.

.....

* Martha Elena Silva Pertuz

Universidad Metropolitana Umet. Barranquilla, Colombia

Resumen de ponencia

“A VIDA É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ”: CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA NOS RAPS DOS RACIONAIS MCs

*Venício Raimundo Custódio Júnior

Tomando como referência canções do grupo Racionais MCs, que tematizam a realidade social do jovem negro brasileiro, pretende-se evidenciar como algumas contradições sociais e culturais emergem em seu trabalho artístico. Por meio de análise destas canções, sugere-se uma inflexão na formação de uma identidade cultural que permeia as temáticas e o universo artístico criado pelo grupo. Este resumo refere-se aos resultados, obtidos até então, à atividade de conclusão do curso de Ciências Sociais.

A hipótese aponta na formação identitária e cultural perceptível nas canções por meio de alguns elementos específicos de certa realidade social e de determinado estilo de vida, ou habitus (BOURDIEU, 2011), uma vez que o rap é referência para jovens do mundo todo desde o fim dos anos 1980 até os dias de hoje.

A escolha do grupo Racionais MCs não é ingênua; além de ressaltar novas formas de pensar a cultura negra e as condições de existência população negra no Brasil, há um comprometimento dos integrantes com os temas emergentes desta juventude apresentando uma postura combativa aos valores sociais e culturais (re)produzidos pela cultura hegemônica (GRAMISCI, 1978. HALL, 2003), proporcionando a esses indivíduos novas formas de representação e se verem como protagonistas da sua própria história e existência. Esse pertencimento ao mundo social representado nas músicas do grupo resgata a identidade negra de maneira combativa, fazendo de suas canções ferramentas de (r)existência.

Utiliza-se instrumentos da sociologia da cultura (Pierre Bourdieu) , historiografia da música popular (Marcos Napolitano) e crítica literária (Antonio Cândido) na interpretação das canções como narrativas criadoras de representações, sem cair no determinismo de pensar o conteúdo relatado e ouvido como fatos relacionados puramente a ordem do concreto e do real.

Ainda, a produção teórica interdisciplinar vinculada aos Estudos Culturais (Stuart Hall, Raymond Williams e Richard Hoggart) auxilia na interpretação de formas culturais – música, literatura, filme, artes em geral – e suas influências na formação das identidades na modernidade tardia (GIDDENS, 2011), mobilizando as identificações, as diferenças e as tensões que emergem de distintas matrizes culturais. Tensões resultadas dos processos de modernização, globalização e divisão social do trabalho. Utilizar de outras ferramentas teóricas, não só a sociologia, possibilita a compreensão dos diversos significados, das representações e das construções simbólicas que permeiam as práticas culturais, no caso, a música (NAPOLITANO, 2006. SOUZA, 2006). A análise dessas práticas utilizando essas perspectivas é uma das possibilidades de investigação sócio-históricas existentes nas ciências humanas. Por isso, busco algumas

observações gerais acerca dos conceitos utilizados como instrumentos e alguns elementos que influenciam o trabalho.

Estudar a cultura e suas formas é buscar significados nas maneiras de como a realidade social se constrói no espaço-tempo em termos culturais, ou seja, como é pensada e significada, envolvendo a percepção do real. Essa realidade pensada, uma representação da vida social, tem que ser analisada em termos amplos, levando em conta o discurso do emissor e a posição deste na tessitura social (BOURDIEU, 2011. HALL, 2003. WILLIAMS, 1963). Determinada prática cultural depende do contexto histórico e das configurações de poder de uma época, uma vez que as representações do mundo social são determinadas pelos interesses de grupos que as criam. Dessa forma, as representações culturais se encontram no campo das disputas, tensões e conflitos sociais.

Uma vez que a referência de existência na realidade é o corpo, também é ele que tem um papel fundamental na construção da identidade social e cultural dos indivíduos. Através do corpo que o agente entra em relação com o mundo, afeta e é afetado por ele. É o corpo que ocupa um lugar no espaço social, e principal matriz dos conflitos de poder (FOUCAULT, 1978). Desse lugar se desenvolve uma compreensão desse mundo, uma vez exposto a suas influências.

Como já se sabe, houveram processos de retirada de corpos de mulheres e homens negros, a fim de alimentar os mercados escravocratas principalmente nas Américas, generalizando culturas do continente africano, retirando suas especificidades e diferenças, assim, suas identificações. Resultados desses movimentos migratórios, do contato forçado entre africanos e europeus emergem aspectos culturais e novas formas de se identificar, advindas dos contrastes culturais e condições específicas. Portanto, culturas advindas da diáspora negra (GILROY, 2001. HALL, 2003), por se estabelecer de maneira contraditória, uma vez que em diferentes contextos no mundo, negros e negras criam estratégias de identificação baseadas nas condições reais vividas por estes, ou seja, condicionadas e condicionantes de um certo habitus que apesar de se diferir, tende a ter mais coisas em comum.

Por intermédio dessas contradições se estabelece a dialética da cultura popular negra: que se movimenta entre contenção e resistência. Assim, o artigo procura nas formas de representação através das canções de rap elementos de caráter identitário que evidenciam as diferenças existentes em entre jovens negros e agentes de outros setores e outras culturas, e como a realidade social se constrói em termos culturais para estes, fugindo principalmente de questões essencialistas que se fundam em raça, cor da pele e limites territoriais.

"A experiência da diáspora, como aqui a pretendo, não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias; por uma concepção "identidade" que vive com e através, não a despeito, da diferença; por hibridização. Identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença." (HALL, Stuart. p. 75)

O rap como arte advinda da síntese dialética da diversidade, propõe uma identidade cultural vinculada a experiência da diáspora negra com aspecto contestador e

funciona, principalmente no Brasil, como ferramenta de denúncia e combate ao racismo sistemático e institucional proveniente do mito da democracia racial. (BASTIDE, FERNANDES, 2008).

O título “A vida é diferente da ponte pra cá”, que titula uma das canções do grupo Racionais MC's apresenta de forma direta o que eles expressam em todo seu trabalho artístico: as condições de existência, a vida, as representações e símbolos são diferentes para os jovens negros, do ponto de vista da periferia, ou, “da ponte pra cá”. Ainda assim o espaço demarcado pela sentença extrapola os limites territoriais, atingindo também os limites culturais e identitários. Se a vida é diferente, são estabelecidas relações dialéticas com aqueles agentes não inseridos na mesma lógica cultural, os diferentes.

Referências Bibliográficas

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. Brancos e negros em São Paulo. 4ª Edição. São Paulo: Global, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A Distinção: Crítica social do julgamento. 2ª Ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 21ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, Antony. As consequências da modernidade. 2ª Ed. São Paulo: UNESP, 1991

GILROY, Paul. O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência. Editora 34: Rio de Janeiro: 2001.

GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1978.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. Identidade Cultural e Diáspora. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24, p.68-75, 1996

NAPOLITANO, Marcos. A historiografia da música popular brasileira (1970-1990). Uberlândia: ArtCultur, 2006

SOUZA, Antonio Candido de Melo. Literatura e Sociedade. 6ª Ed. Ouro sobre Azul: Rio de Janeiro, 2006

.....

* Venício Raimundo Custódio Júnior

Universidade Federal de Alfenas UNIFAL. Alfenas, Brasil

